



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE ECONOMIA
MESTRADO EM DINÂMICAS SOCIAIS, RISCOS NATURAIS E
TECNOLÓGICOS

*“BOMBEIROS PROFISSIONAIS DO DISTRITO DE COIMBRA:
IDENTIDADE, RISCOS E PRÁTICAS OPERACIONAIS”*

NOÉMIA SALGADO CUNHA

2009

Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos, no curso interdisciplinar das Faculdades de Letras, Ciências e Tecnologia e de Economia na Universidade de Coimbra

ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS DO RISCO

Orientador: Professor Doutor José Manuel Mendes (FEUC)

Co-orientador: Professor Doutor Alexandre Tavares (FCTUC)

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	1
<i>Capítulo I: Sociedade do Risco</i>	7
I. A noção de risco	7
II. Sociedade de risco e regulação do risco	15
III. Comunicação do risco	17
IV. A confiança	18
<i>Capítulo II. Historial e reporte institucional dos bombeiros municipais e sapadores</i>	25
I. Bombeiros municipais da Figueira da Foz	25
II. Bombeiros sapadores de Coimbra	29
III. Funcionamento institucional da estrutura de bombeiros	33
<i>Capítulo III: Metodologia</i>	43
I. Os questionários	43
II. As entrevistas	46
III. O observatório de imprensa	48
<i>Capítulo IV: Observatório de Imprensa: Actuação dos Bombeiros Profissionais</i>	51
I. Os incêndios florestais e a imprensa	51
II. Análise de conteúdo da imprensa regional	52
<i>Capítulo V: Análise empírica à investigação</i>	65
I. Caracterização do entrevistado	65
II. Relação do inquirido com o corpo de bombeiros	70
III. Respostas organizativas a incêndios florestais	93
IV. Operacionalidade do corpo de bombeiros	94
V. Riscos no concelho e grau de preparação da população	102
<i>Capítulo VI: Análise de Conteúdo às Entrevistas</i>	107
<i>Conclusão</i>	155
<i>Bibliografia</i>	163

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº1: Número de notícias por ano, no jornal: “Diário de Coimbra”	54
Gráfico nº2: Nº de Km da Sede Bomb. Municipais às Freguesias	62

Gráfico nº3: N° de Minutos da Sede Bomb. Municipais às Freguesias	62
Gráfico nº4: N° de Km da Sede Bomb. Sapadores às Freguesias	62
Gráfico nº5: N° de Minutos da Sede Bomb. Sapadores às Freguesias	62
Gráfico nº 6: Intervalo de Idades	66
Gráfico nº7: Cruzamento: Grau de Conhecimento do Sistema de Escolha do Comando	90
Gráfico nº8: Cruzamento: Grau de Conhecimento do Sistema de Escolha do Comando por idade	90
Gráfico nº9: Grau de Concordância para Resposta Positiva	90
Gráfico nº10: Grau de Concordância: Existência de B. Voluntários em Corpos de B. Profissionais Aumenta a Confiança das Populações nesse Corpo	101
Gráfico nº 11: Municipais/Formas de Sensibilização	102
Gráfico nº 12: Sapadores//Formas de Sensibilização	102

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº1: Número de Incêndios Florestais	54
Tabela nº2: Valores da Variável Idade	66
Tabela nº3: Lugar de Classe de Origem dos Progenitores	70
Tabela nº4: Posse de Especializações	72
Tabela nº5: Grau de Conhecimento dos Direitos e Regalias	75
Tabela nº6: Razões do Benefício, Pirâmide de Necessidades e Novo Modelo	79
Tabela nº7: Razões para a Concordância com a Forma de Recrutamento/ Novo Modelo	79
Tabela nº8: Razões para a Concordância com a Forma de Promoção na Carreira/ Novo Modelo	80
Tabela nº9: Número de Horas de Formação em 2007	82
Tabela nº10: Valores de N° de Horas de Formação em 2007	83
Tabela nº11: Municipais/Valores do N° de Horas de Formação de Carácter Básico em 2007	83
Tabela nº12: Sapadores/Valores do N° de Horas de Formação de Carácter Básico em 2007	83
Tabela nº13: Municipais: Grau de Utilidade Cursos”Acções de Formação	

em 2007	85
Tabela nº14: Sapadores Grau de Utilidade Cursos”Acções de Formação em 2007	85
Tabela nº15: Saídas Dominantes por Período Temporal	86
Tabela nº16: Grau de Perigosidade das Saídas	87
Tabela nº17: Grau de Concordância Face aos Incêndios Florestais em 2005: Gestão e Coordenação	94
Tabela nº18: Saídas Dominantes por Período Temporal	94
Tabela nº19: Valores Locais de Incidentes	95
Tabela nº20: Grau de Menor Preparação aos Riscos	96
Tabela nº21: Perigosidade Elevada e Fraca (municipais)	97
Tabela nº22: Perigosidade Elevada e Fraca (sapadores)	98
Tabela nº23: Grau de Discordância Operacionalidade dos Voluntários/ Bomb. Profissionais	99
Tabela nº24: Profissionalização dos Voluntários/Motivos Concordantes	100
Tabela nº25: Profissionalização dos Voluntários/Motivos Discordantes	100

ÍNDICE DE ORGANIGRAMAS

Organigrama nº1: Análise de Conteúdo: Direcção dos Discursos	151
Organigrama nº2: Análise de Conteúdo: Tendência Discursiva dos Entrevistados	152

Anexos¹

Gráficos
Tabelas
Questionário aos Municipais
Questionário aos Sapadores
Guião de Entrevista

¹ Os Anexos encontram em CD-Rom.

Introdução

A premissa central desta dissertação de mestrado é a obtenção de um desenho investigativo, de carácter sociológico, que caracterize o modelo cultural identitário das corporações de bombeiros profissionais do distrito de Coimbra. Pretende-se, desta forma, encontrar uma definição do quadro funcional, no que toca à gestão de recursos humanos, operacionalidade dos efectivos bem como a sua percepção acerca dos riscos nos seus concelhos de actuação e acerca do grau de preparação das populações, entre outros.

Assim, o objecto de análise é representado pelas duas corporações do distrito que se enquadram na tipologia profissional da actividade de bombeiro: municipais da Figueira da Foz e Sapadores de Coimbra; as quais embora com aspecto distintos quanto à sua forma de recrutamento, como veremos no capítulo V, se regem pelo mesmo dispositivo legal.

Desta forma, a concretização deste trabalho permite colmatar uma carência investigativa, em Portugal, dado que não se conhecem estudos sociológicos nesta vertente. Os poucos estudos realizados, sobre este grupo-alvo, abordam sobretudo a temática da saúde, nomeadamente em países como o Brasil e o Estados Unidos da América², de acordo com a pesquisa efectuada nas bases bibliográficas de bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior portuguesas com faculdades de ciências sociais e humanas, bem como da biblioteca nacional³. Por outro lado, entre os estudos portugueses, e em menor número que nos países acima citados, abordam igualmente a área da saúde⁴.

Com efeito, dada a sua originalidade e a escassez de bibliografia científica considerou-se de imediato que se deveria partir do dado empírico para estudar a população-alvo. Os dados obtidos reportam-se essencialmente ao ano de 2007.

² No tocante ao Brasil temos: Murta e Tróccoli, *Stress ocupacional em bombeiros: efeitos de intervenção baseada em avaliação de necessidades*. Scielo, 2007; Boldori, *Aptidão física e sua relação com a capacidade dos bombeiros militares do Estado de Santa Catarina*, Univ. Federal de Santa Catarina, 2002; Ronzani et al, *Estratégias de rastreamento e intervenções breves para problemas relacionados ao abuso de álcool entre bombeiros*, Estudos de Psicologia (Natal), vol.12 no.3 Natal Sept./Dec. 2007, entre outros. No que diz respeito ao Estados Unidos da América, destaque: Smith et al, *Acceptance of a medical first-responder role by fire fighters*, Resuscitation, Volume 51, Number 1, October 2002, pp. 33-38(6); Flaws, *Smoke Emission From Hand-Fired Boilers: Effect of Operating Conditions*, The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health, Jan 1959; vol. 79: pp. 833 - 840.; Cooper, *The Fireman: Immaculate Manhood*, Journal of Popular Culture, Volume 28, Number 4, Spring 1995, pp. 139-170(32); entre outros.

³ Pesquisas efectuadas nas seguintes instituições: Biblioteca Nacional Portuguesa, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade do Porto, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

⁴ Amorim, *Condição física e composição corporal. Estudo das alterações induzidas por um protocolo de treino de corrida e por um protocolo de força na composição corporal e em algumas componentes da condição física em bombeiros sapadores*. Fac. de Ciências do Desporto e de Educação Física, Univ. do Porto, Raimundo Amorim, Porto, 2003.

Num segundo nível foram hierarquizados um conjunto de objectivos: contribuir para a construção de teoria científica acerca deste grupo; criar aportes ao debate metodológico, acerca da participação da teoria e da observação empírica na construção do conhecimento. Deste modo, os objectivos foram atingidos com a análise empírica à investigação deste grupo, que permitiu avançar com uma proposta teórica sobre o mesmo⁵. Desta forma, desenvolveu-se primeiramente uma análise empírica de natureza quantitativa e qualitativa que possibilitaram caracterizar sociologicamente o grupo-alvo. Esta apoiou-se nas técnicas de questionário e entrevistas, tendo em vista a recolha de dados, para intentar a construção de teoria baseada na premissa central (inicialmente afluída), desenvolvida junto dos bombeiros municipais da Figueira da Foz e dos sapadores de Coimbra.

Vejamos de acordo com o índice a descrição dos capítulos. Deste modo, no Capítulo I, “Sociedade do risco”, é apresentado o significado do conceito de risco, quer nas sociedades antigas, quer nas modernas, bem como o processo que compreende a própria noção do risco, as suas várias conotações e os critérios com que é encarado na pós-modernidade, em cada tipo de sociedade.

Por outro lado, foi também incontornável a incursão sobre a associação do conceito de globalização à emergente sociedade do risco, que engloba os vários países do sistema mundial (apesar das diferentes formas de encarar o risco, dada a diversidade cultural e social, entre outras).

Procurou-se estabelecer um quadro de referências sobre as responsabilidades do Estado perante os acidentes graves e catástrofes, ou mesmo na gestão do risco, do perigo e das vulnerabilidades das populações. Intentou-se conhecer as responsabilidades do cidadão, bem como a sua percepção do risco, dado que esta não é unidimensional. O entendimento dos mecanismos de como fazem os sistemas de protecção civil, para que a informação chegue às populações e seja percebido o essencial, tendo em vista uma mudança comportamental para a prevenção, também foi um dos pontos colocados e debatidos, neste primeiro capítulo. A confiança nas instituições incumbidas de gerirem as situações com probabilidade de desembocarem em crise, é analisada na parte final do capítulo.

No capítulo seguinte, “Historial e reporte institucional dos bombeiros municipais e sapadores”, é realizada uma descrição sintética do surgimento e desenvolvimento das duas corporações. No que diz respeito aos municipais da Figueira da Foz, o seu reporte histórico

⁵ Capítulos V e VI: “Análise empírica à investigação” e “Análise de conteúdo às entrevistas”, págs. 65 e 107, respectivamente.

inclui os anos que vão desde o de 1865 até 1931. No que toca aos sapadores de Coimbra, inclui os anos desde 1781 até 1999⁶. Por outro lado, faz-se uma breve apresentação acerca da evolução institucional dos vários serviços do âmbito da protecção civil, que sustentam organicamente os corpos de bombeiros portugueses, desde o serviço o Serviço de Incêndios até à actual Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC).

No III capítulo, “Metodologia”, é apresentada a metodologia utilizada para a realização da parte empírica, que sustenta este trabalho científico. Num momento, foi utilizada a técnica do questionário de auto-resposta com a presença da inquiridora, aplicada a 128 bombeiros no conjunto dos dois casos de estudo. Num outro momento, tendo em vista a exploração dos dados recolhidos no inquérito, foram realizadas cinco entrevistas em profundidade semi-estruturadas, na corporação de bombeiros sapadores. Num último momento, para a realização do observatório de imprensa, foi efectuada uma análise crítica do discurso, aos artigos do jornal “Diário de Coimbra”, tendo em vista a estruturação dos discursos, num mapeamento dos mesmos.

No capítulo seguinte, “Observatório de imprensa”, procede-se a uma análise de conteúdo sobre o modo como a imprensa regional constrói a actuação destas corporações nos incêndios florestais, nos seus concelhos-sede. Foram estudados os anos de 2003, 2005 e 2007, nos períodos que incluem a fase Bravo (de 16 de Maio a 30 de Junho) e Charlie (de 01 de Julho a 30 de Setembro).

O jornal seleccionado foi o “Diário de Coimbra”, da imprensa regional. Para a análise de foro qualitativo aos discursos das várias fontes, foram tidas em conta as formas de construção da representação social da imprensa acerca da actuação dos bombeiros, bem como a forma de construção dos discursos sob os incêndios florestais. Numa outra perspectiva na parte final do capítulo, foram efectuados dois exercícios críticos. O primeiro, corresponde à ausência ou presença de dados relativos às vítimas mortais dos incêndios na informação jornalística. O segundo, ao tempo que as duas corporações demoram a chegar aos focos de incêndios nos seus concelhos, face às distâncias geográficas.

Nos capítulos V e VI: “Análise empírica à investigação” e “Análise de conteúdo das entrevistas”, faz-se a análise dos resultados de forma a concretizar a premissa central da dissertação.

Esta, no primeiro tipo de análise, a empírica, foi exposta através de cinco pontos⁷, onde se procurou definir no primeiro e segundo pontos, o perfil sociológico quer do

⁶ Não foi possível estender esta resenha até aos dias de hoje, dada a escassez de bibliografia.

⁷ Ver Capítulo III: Metodologia, pág. 43.

bombeiro municipal quer do sapador, ao nível da gestão recursos humanos, em pontos cruciais desde as questões contratuais e de direito do trabalho; os procedimentos de recrutamento; avaliação de desempenho; promoção na carreira; a qualificação profissional através da frequência de formação e da posse de especializações; a satisfação no trabalho por via do cruzamento de aspectos referidos anteriormente, bem como pelo relacionamento com os quadros existentes. Foram aflorados outras dinâmicas da gestão de recursos humanos, como poderemos confirmar mais adiante no capítulo respeitante.

No terceiro ponto, efectuou-se um quadro acerca dos incêndios florestais desencadeados no ano de 2007, nos concelhos-sede das duas corporações. Procurou-se aferir a opinião dos efectivos, acerca da eficácia do combate aos incêndios florestais na sua generalidade. Por outro lado, aferiu-se também a operacionalidade do sistema a que estão afectos, nomeadamente no que diz respeito à coordenação entre comandos e o acesso a reforços de combate para resposta, que como sabemos, a situações que poderão ser distintas do ponto vista operacional. A eficácia e a imprescindibilidade dos meios como os aéreos, no assegurar de uma eficiente intervenção em situações limite, também foi considerada.

No quarto ponto, aferiu-se a operacionalidade dos efectivos, quando nos referimos ao nível de preparação para enfrentar riscos existentes nos seus concelhos, como sejam os incêndios florestais, cheias ou inundações, sismos e outros, bem como às saídas em socorro das populações e protecção de bens nos diferentes espaços desde as habitações particulares, vias rodoviárias, arruamento e espaços urbanos, campos agrícolas, e outros. A operacionalidade, foi também observada através do tipo de relação que estabelecem com os outros agentes de protecção civil, na articulação de esforços no teatro de operações. A existência e importância de outra vertente da actividade de bombeiro, os voluntários, conduziram ao interesse de confrontar os profissionais com a profissionalização dos voluntários e a sua inserção nos corpos de profissionais. Estas questões acerca dos voluntários, foram determinantes para verificar alguns dos focos inerentes ao trabalho no teatro operacional, como veremos. Dado o baixo número de elementos femininos na actividade, procurou-se também, conhecer a opinião dos inquiridos acerca dos benefícios da sua integração nas corporações.

No quinto e último pontos, avaliou-se as formas de sensibilização utilizadas junto das populações bem como os destinatários das formas simulacros e acções de formação, por serem consideradas determinantes. Foram também aferidos, os conteúdos mais pertinentes para que a informação chegue às populações, desde o conteúdo que incentiva a atitudes preventivas, o que ajuda a resolver a situação de risco ou perigo, o que incentiva a ser agente

de prevenção, e entre outros o conteúdo que reconhece a situação de risco ou perigo. A preparação das populações em caso de catástrofes por via do conhecimento de como se prevenir, bem como a perigosidade dos concelhos, face aos riscos a que estão expostos, foram igualmente objecto de análise.

Por outro lado, no que diz respeito ao segundo tipo de análise, ao de conteúdo das entrevistas aos sapadores, esta foi realizada através do mapeamento das cinco entrevistas em profundidade semi-estruturadas realizadas aos sapadores. Foi imprescindível para um melhor entendimento de alguns dos resultados saídos da análise empírica. Assim averiguou-se a opinião dos entrevistados sobre temas pertinentes, desde a sua intervenção especial como a pertença a agrupamentos internos de especializações, passando pela sua participação em acções/cursos de formação até, entre outros, ao seu entendimento acerca de outros procedimentos da gestão de recursos humanos como as formas de recrutamento, avaliação de desempenho e de promoção na carreira. Foi incontornável a abordagem aos bombeiros voluntários e sua profissionalização, dando com os assuntos acima referidos, origem um quadro discursivo dos entrevistados.

No fecho da dissertação, na conclusão, é apresentada uma síntese do trabalho investigativo, onde se pode observar a forte contestação ao modelo de avaliação de desempenho por partes destes efectivos e o forte apoio à profissionalização dos voluntários.

Capítulo I: Sociedade do risco

I. Noção do risco

O “risco” sempre existiu ao longo da vida societária, atravessando os vários tipos de sociedade que foram emergindo desde a sua formação até aos dias modernos. No entanto, o modo como foi percebido, gerido e minimizado, foi-se alterando de sociedade para sociedade, como poderemos verificar ao longo deste capítulo.

O surgimento de novos tipos de risco, em cada etapa do desenvolvimento societal é notório. Nas sociedades antigas, as populações devido à: falta de higiene, alimentação pouco rica, bem como à estrutura das habitações pouco arejadas e constituídas por uma única divisão⁸, entre outros como a superstição, debatiam-se sobretudo com graves epidemias como a peste negra, doença mortífera devido à baixa imunidade das populações⁹, que assolou de sobremaneira a Europa, em meados do séc. XIV (Amiraldo, 2009). Por outro lado, numa outra perspectiva, às ordens religiosas coube nesta fase e durante muitos anos o ensino e assistência médica. Era muito comum, ver hospitais ou escolas junto aos mosteiros. Nesta medicina religiosa, a intercessão dos santos na cura de epidemias como a peste negra era dominante. Foram surgindo também locais específicos para o isolamento dos doentes (Ferraz, 2005).

Com o avanço da medicina através da descoberta de meios preventivos como a vacina, sabe-se que o tipo de riscos foi sendo alterado.

⁸ Vejamos quanto a isto, que nesta época, um elemento essencial da higiene, como o banho, era encarado como prejudicial se tomado em excesso. E "em excesso" significava fazê-lo mais de duas ou três vezes por ano. A lavagem das roupas, também, representa um aspecto da ausência de higiene, na medida em que eram lavadas duas a três vezes por ano, devido à falta e preço do sabão. Por outro lado, a alimentação era pouco diversificada, baseada na ingestão de cereais na forma de pão. Alimentos como a carne, o peixe, as frutas, hoje essenciais a uma boa alimentação, eram considerados como “acompanhamentos” do pão. No que toca à estrutura das habitações, estas eram, na sua generalidade, constituídas por um único espaço, sem divisões internas e pouco arejadas. Estes aspectos, associados a uma coabitação com animais de criação, ao piso de terra batida, à ausência de chaminé para escoar o fumo, entre outros, permitiam a insalubridade do ambiente. Como consequência temos a maior probabilidade do aparecimento de doenças. Estas circunstâncias eram comuns quer à população camponesa quer à urbana (Amiraldo, 2009).

⁹ A peste negra, segundo Amiraldo (2009), é provocada pelo bacilo *Pasturella pestis*, descoberto apenas em 1894. Esta doença manifesta-se de três modos: a pneumónica, que ataca os pulmões; a septicemia, que infecta a corrente sanguínea; e a bubónica (a mais comum), que surge no pescoço, nas axilas ou virilhas do doente, na primeira fase da doença. De acordo com o mesmo autor, o local de origem, actualmente, pensa-se que tenha começado em algum local da Ásia Central e entrado na Europa através das rotas das caravanas.

Anthony Giddens (2005) apresenta os tipos de riscos emergentes nas sociedades antigas, apresenta-os como riscos externos e os emergentes nas sociedades industrializadas designa-os de riscos manufacturados.

Assim, nestas últimas sociedades, as populações debatem-se sobretudo com o aquecimento global, a manipulação genética e alimentar, a violação da privacidade, o terrorismo ou mesmo as catástrofes tecnológicas, como é exemplo o recente acidente de aviação com o voo AF447 Rio de Janeiro-Paris.

Contudo, apesar da variação e da intensidade do tipo de riscos nas diferentes sociedades, há um denominador comum, em ambas as linhas societárias: a omnipresença do risco. Com efeito, o “risco”, acompanha a condição humana desde sempre apesar dos seus distintos contornos:

“Não são os riscos, pelo menos tão antigos como a sociedade industrial, possivelmente tão antigos como a própria raça humana? Não é toda a vida sujeita ao risco de morte? Não são e não foram todas as sociedades em todas as épocas "sociedades de risco"?” (Beck, 2007:48)

Anotemos também o significado de risco, de acordo com o actual dicionário da língua portuguesa:

“(...) s. m. perigo; correr -: estar exposto a; a todo o -: exposto a todos os perigos; pisar o -: ir além do que se deve; - de vida: perigo de morte; em – de: em perigo de; por sua conta e -: por sua iniciativa e responsabilidade. (...)”.

O risco, é deste modo, um conceito que sofreu uma socialização ao longo dos tempos, apesar de não existir uma consciência total do mesmo; ou seja, a consciência individual e colectiva do risco ou da totalidade dos vários tipos de riscos. Esta consciência varia do ponto de vista individual e colectivo, mediante os grupos sociais a que se pertence. Vejamos também que quanto à percepção do risco, esta é do ponto de vista de Aven e Renn (2009:9) um julgamento sobre o risco, que inclui atributos pessoais e sociais, tais como o grau de percepção de controlo pessoal e familiaridade com a situação do risco.

Para além de que o risco e a percepção que se tem do mesmo, devem ser analisados tendo em conta o contexto histórico em que foram criados, as relações que a população tem

com o espaço geográfico, os modos de ocupação antrópica, bem como as relações sociais características de cada época (Veyret, 2007:26). Por outro lado, segundo Aven e Renn:

“A principal diferença é que a percepção de risco baseia-se em crenças pessoais, afectos e experiências independentemente da sua validade.” (Aven e Renn, 2009:6).

Com efeito, nas épocas das grandes epidemias, como por exemplo a da peste negra, descrita acima, as populações associavam este flagelo à “sorte em viver” ou conotavam-no do ponto de vista religioso e místico, oferecendo aos deuses as vítimas das calamidades, como mecanismo desviante a uma vivência hostil.

Embora estas civilizações mais antigas tivessem desenvolvido técnicas de resolução de problemas que constituíssem perigo, não existia ainda um termo etimológico como o do “risco”, que abarcasse todas as situações que implicassem incerteza perante acontecimentos inusitados.

Por outro lado, em termos de segurança, a única que poderia existir era a capacidade de decisão pessoal de recorrer a práticas religiosas e místicas, como forma de não desencadear a ira dos deuses (Luhmann, 1993: 9).

Com a expansão marítima europeia, iniciada pelos navegadores portugueses nos séc. XV e XVI, a palavra “risco” já surgia em documentos de foro legal, relacionados com a navegação e comércio marítimos, estabelecido entre os navegantes e os fornecedores de capital. Com a institucionalização das formas jurídicas, como por exemplo, a regulação dos seguros marítimos, bem como a consciência da incerteza de saber se os navegantes regressavam a terra nas suas idas ao mar, determinou o abandono da compreensão divinatória dos acontecimentos invulgares (Luhmann, 1993:9).

Vejamos também que para Rebelo (2005:301), o risco surge ligado à vida do mar: num primeiro momento à “fortuna” e num segundo ao perigo desta vida. Assim, para os navegantes, o saber se regressavam era algo incerto e desconhecido. Contudo, do risco de “ir ao mar”, passou-se para o risco de “perder” a carga transportada, passando deste modo, num terceiro momento, a estar ligado ao seguro, como já vimos.

Porém, a não existência de estudos exaustivos sobre a etimologia e história do termo, não permite detectar a sua verdadeira origem. Se por um lado, a palavra aparece em documentos de navegação marítima e contratos de seguros marítimos na Itália e Espanha

medieval como “risicum¹⁰”, “ad risicum et fortunam”, “pro securitate et risico”, “ad omnem risicum” ou “periculum et fortunam dei”, por outro, supõe-se que a sua origem está no mundo árabe. Este termo, cujos contextos de utilização foram ao longo dos tempos variados, começou a ser amplamente propagado com o aparecimento da imprensa, por volta do ano 1438 com o alemão Gutenberg.

Deste modo, o risco, chegou às sociedades industrializadas, com um sentido inequívoco, ou seja, as populações referem-se a acontecimentos problemáticos e imprevistos de maior ou menor grau de gravidade, como algo que compreende risco.

Vejamos também, que o risco contém em si a aceção da probabilidade, de ocorrer um perigo ou dano e esses, voluntariamente poderem surgir na presença do ser humano ou na sua ausência. Os riscos quer sejam de inundações, cheias, maremotos, furacões, sismos, ou outros, podem ocorrer mesmo quando o ser humano não está presente. Todavia, esta ideia é contestada por alguns autores, ao considerarem que se não existir a presença do ser humano ou de alguma realização deste, tal como infra-estruturas, não se pode falar em risco. Embora seja discutida a legitimidade de abordar o termo, na ausência de vulnerabilidade humana, temos a seguinte questão:

“Mas será que não se pode falar em risco, por exemplo, quando se trata de uma floresta ou de qualquer outra associação florestal? (Rebelo, 2005: 302)

Sobre este assunto, também verifico, que o risco não é exclusivamente encarado como algo nefasto para as comunidades, vejamos o exemplo do espectáculo de fogo de artifício que compõe o ritual de muitas festas em Portugal, ou mesmo a emoção que uma descida em caiaque no rio Mondego, representam para os populares e aficionados dos desportos radicais, respectivamente. Numa outra perspectiva, pense-se nos postos de trabalho criados, com a investigação de vacinas, em busca da cura para vários tipos de doenças.

Todavia, a própria definição de risco conduz-nos a uma aceção de várias conotações. Anotemos:

“(…) Todas as concepções do risco pressupõem uma distinção entre a predeterminação e uma possibilidade do futuro. Se são predeterminadas ou apresentadas independentemente das actividades humanas, a noção de risco não faz

¹⁰ “Risicum”, significa risco em latim.

sentido. Qualquer que seja a variação na conotação de risco, implica a possibilidade de alguns resultados, o que eventualmente é, de facto, o primeiro elemento indispensável do conceito de risco.” (Jaeger *et al*, 2001: 16-17)

Contudo, se por um lado é algo negativo que deve ser evitado e minimizado a qualquer custo, por outro, poderá ser um factor de estímulo à inovação e criação de novas oportunidades, revelando a capacidade de ruptura com a tradição do medo e da incerteza. Observemos, neste aspecto, que o risco nas suas generalidades acarreta sempre o perigo e a oportunidade. Um exemplo cabal poderá ser o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que conduziu à melhoria da qualidade vida das comunidades, mas que simultaneamente deu origem à sociedade global do risco.

Uma das inúmeras noções de risco permite apontar que o risco incentiva a uma conexão entre as acções do presente e os resultados no futuro, ou seja, a capacidade do presente em prevenir os riscos, poderá antecipar os resultados de situações futuras de risco, através da inclusão da incerteza do processo de tomada de decisão. Notemos por exemplo, que se um acidente acontecer duas vezes em contextos semelhantes, este poderá deixar de ser imprevisível, aos olhos do gestor que está incumbido de o prevenir (Tanzi e Delmar, 2006:19); ou mesmo numa outra concepção, a de Aven e Renn (2009:9) em que o risco, requer uma construção mental da dimensão da incerteza (conhecimento). Esta construção pode ser baseado em observações e ou no conhecimento causal sobre a dose e o efeito. Sublinhando o carácter subjectivo e construtivo da incerteza, não implica, no entanto, que estas construções sejam arbitrárias ou não sujeitas ao escrutínio científico.

No entanto, os aspectos positivos e negativos do risco como nos dizem Ituarte e López, (2002:76), surgem inexoravelmente imbricados, desde o início da moderna sociedade industrial. Para os mesmos autores, o risco é dinamizador de uma sociedade voltada para a mudança e para o futuro, que rompe com os determinismos religiosos ou das causas da natureza ligadas à “sorte em viver”. Desta forma, com este rompimento devem-se tomar decisões sobre os acontecimentos futuros e assumir responsabilidades pelas suas consequências.

De toda a maneira, o debate sobre o risco é actual, desenrolando-se a discussão também em torno da sua definição. Se para alguns autores, é o cálculo da soma do valor do perigo e do da vulnerabilidade, para outros é somente igual a risco, na medida em que consideram que só existe risco se estivermos perante a presença do ser humano, logo perante

a vulnerabilidade (Rebelo, 2005:302), como já foi mencionado. Vejamos que para Tavares *et al*:

“Assim, risco constitui o dano ou perda estimada em consequência da acção de um Perigo sobre um bem a preservar, seja a vida humana, os bens económicos ou os valores ambientais. O risco *R* pode expressar-se em termos quantitativos, em valores de perda total ou anual, ou em valores qualitativos (baixo, aceitável, não aceitável)” (Tavares *et al*: 2007:4)

Ou mesmo, para Tanzi e Delmal (2006:19), o perigo é qualquer elemento de origem externa com um carácter previsível ou imprevisível, estando à vulnerabilidade inerente a presença do ser humano. Isto significa que perante a ausência da actividade humana, o risco é igual a “zero” porque não existe vulnerabilidade. Assim, o risco é o resultado da multiplicação do perigo pela vulnerabilidade.

Porém, de acordo com Krimsky e Golding mencionando Blumer (1992: 55), não existe teoria ou investigação científica sem classificação. A classificação define os instrumentos conceptuais necessários à selecção e ordenação dos fenómenos a investigar. Assim, neste campo de análise, o risco, poderá ser classificado através de variadas formas: tipo de perigos, definições de riscos, características dos riscos, conflito de riscos ou imagens semânticas reveladoras da percepção do risco.

Por outro lado, este é abordado por inúmeras perspectivas científicas e técnicas desde: as engenharias, antropologia, sociologia, economia, psicologia e outras ciências sociais, bem como organizações de âmbito proteccionista ou outras, na medida em que nas sociedades industrializadas, a tomada de decisão nas questões relacionadas com o risco, são desenvolvidas com base em instrumentos metodológicos e analíticos.

Não obstante, as várias perspectivas não têm de estar necessariamente fragmentadas umas em relação às outras, até porque de acordo com Krimsky e Golding quando referem Markowitz (1992:56), todas as concepções do risco, tem um elemento em comum: a distinção entre realidade e a possibilidade. Pelo contrário, na modernidade, a interdisciplinaridade numa interligação reflexiva e complementar, propícia uma visão mais ampla da interpretação da realidade. Por exemplo, segundo Jaegger *et al* (2001:169), a noção de amplificação social do risco, é baseada na tese de que os impactos sociais e económicos de certo acontecimento danoso são determinados pela conexão de consequências físicas

directas do acontecimento e da combinação de processos psicológicos, sociais, culturais e institucionais.

O mesmo se verifica com as organizações, notemos, por exemplo, que numa instituição, cuja missão é gerir o risco de modo a não afectar as populações, a sua ineficácia na avaliação do risco, poderá levar ao risco de descrédito da intuição e despoletar muitos outros riscos, nomeadamente no seu interior, tais como: a diminuição de investimento financeiro na instituição, a demissão dos trabalhadores encarregues do sector de avaliação de risco, entre outros. Note-se também que:

“Na avaliação de risco, a incerteza torna-se, pois, mais nítida do que noutros domínios, por estar normalmente em jogo um agregado de factores contextuais (naturais, humanos, sociais) e existirem consideráveis margens de ignorância sobre os fenómenos a avaliar.” (Gonçalves *et al*, 2007:109)

Contudo, as parcerias estabelecidas entre as entidades de âmbito proteccionista e entre estas com outras de áreas distintas, relevam-se importantes na resolução de situações de crise, que sabemos ser, já não o perigo, que é algo que está prestes a acontecer, mas sim num nível mais elevado a manifestação do risco, sem qualquer possibilidade do ser humano o controlar.

Todavia, a maior função do sistema social é reduzir a complexidade que caracterizam os riscos, e definir os critérios pelos quais se distingue os reais riscos daqueles que devem ser negligenciados dada a sua trivialidade. Já vimos que as várias ciências dão o seu contributo para o estabelecimento da definição de critérios, mas quais são os critérios mais apropriados a utilizar na sua definição? O que é considerado como risco e o que é como seguro?

Se consideramos que o risco é a probabilidade de se suceder um acontecimento que envolva ruptura (que pode ser de várias ordens) e do grau do impacto dos seus efeitos na sociedade, quais são os critérios que decretam um risco como aceitável? Na verdade, esta definição pode depender dos valores de cada sociedade. Não sendo expectável também, que cada uma delas adopte um critério uniforme para avaliar cada tipo de risco existente.

Assim, de acordo com Veyret (2007:37) quanto aos seus critérios de qualificação, existem riscos em que é possível de estabelecer uma curva de nível de perigo do tipo perda/probabilidade, enquanto que para outros, como os riscos geopolíticos ou sociais não é fácil fazê-lo.

Por outro lado, para Ituarte e López (2002:77), independente do valor que o risco ocupa em cada sociedade, todas são por este afectadas e intervêm sobre ele de variadas maneiras. Procuram dois objectivos básicos: minorizá-los e geri-los. Através das intervenções que realizam e da forma concreta que adoptam, cada sociedade estabelece o que considera o seu nível de risco aceitável, na medida em que existe sempre um determinado nível de risco, apesar das intervenções que se poderão encetar.

No entanto, examinemos também as implicações políticas de uma definição objectiva das propriedades do risco:

“Ordem dos riscos de acordo com o "objectivo" de medidas de probabilidade e da magnitude dos danos, e o alocar de recursos para reduzir primeiro os maiores riscos. Se, (...) risco é visto como uma construção social ou cultural, as actividades de gestão de risco seriam definidas de acordo com diferentes critérios e prioridades que deverão reflectir os valores sociais e do estilo de vida escolhido.” (Krimsky e Golding, 2001:54)

Por outra via, se nos centrarmos em Tanzi e Delmal (2006:21), verificamos a assumpção do que é considerado um “grande risco”, o qual é caracterizado por dois critérios: a frequência e a gravidade. Relativamente à primeira, referem a baixa frequência e que o ser humano poderá tender a ignorar que as catástrofes são pouco frequentes. No que diz respeito à segunda, salientam uma enorme gravidade, relacionando-a, com numerosas vítimas e danos consideráveis aos bens e ao meio ambiente. Consideram ainda que um “grande risco”, de um modo geral, se caracteriza por inúmeras vítimas, os impactos ambientais e os elevados custos dos danos causados.

Com isto conclui-se que, dadas as escolhas de metodologias para a quantificação do risco aceitável para a sociedade e para o ambiente, será difícil atingir uma posição única, sendo este facto consequência das diferentes intensidades dos riscos em cada região, das diferentes perspectivas científicas, das diferentes organizações, das diferentes “culturas” do risco e por fim das diferentes experiências locais. O resultado destas diferenças é a existência de uma multiplicidade de metodologias e análises, tendo em vista a prevenção, minimização dos riscos, gestão, planeamento e controle dos riscos.

Tenho vindo ao longo deste capítulo a retratar o conceito de risco: a sua definição, a sua forma de abordagem nas sociedades antigas e nas industriais; a interdisciplinaridade na

sua abordagem, entre outros. Passa-se, agora, a tratar o conceito de sociedade de risco, justificado pela transformação e importância que o risco assume na sociedade industrial.

II. Sociedade de risco e regulação do risco

Ulrick Beck em “Risk Society”(1992) considera que a sociedade industrial foi substituída pela sociedade do risco, na qual a distribuição dos riscos não corresponde mais às diferenças sociais, económicas e geográficas da primeira modernidade, caracterizada pela sociedade industrial. Na segunda modernidade, os riscos derivam mais da incerteza produzida pelo desenvolvimento social, da ciência e da tecnologia do que dos perigos naturais e do acaso. Contudo, o grande repto da segunda modernidade é produzir “mais e melhor tecnologia, mais e melhor desenvolvimento económico, mais e melhores diferenças funcionais.” Desta forma:

«A inovação será discutida como um progresso e a promessa de um futuro melhor» (Florence Rudolf, s/a)

Efectivamente, a ciência e a técnica que desenham promessas de evolução social e bem-estar das populações não conseguem controlar os riscos naturais e estimulam o desencadear de riscos tecnológicos (Craveiro, João: 2002). Os novos riscos compreendidos por esta nova sociedade que poderão ser químicos, ecológicos, nucleares, genéticos, económicos, bem como a dificuldade de os controlar, poderão criar danos irreversíveis caracterizando deste modo a nova ordem global: a sociedade global do risco.

Assim, o conceito de globalização surge ligado à sociedade do risco, na medida em que os riscos são distribuídos democraticamente, atingindo todas as nações, classes sociais e todas as formas económicas. Nesta teoria da sociedade global de riscos, quer as sociedades ocidentais como as não ocidentais enfrentam simultaneamente os mesmos desafios da segunda modernidade, apesar das distintas percepções culturais. Existe de facto, uma coincidência das transformações e necessidade de distinguir as diferentes sociedades, não só em relação ao facto de apresentarem ou não linhas de modernidade, mas também em relação às suas características. No entanto, a globalização dos riscos não significa igualdade frente aos riscos:

“Mas a globalidade dos riscos não significa, igualdade global dos riscos. O contrário é uma verdade: a primeira lei do desenvolvimento dos riscos ambientais é: a poluição segue a pobreza. Na última década a pobreza tem-se intensificado em toda a parte.” (Beck, 2007: 5)

Efectivamente, o acréscimo de consciencialização dos riscos, por parte dos cidadãos e das entidades que os gerem, exige ao Estado uma maior responsabilidade face aos mesmos. A par dessa maior consciencialização surgiu a concepção de um novo Estado, o regulador, que acompanha a concepção da sociedade do risco. Segundo Hood, Rothstein e Baldwin (2001:4), neste nova forma de Estado, o papel do governo como regulador, ganha terreno enquanto que o papel de empregador directo e propriedade/proprietário, pode diminuir devido às privatizações. Assim, estas duas ideias, a de sociedade de risco e a de estado regulador, estão ligadas, na medida em que o risco e a segurança afloram entre os principais motores do crescimento contemporâneo. No entanto, não nos esqueçamos, quanto a isto, que nas actuais sociedades a noção de risco está intrinsecamente ligada à de segurança, embora em termos absolutos, esta não poderá ser atingida, de acordo com Luhmann (1993: 19) quando refere que:

“É amplamente considerado que o conceito de risco é determinado como um contra-conceito para a segurança. (...) Uma versão mais refinada pode ser encontrada entre os especialistas de segurança. A sua experiência profissional ensina-lhes que a segurança absoluta não pode ser alcançada. Alguma coisa pode acontecer, sempre.” (Luhmann, 1993:19)

Num outro prisma, o de Renn (2005:12), o conceito de regulação do risco compreende um amplo panorama do risco, na medida em que analisa a forma como os riscos se relacionam com a tomada de decisões que se desdobram quando uma série de actores estão envolvidos, exigindo a coordenação e eventualmente a reconciliação entre uma multiplicidade de papéis, perspectivas, objectivos e actividades. Com efeito, as capacidades de resolução de problemas dos diferentes actores, sejam eles o governo, a comunidade científica, actores económicos, organizações não governamentais ou da sociedade civil como um todo, são limitadas e muitas vezes desigual para os grandes desafios da sociedade de hoje.

III. Comunicação do risco

Numa outra perspectiva, verificamos que a existência de uma interdependência e interpenetração dos sistemas institucionais e operacionais dentro do sistema de protecção civil, como os descritos acima, leva a uma indefinição de responsabilidades. Contudo, a gestão dos riscos, do perigo, e das vulnerabilidades das populações, tende a fugir ao controlo dos papéis desempenhados pelas próprias corporações de bombeiros, (cuja análise será apresentada no capítulo V).

Perante as diferentes naturezas de riscos e incerteza que podem surgir, a capacidade de gerir a conflitualidade das responsabilidades institucionais, como prevenir, planear, limitar os riscos que acompanham a produção de bens e riqueza exige da administração uma maior competência e responsabilização de socializar os cidadãos para os riscos e incertezas (Mozzicafreddo, 2002).

Ulrick Beck, num outro registo, considera o seguinte:

“Como as partes afectadas revelam incompetência em matéria da sua própria condição de afligidos têm de recorrer aos peritos, que constituem a fonte de respostas para as questões que aumentam de tom actualmente. Todas as decisões sobre riscos e catástrofes (...) dependem do chamado conhecimento substancial, ou da produção do mesmo. O que muitas vezes não chega a acontecer. Terá de haver a abertura da burocracia do conhecimento e ainda a sua apresentação ao público de modo a que este retenha apenas o essencial” (Beck: 1992)

Este autor, sobre o mesmo assunto, diz-nos que pode ser atribuída ao público a irracionalidade do desvio da percepção do risco. Mas no fundo, a população precisa de informação sobre detalhes técnicos, para que possa comungar dos mesmos pontos de vista dos peritos e assim ter acesso ao tratamento técnico dos riscos (Beck: 1992). No entanto e:

“(...) apesar de ser necessária, a informação ao público não é simples. Apesar das controvérsias que descrevemos acerca da percepção do risco, todos os autores estão de acordo que a forma como as pessoas pensam sobre os riscos não é unidimensional, e que as formas de comunicar os riscos ao público devem levar em conta este carácter multidimensional.” (Lima, 1997: 71)

Desta maneira, que formas de comunicação de alerta e seu conteúdo utilizam, para que a informação chegue às populações? No entanto, será que a mensagem se faz sentir na mudança dos comportamentos das populações? Contudo, de acordo com Jaeger *et al* (2001) referindo-se a Petty e Cacioppo e ao modelo de comunicação de alteração de comportamento das pessoas proposto por estes, sabemos que:

“(…) a rota de selecção depende de dois factores: capacidade e motivação. Capacidade, refere-se à possibilidade psicológica de receber a mensagem sem distrações, a motivação refere-se à prontidão e interesse em processar a mensagem.”
(Jaeger *et al*, 2001:131)

No entanto, os mesmos autores continuam referindo que a decisão pessoal de aceitar a mudança de comportamento, depende de inúmeros factores, tais como: as normas comportamentais, valores, recursos, transmissores e circunstâncias em que se recebe a mensagem (Jaeger *et al*, 2001:132).

Por outro lado, sabemos já que os processos de comunicação do risco são complexos, sendo utilizados pelas organizações como um instrumento de mediação entre as análises científicas e técnicas e o público leigo. A sua complexidade reside entre outros factores, na dificuldade que as organizações poderão ter em adequar a comunicação do risco à realidade individual e colectiva, na medida em que como já vimos, a percepção do risco não é unidimensional.

De acordo com Slovic (2002), o julgamento do público no que diz respeito aos riscos tende a ser subjectivo, hipotético, irracional ou mesmo emocional, ao passo que o julgamento dos especialistas das organizações gerenciadoras do risco, é objectivo, analítico e racional. São também estas diferenças que dificultam a comunicação do risco.

IV. A confiança

O conceito de confiança em ciências sociais, como refere Moisés (2005:82), está intimamente ligado aos procedimentos e crenças que temos no outro com quem interagimos. O conceito está associado às preocupações com os procedimentos informais através dos quais os cidadãos enfrentam a incerteza e imprevisibilidade decorrentes do acréscimo de complexidade da sociedade globalizada interdependente e condicionada pelos avanços tecnológicos.

Com efeito, entre os cidadãos e as entidades com capacidade para lhes transmitir informação acerca do risco, deve-se estabelecer uma conexão de confiança, imperativamente. Assim, o especialista deverá criar com o público uma relação de confiança, de modo a que este compreenda e aceita a informação que lhe é transmitida. Vejamos que:

“Toda a gente sabe intuitivamente que a confiança é importante para todas as formas de interacção social (...). A confiança é frágil. Criar confiança compreende um processo muito lento, mas destruir a confiança é muito rápido, basta apenas uma perícia ou erro” (Slovic, 2002: 317,319)

Por outra via, as expectativas dos cidadãos aumentaram, devido ao acumular de situações com probabilidade de exceder um valor aceitável de danos materiais, provocadas pelo desenvolvimento da sociedade, como no início deste capítulo foi referido. Notemos também o caso dos riscos químicos industriais. De acordo com Freitas e Gomez (1997: 4), riscos como os de Flixborough (Inglaterra, 1974), Seveso (Itália, 1976) e Bhopal (Índia, 1984), contribuíram bastante quer para o aumento da perda de confiança dos cidadãos nos especialistas responsáveis pelas análises e gestão deste tipo de riscos, quer para colocar em relevo as deficiências do controle governamental e da legislação sobre os mesmos.

Efectivamente, devido a omissões políticas desde a não fiscalização e assunção de medidas, decisões e responsabilidades que resultaram num acréscimo de permeabilidade aos riscos, as formas como se gerem os riscos e se encaram os perigos, passaram a ter maior visibilidade pública. Deste modo, segundo Beck (1992), com a visibilidade que os perigos alcançaram, o poder de negação de responsabilidades perante os perigos, por parte das entidades responsáveis está cada vez mais enfraquecido.

Por outro lado, se realizarmos uma sucinta análise da realidade portuguesa, reparo, que não é o perigo que atinge maior visibilidade, mas sim a manifestação da crise. Note-se que, quer nas Cheias do Mondego em 2000-2001, quer nos incêndios florestais de 2005 no distrito de Coimbra, ou mesmo a queda da Ponte de Entre-Rios em Castelo de Paiva no ano de 2001, o que teve maior visibilidade pública não foi o perigo resultante do excesso de caudal das águas no Inverno, a limpeza das matas e ou o estado de conservação estrutural de uma ponte, entre outros. O que teve maior visibilidade foi a manifestação da crise, onde já não se poderia gerir, planear ou mesmo prevenir a ocorrências destes desastres.

E sabemos que a comunicação social tem um papel preponderante na formação da percepção do risco, bem como na gestão da controvérsia sobre os riscos, quando o poder político, mostra pouca abertura à participação dos cidadãos na tomada de decisões (Gonçalves, *et al*, 2007:218-219). Assim:

“Por tudo isto e pelo lugar central que ocupa hoje em dia nas preocupações do sistema político, do sistema económico e da opinião pública, o risco constitui um desafio central para a ciência e para a comunidade científica” (Gonçalves *et al*, 2007:110)

Efectivamente, o risco, nos dias de hoje, é indubitavelmente indissociável da política. Alguns dos aspectos desta relação podem-se manifestar pela missão reguladora do Estado que permeia sucessivas alterações legais, pela demonstração de ética, consubstanciada no assumir das responsabilidades como foi o caso “Entre-Rios” com o pedido de demissão do ministro da tutela e pelo aproveitamento político, que se fez dos incêndios florestais no distrito de Coimbra, no ano eleitoral de 2005, como poderemos ver no capítulo IV.

Com efeito:

“O risco é desde sempre indissociável da política: tomar decisões concernentes à organização do território, à repartição dos bens, ao uso dos recursos, equivale, ao menos em parte, a fazer apostas sobre o futuro, a construir cenários que encerram sempre uma dose de riscos.” (Veyret, 2007:29)

Vejamos também que:

“No contexto do ordenamento do território em Portugal, tanto a nível nacional e regional, os planos existentes não incorporam a vulnerabilidade social como uma ferramenta para implementar medidas de prevenção e políticas públicas relacionadas com a protecção civil.” (Mendes, 2009: 43)

e:

“(…) os riscos são politicamente reflexivos precisamente por conterem em si os ingredientes de uma crise do sistema político, incluindo da relação entre o poder e a ciência (…)” (Gonçalves *et al*, 2007:137)

Como consequência destes aspectos, passou a existir uma judicialização das relações sociais, ou seja, os cidadãos face a esta atitude do Estado passaram a utilizar os tribunais como forma de resolução de problemas. De acordo com Gonçalves *et al* (2007:137) os riscos tornaram-se centrais, tendo sido despoletadas em torno de si inúmeras mudanças jurídicas e institucionais, especialmente na Europa. Note-se também que de acordo com a mesma Autora (2007:141), o Estado devido às sucessivas alterações dos mercados, com a finalidade de interesse público, viu-se na necessidade de estender a sua regulação a outros domínios, nomeadamente o do ambiente, da segurança de produtos, entre outros, constituindo-se como regulador do risco, como vimos mais acima, através de normas preventivas à ocorrência futura susceptíveis de “comportar consequências gravosas e eventualmente irreversíveis”.

Por outro lado, verificou-se uma maior vitimização do cidadão (por exemplo, com pedidos de indemnização ao Estado) e a exigência de novas formas de regulação do Estado. Esta tendência para responsabilizar a administração, face às situações de crise e não gestão das vulnerabilidades a que os cidadãos estão expostos, pode ser encarada como uma nova sensibilização política. Esta reivindica a assunção de responsabilidades por parte do Estado.

Contudo, de acordo com Renn (2008:310), nas sociedades, se a desconfiança e o cepticismo em relação à neutralidade dos representantes políticos prevalecem, as oportunidades de participação deliberativa podem ajudar a estabilizar e aumentar o apoio político no sistema político. A este respeito, o argumento de que a participação diminui a legitimidade das instâncias representativas da democracia é invertida. Assim, através da preparação da decisão com mais cuidado, ponderando as preferências e valores de vários componentes, a legitimidade dos órgãos representativos do governo pode aumentar e ser entendida como sendo particularmente responsável perante as necessidades públicas.

Entretanto, a responsabilidade da prevenção e do enfrentar o risco, o perigo e as vulnerabilidades, não pode ser deixada apenas para os políticos ou cientistas, mas também deverá ser deixada a cada cidadão, como já vimos. Assim, esta responsabilização pode ser a título individual, ou mesmo a título dos grupos ou movimentos que se desenvolvem num cenário de subpolítica. Por exemplo, os novos movimentos sociais emergem como forma de pressionar a administração, ou como modo complementar da sua acção na problemática dos

riscos¹¹, podendo exercer uma influência simbólica e prática na socialização das populações relativamente aos riscos.

Deste modo, foi esta assumpção que conduziu à recolha da opinião dos bombeiros profissionais acerca do grau de preparação das populações dos seus concelhos-sede, face a todos os acidentes, calamidades e catástrofes que possam ocorrer neles.

Com efeito, num mundo actual caracterizado pelas dimensões já abordadas, há um conceito que deve ser colocado a par das noções de risco: a confiança. Esta, à semelhança do risco, transformou-se, dissolvendo assim as suas formas tradicionais:

“A confiança nos outros antes assentava na comunidade local (...)” Anthony Giddens (2004: 681)

Hoje, para este autor, significa: “apoiarmo-nos em “sistemas abstractos”. Confiamos nas instituições, por exemplo, de orientação e protecção, de modo a podermos enfrentar os riscos que nos cercam, bem como a dar-lhes resposta de um modo efectivo. Mas:

“A nossa relação com o risco varia em função daquilo que conhecemos sobre um determinado assunto, ou da confiança que depositamos em quem nos dá a informação sobre ele (...)” (Alexandre Quintanilha, 2006)

e:

“ (...) quanto mais confiança se tiver nos profissionais que estão encarregados da nossa protecção, nos funcionários do governo ou nas instituições responsáveis pela nossa exposição ao risco (...) ou ainda pela informação sobre um determinado risco, menos medo sentimos. Quanto menos confiança sentimos, maior será o nosso nível de preocupação.” (Fischhoff, 1995).

Vimos anteriormente que a forma como as pessoas pensam sobre os riscos é multidimensional. Paul Slovic (2002) nota que existe uma série de condições que levam os cidadãos a confiarem e a fortalecerem a sua relação com estas entidades: o compromisso, o cuidado, a competência e a honestidade.

¹¹ Porém, não existe nenhum novo movimento social ligado a área da protecção civil no distrito de Coimbra.

Relativamente ao compromisso e cuidado, este autor refere que tal diz respeito ao compromisso que demonstrem para alcançar os objectivos comuns. No que concerne à competência e honestidade, aqueles que gerem o risco deverão demonstrar competência técnica na sua área de responsabilidade bem como credibilidade, objectividade e sinceridade (Slovic, Fischhoff, e Lichtenstein, 1985).

Com efeito, a prevenção, o planeamento e gestão dos riscos em sociedades administradas, assumem uma importância primordial para decisores políticos, cientistas, técnicos e cidadãos mais informados. Vejamos que:

“(...) a legitimidade e a credibilidade das decisões passaram a depender não só do bom funcionamento dos mecanismos da democracia representativa, mas também da participação e do consentimento das partes interessadas ou mais directamente afectadas pelas decisões.” (Gonçalves *et al*, 2007: 168)

Assim, de acordo com Gonçalves *et al* (2007:175) o relevo dado à comunicação do risco poderá ser entendido como uma forma de partilha de responsabilidades pela gestão do risco com os cidadãos. Contudo, como já vimos neste capítulo, para este tipo de comunicação ser efectivo, depende da qualidade do mesmo e do entendimento conseguido, entre comunicador do risco e receptor do mesmo. Repara-se que a confiança do cidadão no sistema, poderá aumentar à medida que os níveis de entendimento entre comunicador e receptor aumentarem.

Em síntese, podemos considerar que a noção do risco, ao longo dos séculos, foi assumindo diferentes contornos, de acordo com o estado de desenvolvimento de cada sociedade. Se, por exemplo, nas sociedades antigas este era encarado como a “ira dos deuses”, na sociedade moderna é visto como fruto do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Todavia, a componente de incerteza e imprevisibilidade do risco, foi sempre uma constante nos vários tipos de sociedade.

Foi e é ainda alvo de inúmeros debates e discutido à luz de várias perspectivas, desde a sociologia às engenharias, entre outras. Porém, a questão central, no que toca a estas contendas, é saber quais os critérios de aceitabilidade, para que o risco seja considerado como tal. Verificou-se que, estes dependiam das características sociais, geográficas, culturais e mesmo políticas de cada sociedade. Deste modo, ao novo estado regulador imbricado na

sociedade de risco, é-lhe exigido regulamentação e ajustamento da legislação aos riscos mais proeminentes no seu espaço de influência.

Por outro lado, as investigações efectuadas sobre a percepção do risco das populações permitiram concluir que a percepção não é unidimensional. Pensar o risco depende de muitos factores, na medida em que pode variar de sociedade para sociedade, ou de indivíduo para indivíduo, dependendo da abertura que este tem em recepcionar a informação acerca do risco, proveniente dos especialistas.

Com efeito, a comunicação do risco por parte aos especialistas responsáveis pela comunicação do risco, no novo Estado como vimos, cuja coordenação entre os vários sistemas institucionais é complexa mas necessária, apresenta-se como contornos difusos dadas as características do modo como os riscos podem ser percebidos. Deste modo, verificamos que o acréscimo de consciencialização do risco por parte do cidadão, com o acumular de situações de risco e a maior visibilidade das manifestações da crise, pode conduzir a um aumento da capacidade reivindicativa perante as omissões do Estado relativamente aos riscos. Por outro lado, vimos também que o conceito de confiança está indissociável do risco. Deste modo, a confiança é focalizada nas entidades com capacidade de informar o cidadão e de o proteger, estabelecendo-se assim uma relação de confiança entre ambos. Porém, esta poderá ser quebrada, quando o Estado nos seus vários sistemas, como o da protecção civil, se revelar incapaz de gerir os riscos e de lhes dar uma resposta o mais eficaz possível.

Tornou-se imperativo num estado regulador como o português, onde se tem verificado uma sucessiva e numerosa regulamentação legal em matéria de protecção civil, conhecer melhor um dos elementos que compreende a rede onde se estabelecem as conexões entre a comunicação do risco, prevenção e gestão do risco. Trata-se dos bombeiros profissionais afectos ao Estado, que como vemos mais adiante é uma das profissões em quem os portugueses mais confiam.

Capítulo II: Historial e reporte institucional dos bombeiros municipais e sapadores

A maioria dos dados históricos sobre os bombeiros municipais em Portugal incide sobretudo nas duas primeiras corporações de bombeiros municipais no nosso país, a saber: Lisboa e Porto.

Começo por referir que a origem do serviço de incêndios em Portugal, de âmbito municipal, que veio desencadear a criação das actuais corporações de bombeiros profissionais, data de 1395, com a Carta Régia de 23 de Agosto, com D. João I, a ordenar medidas preventivas e de combate ao incêndios em Lisboa, por solicitação da autarquia local. Vejamos que somente passados dois séculos é que surgiram as corporações de Lisboa e Porto, e muito posteriormente as da Figueira da Foz e de Coimbra, em 1865 e 1781, respectivamente (Almeida, 1995:161).

Por outro lado, note-se que o termo bombeiro, foi pela primeira vez empregue por volta do ano 1734, com a promulgação de um regulamento que determinou mudanças na estrutura dos bombeiros lisboetas, passando a designar-se por corpo de bombeiros municipais (Santos, 1995:16).

Seguidamente, será apresentada uma breve resenha histórica sobre as duas corporações investigadas, começando pelos bombeiros municipais de Figueira da Foz.

I. Bombeiros municipais da Figueira da Foz

Assim, de acordo com o regulamento provisório de 1865 que versa sobre o “serviço de bombas d’ incêndios da municipalidade da villa da Figueira da Foz”, esta corporação, designada por “companhia”, começou por ter affectos a cada “bomba de incêndio” 32 elementos, como veremos mais adiante. Contudo, sobre as bombas não há registo do número existente. Sabe-se apenas que estas deveriam estar localizadas em pontos estratégicos, da então vila da Figueira da Foz, de modo a:

“(…) concorrer e convergir a qualquer ponto da Villa aonde aquelles se manifestarem, e para esse fim fica demarcada em três divisões sendo o centro d’ estas

a rua de Stº António, com seus seguimentos de ruas de comunicação da extremidade Norte ao Cães” (art.º1º do Regulamento provisório, 1865).

Assim, a cada uma das bombas estava associado um mestre, que detinha a responsabilidade sobre os instrumentos de trabalho e da execução das manobras “precisas” desempenhadas com:

“(…) coragem e inteligência, de forma que o serviço seja prestado com desembaraço e promptidão” (Artº3º do Regulamento provisório, 1865).

Preste-se atenção à importância aos adjectivos: coragem e inteligência, demonstrativa do tipo de cultura, particular dessa época e que se estendia à vida profissional.

Cada uma das “bombas” poderia compreender uma companhia de 32 elementos, 16 dos quais suplentes, bem como moradores com um registo numérico, cuja residência estivesse o mais próximo da estação (art.º 5º do Regulamento provisório). Aos 16 efectivos era disponibilizado um vencimento e uma gratificação, de acordo com o serviço prestado em ocasião de incêndios, as quais também eram estendidas aos suplentes que tivessem colaborado nas actividades. No caso da bomba ser particular, o seu proprietário, bem como as primeiras 12 pessoas que apresentassem “canécos de agoa” para apoiar no combate ao incêndio, também recebiam a gratificação. Por outro lado, em termos operativos, repare-se que a bomba que tivesse chegado em primeiro lugar ao local do incêndio recebia também gratificações.

Observemos, no que diz respeito às chamadas para o socorro, que estas eram realizadas através de badaladas. Estas, eram emitidas através do toque do sino, do alto da torre da igreja matriz (artº6º e 9º do Regulamento Provisório). Note-se que ainda hoje esta corporação se situa em frente a esta igreja, não sendo conhecidas outras localizações.

Em 1899, a corporação, pela primeira vez¹², surge com a designação de corporação de bombeiros municipais (Regulamento da Corporação dos Bombeiros Municipais da Cidade da Figueira da Foz, 1899).

Contudo, verifica-se que, embora o trabalho dos bombeiros se tenha estendido a toda a cidade e restantes localidades do concelho, a missão do bombeiro ainda aparece extensivamente ligado ao combate de incêndios. Note-se também que o auxílio passou a ser prestado em outros concelhos, mediante requisição e pagamento à autarquia figueirense, que

¹² De acordo, com a informação disponível.

constituíam receita da “Caixa d’auxílios dos bombeiros municipaes” (art.º1º do Regulamento da Corporação dos Bombeiros Municipais da Cidade da Figueira da Foz, 1899).

Relativamente ao regulamento anterior, onde visivelmente a hierarquia era organizada pelas “categorias” de: mestre, efectivos e suplentes, agora, passa a ser por: “ um primeiro comandante, um segundo comandante, três primeiros patrões, quatro segundos patrões, vinte e um aspirantes efectivos” (art.º 2º do Regulamento da Corporação dos Bombeiros Municipais da Cidade da Figueira da Foz, 1899). Verifica-se que este tipo de organização hierárquica não sofreu muitas alterações até aos dias de hoje. Actualmente, no âmbito dos bombeiros municipais, a estrutura compreende: comandante, segundo comandante, chefe, sub-chefe, bombeiros de 1ª classe, bombeiro de 2ª classe, bombeiro de 3ª classe e bombeiro recruta (art.º 11º, 12º e 16º do Dec-Lei nº 106/2002 de 13 de Abril).

Por outro lado, relativamente ao documento anterior (regulamento provisório) nota-se uma evolução, no âmbito da organização de piquetes, da apresentação do bombeiro com uniforme e capacete, com o usufruto de licenças, penalizações por falta ao exercício ou descuido com o material, e extraordinariamente o “falar alto”, entre outros (art.º 13º, 15º, 20º, 21º, 22º e 28º, do Regulamento da Corporação dos Bombeiros Municipais da Cidade da Figueira da Foz, 1899). Vejamos também, que comparativamente ao ano de criação da corporação, neste (1899), continua-se a utilizar as “badaladas” para assinalar o local do incêndio:

“(…) Para os incêndios que se manifestarem na zona da cidade, compreendida entre os limites da freguezia de Tavadre ao nascente e ao lado oriental da rua 10 d’Agosto..... 6 badaladas (...)Para os que se manifestarem na praia de Buarcos.... 13 badaladas .Para os que se manifestarem em Buarcos.... 14 badaladas (...)” (art.º 27º do Regulamento da Corporação dos Bombeiros Municipais da Cidade da Figueira da Foz, 1899)

Numa perspectiva genérica, observa-se que tanto no ano de 1865 (Regulamento provisório) como no de 1899 (Regulamento da Corporação dos bombeiros municipais da cidade da Figueira da Foz) através dos regulamentos confirma-se, embora com limitações (compreendidas pelo nível de desenvolvimento da sociedade dessa época), a atenção dada aos aspectos jurídicos e de estatuto de pessoal. Apesar destes se apresentarem agrupados no mesmo documento em ambos os regulamentos, vieram dar origem a disposições legais distintas e mais evoluídas, a saber: Dec-Lei nº 241/2007 de 21 de Junho-Regime jurídico do

bombeiro português e Dec-Lei nº 106/2002 de 13 de Abril-Estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local.

Efectivamente, em 1931, o serviço realizado pela corporação, deixa de ser “serviço de incêndios” como até aqui verificamos, e passa a ser designado por “serviço de salvação pública” (art.º 1º do regulamento dos serviços de salvação pública do concelho da Figueira da Foz, 1931). É neste documento, de acordo com as fontes encontradas, que surge pela primeira vez, a referência a este “serviço de salvação pública”, que compreende: a inspecção-geral dos serviços de salvação pública e o corpo de bombeiros municipais. A esta inspecção estava incumbida toda a parte administrativa de gestão de recursos humanos do corpo de bombeiros, bem como o registo de sinistros e mapa de estatísticas dos acidentes ocorridos. Por outra via, o corpo de bombeiros, gerido pelo comandante, era compreendido por um corpo activo e serviços auxiliares que estava encarregue: da secretaria, biblioteca, depósito de material e fardamento, chamadas de socorros e serviços telefónicos (art.2º, 3º e 4º, do ponto 1 do regulamento dos serviços de salvação pública do concelho da Figueira da Foz, 1931).

Embora o sistema de chamadas por badaladas continuasse a ser efectuado, pela primeira vez faz-se referência à utilização de um telefone¹³, para as chamadas de socorros. Examinemos que:

“O acesso aos telefones deverá ser de indicação prontamente compreensível e a sua utilização provocar automaticamente o alarme na Estação Central e simultaneamente atuar na rede de campainhas correspondente às Corporações” (art.º 14º do regulamento dos serviços de salvação pública do concelho da Figueira da Foz, 1931)

Por outro lado, no que toca à nomeação de comando, observa-se que este é feito pela primeira vez por concurso, dando-se preferência a candidatos com o perfil abaixo descrito, onde apareciam os militares. Veja-se por um lado a ênfase dada na altura ao recrutamento de comandantes cuja origem é uma força militar e por outro que nos casos estudados

¹³ Em 1877, um ano a seguir ao seu aparecimento, tinha lugar a primeira experiência com telefone, no nosso país, em Lisboa. Entre 1904 e 1905, alargaram-se as redes de telefones a Braga e a Coimbra, pela empresa do Estado: CTT-Correios, Telégrafos e Telefones (Santos, 1999) in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-rogerio-historia-telecomunicacoes.pdf>

actualmente os comandantes são militares. Preste-se também atenção que, extraordinariamente, os construtores civis tinham lugar, neste tipo de concurso:

“1º Ser engenheiros, oficiais do exercito, ou, na falta destes construtores civis;

2º Ter menos de 46 anos e mais do que 25;

3º Ser português, ter cumprido os preceitos da lei do recrutamento;

4º Não ter sofrido condenação a pena maior;

5º Que é suficientemente robusto e não possuir moléstia contagiosa” (art.º47º 14º do regulamento dos serviços de salvação pública do concelho da Figueira da Foz, 1931)

Repara-se que desde essa altura (1931), até aos dias de hoje, com esta dissertação¹⁴, existe uma evidente escassez de bibliografia histórica ou outra, sobre esta corporação e da que se segue, para além da que foi utilizada no decurso desta descrição histórica.

II. Bombeiros sapadores de Coimbra

Deste modo, relativamente à outra corporação estudada, os sapadores de Coimbra, a concessão régia de 13 de Março de 1781, pela rainha D. Maria I, foi o primeiro sinal para a constituição do serviço de incêndios de Coimbra:

“(…) fazer pelo cofre real de águas, as despesas com a aquisição de bombas para o Bairro Alto e Bairro Baixo, com a designação de sítio onde elas possam estar, ficando aquelas sob administração da Câmara, com a jurisdição para eleger os bombeiros condutores delas (...)” (Santos, 1995: 17)

Volvidos 14 anos, em 1795, surgem em concessão, pela mesma monarca, autorização para a organização de um “grupo” constituído por: “capitão ou guia, operários e condutores” (Carvalho, s/a: 2) para o trabalho de bombas, no combate aos incêndios. Note-se que, estamos perante o início de um quadro de categorias hierarquizadas, nesta corporação e quiçá em outras suas congéneres. Por outro lado, à semelhança da corporação abordada anteriormente, nesta, também existia um sistema de penalizações. Estas compreendiam, ao que se sabe, as ausências dos efectivos no trabalho de combate aos incêndios e limpeza das bombas, sendo as verbas revertidas para a reparação destas últimas. De acordo, com o texto

¹⁴ De acordo com as pesquisas efectuadas para a sua realização.

que segue, oriundo dos “Anais do Município” (Carvalho, s/a:3), a posse das bombas, parece não ser exclusiva da corporação, mas também de ordens religiosas, o que, e não havendo referência a bombas particulares, é possível que estas, também, tenham existido:

“Na sequência de um incêndio na noite de 21 para 22 de Novembro de 1778 na casa de mulher viúva da dita cidade o fogo que devorou três vidas e respectivos bens; não foi consumida a viúva por ter conseguido fugir nua e descomposta pelos telhados de uma ilha de casas. A bomba existente, pertença dos Frades Crúzios que por estarem em clausura não abriram logo a porta demorando algum tempo” (Carvalho, s/a:3, appud: Anais do Município)

Ao longo do tempo, o serviço de incêndios foi sofrendo um desenvolvimento, até ao culminar da deliberação de se organizar como companhia de bombeiros, em 1845. Vejamos, que é nesse mesmo ano, que se faz pela primeira vez alusão, à nomeação de um comandante (Carvalho, s/a:3).

Em 1859, o quadro desta corporação foi aumentado para 60 elementos, bem como os utensílios utilizados no combate aos incêndios, a saber: machados, croques, cordas e mangas de salvação, forquilhas cestos de salvação, potes e archotes. Repare-se que o levantamento destes materiais sem autorização prévia ou a sua destruição, eram alvo de penalizações por via de multa, desde 1845 (Carvalho, s/a:3).

De acordo com o mesmo autor, observa-se que os residentes também colaboravam no combate aos incêndios. Anotemos a menção às mulheres, demonstrando o papel que esta desempenhava nestas situações.

Todavia, não se compreende, se as mulheres recebiam gratificações, à semelhança da população da Figueira da Foz:

“Neste mesmo ano a Câmara mandava comprar baldes, até perfazer o número de 300 e que estes fossem distribuídos pela cidade às mulheres, ficando estas com o encargo de os guardar para acudir aos incêndios” (Carvalho, s/a: 3)

Já nessa altura existiam o sistema de registo dos bombeiros, com as suas promoções, categoria ocupada, data de entrada, profissão anterior e residência. Veja-se que este pormenor, embora não seja referenciado como regulamento (termo utilizado na altura) veio

dar origem a vários documentos legais, tais como: o estatuto de pessoal do bombeiro profissional da administração local (Dec-lei 106/20002 de 13 de Abril).

Do extracto, abaixo, podemos confirmar a utilização do termo corporação de bombeiros municipais, até aqui não mencionado, bem como a decisão de despedimento como forma de penalização:

“Segundo os “Anais do Município de Coimbra” foi votada, em Assembleia de 5 de Dezembro de 1889, “*a dissolução completa do Corporação de Bombeiros Municipais, por se terem negado à comparência do exercício mensal.*” (Carvalho, s/a:3).

Contudo, a companhia das bombas veio dar lugar, em 1890, ao serviço de incêndios. Posteriormente, volvidos 8 anos, passou a designar-se por corpo de salvação pública e o serviço que o coadjuva de inspecção de serviços de incêndios. Em 1940, com o decorrer da evolução da organização da corporação, passou a corpo de bombeiros municipais. A partir de 1987, definitivamente, como companhia de bombeiros sapadores (Carvalho, s/a:3), embora a revisão do regime jurídico, instituído pelo código administrativo que definiu a tipologia de bombeiros sapadores, tivesse ocorrido em 1946 (Santos, 1995: 36).

Através do extracto abaixo apresentado, datado de 1900, pode-se verificar o crescimento desta corporação, bem como a constituição de outra, que julgo ser os actuais turnos, mas revezados de seis em seis meses:

“(…) Agora que esta cidade tem não só a Corporação de Bombeiros Municipais com o respectivo material de incêndio (...). (...) pedia à Rainha a precisa auctoridade para que a Câmara podesse obrigar com penas pecuniárias e de prisão os indivíduos necessários para o dito effeito, sendo repartidos em duas companhias, cada uma com vinte homens, com seu guia a quem obedecessem e que as podesse dirigir e commandar em forma na ocasião dos incêndios, servindo cada companhia por tempo de seis meses” (Carvalho, s/a: 4, appud Anais do Município).

Sabe-se que em 1924, a corporação compreendia já 40 elementos (Carvalho, s/a:4). No entanto, a prática de demissões por penalizações, segundo o mesmo autor, era frequente, o que levava constantemente à diminuição e aumento dos efectivos. Chega aos dias de hoje, com um quadro de 125 efectivos, como poderemos verificar no capítulo V, desta dissertação.

Efectivamente, para este percurso, muito contribuiu o Regulamento Geral do Corpo de Bombeiros Municipais criado em 1941, bem como (apesar de provisório), o Regulamento de Cursos e Graus de Habilitações e preparação do Corpo de Bombeiros Municipal de Coimbra, também do ano de 1941 (Carvalho, s/a:7).

Relativamente, à sua localização, sabe-se que passou por vários locais na cidade. Em 1906, na Av. Sá da Bandeira (na actual escola primária). Na mesma avenida (após ter passado por outros locais), em 1910, passou a situar-se no edifício, onde hoje está instalada a polícia municipal (Carvalho, s/a:5) a partir de 1999 até hoje, situa-se na Av. Dr. Mendes Silva.

Por outra via, verifica-se que o treino dos bombeiros, foi sempre uma constante, na medida em que Carvalho, quando descreve as localizações, refere a localização das casas escolas. Vejamos:

“(...) Havia nas traseiras da Estação uma Casa Escola em madeira para treino dos bombeiros.” (Carvalho, s/a:5).

“A construção da Casa Escola e restantes edifícios teve início em 1922 e a inauguração terá ocorrido por volta de 1930.” (Carvalho, s/a:5).

Quanto ao parque automóvel, em 1925, a corporação recebe o seu primeiro carro automóvel, substituindo o carro de tracção animal. Devido à ausência de meios logísticos, o chefe de serviço, em ocorrências fora do concelho, estava autorizado a alugar um automóvel ligeiro para rebocar a moto-bomba, uma vez que o pronto-socorro automóvel “não podia sair da cidade” (Carvalho, s/a:6). Repare-se que nos dias de hoje, apesar dos dados quantitativos revelarem deter na sua generalidade um parque automóvel em bom estado, a carência de meios, é na opinião dos efectivos entrevistados, sobretudo ao nível de carros de combate a incêndios florestais, como se pode observar na análise de conteúdo às entrevistas desta corporação¹⁵.

Numa outra perspectiva, a da zona de actuação do concelho de Coimbra e reportando-me à situação actual, conhece-se que a repartição desta zona é realizada entre as três forças de bombeiros do concelho (sapadores, voluntários de Coimbra e voluntários de Brasfemes), estando deste modo, os serviços de prestação e socorro distribuídos pelas três corporações. No entanto, repare-se que de acordo com o ponto 2, do artº.12º do Decreto-Lei

¹⁵ Ver pág. 107.

nº134/2006 de 25 de Julho, que versa sobre o sistema integrado de operações de protecção e socorro¹⁶, se os voluntários forem a primeira força a chegar ao local de ocorrência, assumem o comando das operações, deixando apenas de ser exercido quando os sapadores, enquanto força profissional, chegarem. No ponto seguinte, debruçar-me-ei com mais detalhe sobre este importante documento.

III. Funcionamento institucional da estrutura de bombeiros

É em 1978 que se sentiu a necessidade de reformular o conselho nacional dos serviços de incêndios estabelecido por decreto nº35.746 de 12 de Julho de 1946, que como vimos no ponto I e II deste capítulo, é originário do serviço de incêndios datado de 1395 por concessão régia.

Esta necessidade advém da problemática em torno da organização das estruturas de bombeiros em Portugal, no respeitante ao interesse público, falta de recursos humanos, equipamento e meios financeiros. Deste modo, da reestruturação deste serviço surgiu, através do decreto-lei nº 388/78 de 9 de Dezembro, o conselho coordenador do serviço de bombeiros, a quem competia apoiar o Governo, no seguinte:

“(…) Definição da politica a desenvolver no sector, promover a realização de estudos sobre o melhor ordenamento territorial dos meios de combate a incêndios e de acções globais de planeamento, coordenação e implementação de medidas que visassem maior economia e uma utilização racional de esforços e de equipamentos de combate a incêndios” (Santos, 1995:34).

Contudo, um ano volvido, por ratificação do decreto-lei, com a criação da Lei nº 10/79 de 20 de Março, foi criado o serviço nacional de bombeiros, no Ministério da Administração Interna, com a atribuição de:

“Orientar e coordenar as actividades e serviços de socorro exercidos pelos corpos de bombeiros e assegurar a sua articulação, em caso de emergência, com o serviço nacional de protecção civil” (Santos, 1995:35)

¹⁶ Versa o seguinte: sempre que uma força de socorro de uma qualquer das organizações integrantes do SIOPS, seja accionada para uma ocorrência, o chefe da primeira força a chegar ao local assume de imediato o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação.

Para observarmos a dimensão da estrutura de bombeiros em Portugal, neste período, desde a criação do conselho nacional de incêndios até à criação do serviço nacional de bombeiros, foram criadas 182 associações de bombeiros voluntários, 9 corpos de bombeiros municipais e 9 corpos de bombeiros privativos.

Todavia, o serviço nacional de bombeiros, cuja primeira lei orgânica definida pelo decreto-lei nº 4189/80 de 29 de Setembro, foi sucessivamente alterada até ao decreto-lei nº 293/2000 de 17 de Novembro. Neste, os serviços de inspecção que anteriormente eram de âmbito regional, foram reorganizados numa base distrital. Para articulação da actuação do serviço nacional de bombeiros, dos corpos de bombeiros e do serviço nacional de protecção civil (afecto ao ministério da defesa nacional), foram criados os centros de coordenação de socorros a nível nacional e distrital (www.proteccaocivil.pt, 2009).

De acordo com a mesma fonte, quer o serviço nacional de bombeiros quer o serviço nacional de protecção civil, desenvolveram ao longo dos tempos, uma função preponderante, na acção de prevenção de acidentes, catástrofes e calamidades e de socorro a pessoas e bens. Com as dificuldades sentidas, na articulação dos vários serviços da área de operação e socorro, foi criado um novo serviço que congregou em si as duas entidades, passando a designar-se, por decreto-lei nº 49/2003 de 25 de Março, serviço nacional de bombeiros e protecção civil. Note-se que é neste período que se inicia objectivamente, uma nova cultura organizacional da estrutura da emergência e socorro no nosso país, juntando duas lógicas. Uma lógica, de superintendência e coordenação de toda a actividade de protecção civil e execução das directivas e determinações superiores (serviço nacional de protecção civil) e outra de orientação, coordenação, fiscalização e apoio de toda a actividade dos corpos de bombeiros (serviço nacional de bombeiros) (www.proteccaocivil.pt, 2009).

Por outro lado, com a entrada em vigor da lei nº 27/2006 de 3 de Julho, que rectificou a lei de bases de protecção civil, o sistema de protecção civil, no nosso país, assumiu uma nova estrutura, denominada por Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), que vigora actualmente com o decreto-lei nº 75/2007 de 29 de Março. Esta tem como missão de acordo com art.º 2º ponto 1 deste decreto-lei, o seguinte:

“A ANPC tem por missão planear, coordenar e executar a política de protecção civil, designadamente na prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, de protecção e socorro de populações e de superintendência da actividade dos bombeiros.” (art.º 2º do Decreto-lei nº 75/2007 de 29 de Março)

Deste modo, um novo modelo organizativo com contornos distintos do antecedente, veio assegurar as atribuições de previsão e gestão de riscos, actividade de protecção civil, bem como as actividades dos bombeiros e do planeamento de emergência, dando continuidade à junção das duas lógicas anteriormente mencionadas.

Porém, é imperativo salientar a importância da lei de bases da protecção civil de 1991 pela lei nº113/91 de 29 de Agosto, definindo os princípios gerais, o enquadramento, a coordenação, a direcção e execução de uma política de protecção civil. Esta foi determinante na sistematização de uma arquitectura legislativa até aqui dispersa e insuficiente, dando espaço a uma progressiva implementação de um sistema de protecção civil, iniciado em 1975 pelo decreto-lei de n.º 78/75, de 22 de Fevereiro. Por outro lado, outros documentos, desde 1979 até aos dias de hoje, tiveram a sua importância, conduzindo a uma melhoria da estruturação deste serviço e dos corpos de bombeiros. Destacarei alguns: a revisão do regime jurídico dos corpos de bombeiros de 1946, com a definição dos bombeiros em tipologias: voluntários, municipais e mistos; a lei orgânica do serviço nacional de bombeiros de 1980; o estatuto social do bombeiro pela lei nº 21/87; estatuto do bombeiro profissional em 1992, pelo Decreto-lei nº 293/92, bem como as mais actuais: lei de bases da protecção civil pela Lei nº 27/2006 de 3 de Julho; lei orgânica da autoridade nacional de protecção civil, pelo decreto-lei nº 75/2007 de 29 de Março. Todavia, saliento outros documentos legais importantes, cujo contributo foi importante para a realização dos instrumentos metodológicos: questionários, entrevistas e observatório de imprensa para a investigação aos bombeiros profissionais do distrito de Coimbra: Decreto-lei nº 106/2002 de 13 de Abril, Decreto-lei nº 24/2007 de 27 de Junho e o Decreto-lei nº 241/2007 de 21 de Junho.

Efectivamente, será igualmente importante abordar a estrutura de protecção civil em Portugal. Vejamos que esta se organiza ao nível nacional, regional/distrital e municipal. Neste prisma, é da competência do Governo a condução da política de protecção civil, sendo o primeiro-ministro o responsável pela sua direcção, inscrita nas orientações do programa de governo. A nível regional/distrital surge a figura do governador civil, que exerce funções de responsável distrital da política de protecção civil, cabendo-lhe a responsabilidade de desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil, prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequada em cada caso. Por fim, é da responsabilidade do presidente de câmara municipal a mesma função do governador civil, mas ao nível municipal. (do art. 31º ao 35º, lei nº 27/2007 de 3 de Julho).

Será de igual importância referir que em Portugal os agentes de protecção civil de acordo com esta lei de bases da protecção civil que no seu art.º 46º refere o seguinte:

- “a) Os corpos de bombeiros;
- b) As forças de segurança;
- c) As Forças Armadas;
- d) As autoridades marítima e aeronáutica;
- e) O INEM e demais serviços de saúde;
- f) Os sapadores florestais.”

O sistema de protecção civil em Portugal é de acordo com a lei nº 27/2006 de 3 de Julho, baseado nos seguintes princípios: prioridade, no qual se deve dar prevalência à prossecução do interesse público no que diz respeito à protecção civil (art.º 5º alínea a)); prevenção, onde os riscos de catástrofe e calamidade devem ser analisados, de modo antecipado, tendo em vista o eliminar das causas ou a redução das suas consequências (art.º 5º alínea b)); precaução, de modo a adoptar as medidas de diminuição do risco de acidente grave ou catástrofe, inerente a cada actividade (art.º 5º alínea c)); subsidiariedade, que determina que o sistema de protecção civil, de nível superior, só deve intervir se o subsistema inferior não conseguir alcançar os objectivos de protecção civil (art.º 5º alínea d)); cooperação, assenta no reconhecimento que a protecção civil, constituiu atribuição do Estado, das Regiões autónomas e das autarquias locais e dever dos cidadãos e de todas as entidades públicas e privadas (art.º 5º, alínea e)); coordenação, que exprime a necessidade de assegurar sob orientação do governo, a articulação das políticas nacionais, regionais, distritais e municipais de protecção civil (art.º 5º alínea f)); unidade de comando, determina que todos os agentes actuam a nível operacional, sob um comando único de modo articulado sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional (art.º 5º, alínea g)); informação, traduz o dever de assegurar a difusão da informação relevante em matéria de protecção civil (art.º 5º alínea h)).

Assim, ao nível operacional, surgiu em 2006, um documento, designado por Sistema integrado de operações de protecção e socorro (SIOPS) conforme o Decreto-Lei nº 134/2006 de 25 de Julho, que estrutura as normas e procedimentos da actuação de todos os agentes de protecção civil, no teatro operacional. Este promove uma forte articulação dos agentes, sob um comando único assente nas duas dimensões do sistema, a da coordenação institucional e a do comando operacional:

“O Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro, adiante designado por SIOPS, é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.” [art.º 1º-1]

“O SIOPS visa responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe.” [art.º 1º-2]

“O princípio do comando único assenta nas duas dimensões do Sistema, a da coordenação institucional e a do comando operacional.” [art.º 1º-3]

Repare-se que este documento, veio reforçar a lógica militarizada do sector de emergência e socorro, por via do seu carácter hierarquizado. Por outro lado, veio na minha opinião, complementar e dar razão à criação de um novo espaço de competências da força de segurança Guarda nacional republicana, os GIPS (Grupo de intervenção de protecção e socorro) na medida em que a alínea a) do ponto 3 do seu art.º 28¹⁷ que se articula com o alínea a) do ponto 2 do art.º 4¹⁸ do Decreto-Lei nº 22/2006 de 2 de Fevereiro. Notemos:

“Garantir uma primeira intervenção imediata e segura em incêndios declarados, dominando-os à nascença.” (art.º 28º-3 do Decreto-Lei nº 134/2006 de 25 de Julho)

“O GIPS tem como missão específica a execução e acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves.” (art. 4º -2 do Decreto-lei nº 22/2006 de 2 de Fevereiro)

Numa outra perspectiva orgânica, vejamos que nas situações de emergência, localizadas a nível concelhio, a estrutura de protecção civil mais adequada para intervir será

¹⁷ Versa sobre o dispositivo especial de incêndios florestais.

¹⁸ Versa sobre o grupo de intervenção de protecção e socorro.

a de nível municipal, denominada por serviço municipal de protecção civil e os corpos de bombeiros existentes, devido à proximidade dos meios de socorro, à capacidade de rapidamente analisar a situação e ao conhecimento da realidade local. Repare-se que no ano a seguir ao da criação do Grupo de intervenção de protecção e socorro (GIPS), foi criado a Equipa de intervenção permanente (EIP) pela Portaria nº 1358/2007 de 15 de Outubro, reforçando na minha opinião, por um lado a função dos corpos de bombeiros detidos pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários e por outro lado, aproximando-os do estatuto dos bombeiros profissionais das autarquias. Quanto à estrutura distrital, designado por Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS), deverá apenas intervir quando a situação de emergência extravasar os limites do município ou os meios locais se mostrem insuficientes para a combater, sempre por solicitação da autoridade local de protecção civil, o presidente da câmara municipal. A intervenção do nível nacional, designado por Centro Nacional de Operações de Socorro (CNOS), será activada seguindo uma lógica semelhante. Esta investigação de foro histórico e sócio-jurídico, permitiu um balizamento das categorias a investigar na tipologia de bombeiro profissional: as corporações de: municipais da Figueira da Foz e de Sapadores de Coimbra, de modo a traçar o seu modelo cultural identitário, tendo resultado em dois tipos de análise como veremos mais adiante nos capítulos V e VI¹⁹. Por outro lado, como anteriormente foi referido o conhecimento do dispositivo legal que subjaz esta tipologia, foi determinante para a elaboração dos instrumentos metodológicos.

Porém, no que diz respeito à responsabilidade, quer por parte do sistema de protecção civil, enquanto representante do Estado, nesta matéria, bem como por parte do cidadão, é de alta importância pelo que lhe dedicarei algumas linhas, neste final de capítulo.

Deste modo, a responsabilidade, cuja expressão é a do poder que cada indivíduo detém sobre si e sobre os outros, em múltiplas situações, poderá ser de várias ordens: ética, contratual, política, civil, entre outras. Todavia, todas elas implicam sanções que variam em função da gravidade dos efeitos provocados e da natureza da responsabilidade (Tanzi e Delmal (2006:56).

Se contextualizarmos a responsabilidade do Estado português, em matéria de protecção civil, face a acidentes graves e catástrofes, considera-se que esta poderá compreender todas as ordens, acima referidas.

Observemos nesse sentido, que dos pontos de vista:

¹⁹ Ver pág. 65 e pág. 107.

1) *Ético*, o Estado nos seus sistemas de protecção civil, devem fazer coexistir os interesses particulares dos cidadãos com os colectivos, tendo em vista a existência de uma ordem e coesão sociais que deverá ser mantida;

2) *Contratual*, o Estado, no âmbito da protecção civil, estabelece com as populações o contrato de lhes prestar serviços de socorro e protecção perante acidentes graves ou catástrofes. Anotemos que a própria lei de bases da protecção civil (Lei nº 27/2006 de 03/07), define o seguinte:

“A protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade riscos colectivos inerentes a situações de acidentes graves ou catástrofes, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer pessoas e bens em perigos quando aquelas situações ocorrem” [art.º 1º-1º]

“A desobediência e a resistência as ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas em situação de alerta, contingência ou calamidade, são sancionadas nos termos da lei penal e as suas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.” [art.º 6º-4º]

“A violação do dever especial previsto nos nºs 2²⁰ e 3²¹ implica, consoante os casos, responsabilidade criminal e disciplinar, nos termos da lei.” [art.º 6º-5º]

3) *Político*, vejamos que a direcção das políticas deste âmbito, de acordo com a mesma lei, recaem no: a) governo e no primeiro-ministro (a nível nacional); b) no governador civil (a nível distrital); c) e no presidente de câmara (a nível municipal).

²⁰ O ponto 2 refere: “Os funcionários e agentes do Estado e das pessoas colectivas de direito público, bem como os membros dos órgãos de gestão de empresas públicas, têm o dever especial de colaboração com os agentes e órgãos de protecção civil”.

²¹ O ponto 3 refere: “Os responsáveis pela administração, direcção ou chefia de empresas privadas cuja laboração, pela natureza da sua actividade, esteja sujeita a qualquer forma específica de licenciamento têm, igualmente, o dever especial de colaboração com os agentes e órgãos de protecção civil”.

Vejamos também que sobre estas entidades representativas, pode incorrer a responsabilidade que passarei a tratar:

4) *Civil*, a responsabilidade, também se faz sentir, na medida em que esta se refere no plano do direito, à obrigação de reparar o dano que uma pessoa causa a outra, que pode ser dano à integridade física, aos sentimentos ou a bens das pessoas. Repara-se que no seu art.º 165º o código civil português, que versa sobre a responsabilidade civil das pessoas colectivas, refere que:

“As pessoas colectivas respondem civilmente pelos actos ou omissões dos seus representantes, agentes ou mandatários nos mesmos termos que os comitentes respondem pelos actos ou omissões dos seus comissários.” [art.º 165º]

Por outra via, o cidadão, à semelhança do Estado, em matéria de protecção civil, face a acidentes graves e catástrofes, não estão alheios à responsabilidade. Examinemos, no que diz respeito a este sujeito jurídico, que a responsabilidade também poderá compreender todas as ordens acima referidas, com excepção da política.

Deste modo, observemos que dos pontos de vista:

1) *Ético*, o cidadão, tal como o Estado, devem fazer coexistir os seus interesses particulares com os colectivos, em prol da manutenção da ordem e coesão sociais;

2) *Contratual*, o cidadão, no âmbito da protecção civil, estabelece com as entidades que compreendem os sistemas de protecção civil, o contrato de lhes prestar colaboração pessoal.

Vejamos que lei mencionada até ao momento, refere que:

“Os cidadãos e demais entidades privadas têm o dever de colaborar na prossecução dos fins dos fins da protecção civil, observando as disposições preventivas das leis e regulamentos, acatando ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela protecção civil

satisfazendo prontamente as solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes” [art.º 6º-1º]

“A desobediência e a resistência as ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas em situação de alerta, contingência ou calamidade, são sancionadas nos termos da lei penal e as suas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.” [art.º 6º-4º]

“Declarada uma das situações previstas no nº1 do art.º 8º²², todos os cidadãos e demais entidades privadas, estão obrigadas, na área abrangida, a prestar as autoridades de protecção civil a colaboração pessoal que lhe for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhe forem dirigidas e respondendo às respectivas solicitações.” [art.º 11º-1]

3) *Civil*, a responsabilidade também se faz sentir, da mesma forma que para o Estado, pois quanto a este aspecto, no seu art.º 483º, o código civil português, que versa sobre a responsabilidade civil das pessoas singulares, menciona que:

“Aquele que geralmente com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes de violação.” [art.º 483º]

Em síntese, neste capítulo foi abordada uma breve história das duas corporações, evidenciando a antiguidade de uma e outra, sendo que a dos sapadores mais antiga foi desenvolvendo outros apetrechamentos logísticos nomeadamente a casa-escola. No entanto, ambas, foram sofrendo uma evolução desde a constituição do serviço de incêndios em 1395, até a criação da autoridade nacional de protecção civil em 2007. Essa evolução, passou pela criação do regime jurídico dos bombeiros portugueses, estatuto social, entre outros documentos que concederam aos bombeiros de âmbito autárquico, uma maior consistência, ao nível dos meios disponíveis para a sua actuação na prestação e socorro a pessoas e bens, mais condições do foro da protecção social e outros. Neste capítulo, vimos também, os

²² Este artigo, versa sobre as declarações de alerta, contingência e calamidade.

serviços que antecederam à actual estrutura institucional de âmbito nacional, a autoridade nacional de protecção civil, bem como a compilação num documento único, determinante para uma actuação articulada das forças actuantes no teatro de operações, a saber o SIOPS. Salientou-se a importância desta investigação de âmbito histórico e sócio-jurídico para o estreitar de categorias a abordar nos instrumentos metodológicos, para além de determinar as diferenças entre as duas vertentes da actividade de bombeiro profissional: municipais e sapadores. Deste modo, a presença deste quadro legal, permitiu que a observação da realidade particular dos bombeiros profissionais seguisse um fio condutor consistente baseados na articulação entre a dimensão legal e a dimensão empírica alcançada com o apoio dos instrumentos metodológicos. Por fim, no sentido de analisar a representatividade do conceito de responsabilidade, debatido no capítulo I, foi encetada os níveis de responsabilidade a que o sistema de protecção civil, por um lado, e o cidadão, por outro, está vinculado do ponto vista político, ético, civil e contratual.

Capítulo III: Metodologia

A metodologia utilizada para a realização da investigação que compreende esta dissertação aborda várias técnicas de recolha de dados. A selecção dos objectos de estudos teve como base a vertente profissional da actividade de bombeiro no distrito de Coimbra, sendo seleccionado o universo das corporações deste âmbito no distrito de Coimbra: municipais da Figueira da Foz e sapadores de Coimbra.

A primeira técnica a ser utilizada, foi o questionário, para a análise comparativa das duas corporações, tendo em vista uma apreensão mais eficaz das percepções dos efectivos, dadas as alterações legais no decurso do ano de 2007 e anos transactos.

Numa segunda, fase, tendo em vista a complementaridade e melhor compreensão dos dados recolhidos inicialmente através do questionário, com um guião de perguntas abertas foram realizadas entrevistas aos bombeiros sapadores. Após a sua transcrição elaborou-se uma análise de conteúdo, sendo os discursos classificados, através de categorias, posteriormente mapeadas, de modo a interpretar a construção subjectiva da realidade em estudo.

Numa terceira e última fase, para a realização do observatório de imprensa, foram analisados artigos da imprensa regional, de modo a detectar a forma como esta constrói a actuação dos bombeiros profissionais. Dados fornecidos pelas duas técnicas acima referidas, no que diz respeito aos incêndios florestais, sugeriram a criação deste observatório. Para o efeito, foram utilizadas duas técnicas. A primeira foi a análise dos artigos, através do protocolo analítico e posteriormente, a segunda, com o apoio do protocolo, compreendeu uma análise crítica de discurso dos documentos seleccionados.

Vejamos mais em pormenor as técnicas utilizadas em cada momento da investigação.

I. Os questionários

A escolha da metodologia de recolha de informação, na vertente questionário, foi realizada tendo em conta que esta técnica, aplicada a uma amostra ou universo, permite uma inferência estatística e é adequada ao estudo extensivo de grandes conjuntos de indivíduos (normalmente através da medida de certos atributos de uma amostra representativa), embora com limitações no que diz respeito à profundidade da informação (Ghiglione e Matalon, 1993). Por outro lado, de acordo com Flament, (1976:59) o questionário permite obter

indicadores, sobre as opiniões, crenças, sentimentos, atitudes, recordações ou intenções de comportamentos do inquirido, tornando o processo de comunicação estandardizado. Vejamos também a utilidade deste instrumento dado o facto de que:

“(…) aquele que tem o propósito de comunicar (…) codifica as suas ideias usando símbolos, geralmente linguísticos (…) que são transmitidos de maneira diferentes (meios) com o objectivo de ser compreendido (...). Por sua vez cabe ao receptor interpretar a mensagem (...)” (Lobo, 2003:86).

A sua importância no apuramento da sensibilidade do inquirido face a toda a sua actividade onde os riscos estão subjacentes, revela-se também determinante ao constarmos que segundo Lima (1997:71), a forma como as pessoas pensam os riscos é multidimensional e as formas de os comunicar deverá contemplar esse aspecto. Notemos também que “a comunicação do risco emergiu de investigações sobre a percepção do risco, revelando que o que o público pensa acerca dos riscos não o mesmo que os especialistas pensam.” (Jaeger *et al*, 2001:127); e as formas de comunicação devem reconhecer e superar obstáculos que tem origem nas limitações das avaliações científicas e nas idiosincrasias da mente humana, sabendo que os julgamentos acerca do risco, são influenciados pelas memórias de acidentes passados e pela imaginação de futuros acidentes (Slovic, 2002:184).

Por outro lado, num primeiro momento, procurou-se averiguar as diferenças sobretudo ao nível do estatuto do bombeiro, entre sapadores (Coimbra) e municipais (Figueira da Foz), de modo a assegurar que as questões a comporem o questionário, tivessem o mesmo significado para as duas corporações e que os diferentes aspectos, caso existissem, fossem bem abordados, na medida em que:

“(…) Para um questionário é obviamente necessário saber com exactidão o que procuramos, garantir que as questões tenham o mesmo significado para todos, que os diferentes aspectos da questão tenham sido bem abordados (...)” (Ghiglione e Matalon, 1993:115)

Deste modo, como poderemos verificar nos questionários em anexo, concluiu-se que se deveriam colocar duas questões distintas aos bombeiros municipais: “Acha que beneficiava com uma carreira única equiparada aos bombeiros sapadores” e “Se a resposta foi positiva, diga em quê?”.

Ultrapassada essa possibilidade de erro, desistiu-se da construção de questionário único para as duas vertentes de bombeiros e elaboraram-se dois questionários de auto-resposta, estruturados com um corpo comum de cinco partes ordenado pela seguinte ordem²³: relação do inquirido com o corpo de bombeiros, incêndios florestais, operacionalidade do corpo de bombeiros, riscos no concelho e grau de preparação da população e caracterização do inquirido. Foi construída esta estrutura com o intuito de tornar o questionário mais aceitável e atractivo ao inquirido, para além de que se optou por redigi-lo, na sua maioria, com questões de facto, de forma fechada ou fechada múltipla,²⁴ codificadas, tendo presente a futura exploração estatística dado que as perguntas fechadas são fáceis para aplicar análises estatísticas de modo a analisar as respostas e muitas vezes é possível analisar os dados de maneira sofisticada (Hill e Hill, 2000: 94). Por outro lado:

“Muitas questões utilizadas nos questionários são factores de classificação. (..) Se as perguntas forem fechadas, sabemos perfeitamente o conjunto de respostas possíveis; e mais, se soubermos as regras que compreendem a construção do questionário, podemos construir todas as combinações possíveis de respostas; cada combinação corresponde a uma classe que possível.” (Flament, 1976: 52,54)

Os questionários foram elaborados no primeiro quadrimestre de 2008 e após pré-teste foram aplicados, de 13 a 18 de Maio às duas corporações de bombeiros profissionais, num total de 128 elementos: 30 municipais e 98 sapadores, com uma taxa de respostas de 83,3% e 78,4% respectivamente, correspondendo a uma taxa global na ordem de 79,5%, dum universo compreendido por 161 efectivos.

Posteriormente, os dados foram analisados através do programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

²³ De modo a responsabilizar o inquirido a responder desde logo sobre a sua actividade profissional, deixando as pessoais para o fim com o objectivo de contrariar a «não-resposta».

²⁴ O questionário para os bombeiros municipais compreende 79 questões sendo que 72 são fechadas. Para os bombeiros sapadores compreende 77 questões, sendo que 70 são fechadas. (Ver Anexos: Questionário municipais e Questionário sapadores).

II. As entrevistas

No que diz respeito às entrevistas, foi elaborado um guião²⁵, de modo a fixar antecipadamente os domínios que se desejava explorar (Dorra e Millet, 1970:119). Esta técnica, teve como base, temas centrais abordados no questionário, a saber: 1) intervenção especial, 2) benefícios; 3) recrutamento; 4) avaliação de desempenho, 5) promoção na carreira; 6) formação; 7) saídas; 8) perigosidade das saídas; 9) preparação aos riscos; 10) veículos; 11) relacionamento com os outros agentes de protecção civil; 12) profissionalização dos bombeiros voluntários 13) nomeação do comando; 14) relação com o comando e com os colegas; 15) qualidade de um bom superior e de um bom colega; 16) incêndios florestais no ano de 2007; 17) preparação das populações; 18) motivos para ingressar nos bombeiros. Por outro lado, foram identificadas outras categorias, a saber: 19) rivalidade; 20) companheirismo; 21) vocação; 22) autonomia “inter-classista”; 23) saídas atípicas; 24) perigosidade atípica; 25) liderança; 26) reivindicação; 27) espírito crítico; e 28) percepção do risco.

As entrevistas realizaram-se nos dias 26, 28, e 29 de Junho de 2008, compreendendo entrevistas em profundidade, semi-estruturadas com questões abertas. Foram apenas realizadas a cinco bombeiros sapadores (sob anonimato)²⁶ dada a proximidade do início da fase Charlie e com isso se tornar inconveniente causar incomodo aos efectivos no início duma fase de elevada probabilidade de ocorrência de incêndios florestais (fase que se estende de 1 de Julho a 30 de Setembro). A realização das entrevistas teve em vista a sua utilização como fonte de dados, para complemento dos dados recolhidos através de questionário:

“(…) Para a sua compreensão, as técnicas de recolha de informação e as metodologias quantitativas ou qualitativas que as enquadram não se opõem, antes se completam.” (Lalanda, 1998:872).

E porque:

“(…) pode ser útil, depois de um inquérito quantitativo, realizar uma fase qualitativa complementar para, por exemplo, ajudar a interpretar certos resultados inesperados.” (Ghiglione e Matalon, 1993:116).

²⁵ Ver Anexos: Guião de entrevista.

²⁶ As entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados e sob anonimato.

Por outro lado, vejamos que de acordo com Mendes (2003:9), a entrevista é uma excelente técnica para a apreensão do modo como os indivíduos de uma dada categoria social mantêm, transformam e desafiam uma ou várias identidades.

A preferência pelas variantes: em profundidade, semi-estruturada com questões abertas, que caracterizam a técnica de entrevista, tem como base o facto, de por um lado, a entrevista em profundidade permitir fazer uma abordagem privilegiada da subjectividade do entrevistado, das suas representações e significados que confere ao mundo que o rodeia, bem como aos acontecimentos que fazem parte da sua biografia (Lalanda, 1998: 875). Por outro lado, a entrevista semi-estruturada com questões abertas, justifica-se pelo facto de permitir não colocar as perguntas pela ordem em que foram anotadas e sob a formulação prevista, dando espaço ao entrevistado para falar abertamente, com os termos que desejar e na ordem que lhe convir. E porque, numa outra perspectiva, permite ao entrevistador, reencaminhar a entrevista para os objectivos, sempre que o entrevistado se desviar deles e colocar outras questões, que o entrevistado não chega por si e no momento mais indicado (Quivy: 1992:194).

Após esta fase, as entrevistas, gravadas mediante autorização dos entrevistados, foram transcritas e analisadas numa perspectiva qualitativa, classificando-as, com um entendimento próprio da utilização da metodologia de análise de conteúdo, através de uma codificação dos extractos das entrevistas em categorias que permitem interpretar a narrativa discursiva dos entrevistados. A da regra de enumeração: a direcção, serviu de base ao mapeamento dos discursos:

“As unidades de registo, por sua vez, abrem um conjunto de *indicadores ou unidades de análise* passíveis de serem submetidos à *regra de enumeração ou de classificação*, seguindo, algumas, a forma de *Frequência* (n.º de vezes ou o tempo que determinada categoria aparece) e, outras, de *Direcção* (favorável /desfavorável) do conteúdo emitido.” (Cruz, 2008:4)

Quanto à análise de conteúdo, teve-se presente que:

“Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o

potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de «desocultação», responde a esta atitude de voyeur de que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico.” (Bardin, 2008: 9).

O mapeamento das entrevistas teve como base uma qualificação positiva, negativa ou neutra, no que diz respeito às categorias construídas e para outras que foram identificadas nos discursos dos bombeiros, como se poderá verificar no capítulo VI, tendo em vista uma construção identitária cada vez mais completa da realidade em estudo. Assim, foi tido em conta que categorizar, como refere Damaziere e Dubar, (1997:68), é reduzir a complexidade da realidade, em categorias que organizam, dividem e classificam. Num sentido mais amplo, a categorização e classificação sobrepõem-se. Uma categoria é um princípio de divisão do mundo percebido e um esquema classificatório tendo em vista a classificação dos elementos.

III. O observatório de imprensa

Com o objectivo de analisar como a imprensa regional constrói a actuação dos bombeiros profissionais no que diz respeito ao combate aos incêndios florestais, foi encetada uma análise crítica do discurso, de acordo com o proposto por Fairclough (2001), a todos os artigos publicados no jornal “Diário de Coimbra”, relativos aos concelhos da Figueira da Foz e Coimbra.

A pesquisa incidiu sobre os acontecimentos onde as duas corporações de bombeiros profissionais actuaram, tendo em vista a observação das representações construídas em torno destes bem como dos incêndios. Assim:

“A atenção prestada às problemáticas do risco, justifica-se, por vezes, também pela responsabilidade sentida pelos jornalistas de alertar o público para os riscos (Kinreuther e Slovic, 2001:336): uma parte dos jornalistas considera ser a sua função questionar as elites e defender os indivíduos contra a racionalidade técnica, económica ou política (Peters, 1994).” (Gonçalves *et al*, 2007:218)

Os períodos temporais investigados compreendem as fases Bravo e Charlie, ou seja de 16 de Maio a 30 de Junho e de 1 de Julho a 30 Setembro, respectivamente.

Foi efectuada, primeiramente uma análise a todas as publicações diárias (N=274) correspondentes aos períodos temporais acima mencionados relativamente aos anos de 2003, 2005 e 2007. Em seguida, as notícias foram seleccionadas de acordo com os critérios estabelecidos para a realização do observatório de imprensa, detectando-se 9 notícias que abrangiam o concelho da Figueira da Foz (21%) e 33 sobre o de Coimbra (79%)²⁷.

Após esta triagem, os artigos foram tratados de acordo com o protocolo analítico de Fairclough (2001), permitindo encetar sobre as mensagens veiculadas pelas várias fontes nos artigos, uma descoberta dos conceitos estabelecidos pelo mesmo autor, para a análise crítica do discurso, a saber: contexto, poder, ideologia e identidade. Estes foram abordados com as seguintes dimensões: prática discursiva e social. De acordo com a teoria do mesmo autor, a investigação incidiu nos discursos proferidos, quer por parte do jornalista quer por parte dos vários intervenientes: entidades políticas, entidades afectas aos bombeiros e populares, o que permitiu detectar os aspectos que evidenciavam os conceitos do autor, escolhidos para a interpretar o tipo de construção sobre a actuação dos bombeiros e dos incêndios florestais.

Para o efeito, foram identificados os elementos presentes nas várias unidades, que compreendem o alinhamento da notícia de jornal e interpretar a mensagem do texto. O protocolo analítico de Fairclough (2001), serviu assim, de referência a este exercício.

Por fim, o observatório de imprensa, foi elaborado com uma estrutura analítica, compostas por 4 partes determinantes, que desvendam o seguinte: 1) relações de poder que se estabelecem; 2) reprodução de uma cultura baseada em sentimentos partilhados; 3) reprodução de uma cultura de legitimação de papéis; 4) construção social da actuação dos bombeiros.

Contudo, há uma ressalva a fazer: do ponto de vista metodológico, decidiu-se por analisar conjuntamente as 42 notícias, na medida em que no ano de 2003 e 2007, não existe informação jornalística, sobre o concelho da Figueira da Foz e respectiva corporação.

Em suma, a análise, proporcionou mostrar a comunicação social, como um fruto e promotor de uma construção social da realidade que abarca a temática dos bombeiros, passível de influenciar e ser influenciado, numa dinâmica de reciprocidade, quer nos sistemas políticos, culturais, sociais e ideológicos, que compreendem a realidade social.

Em síntese a conjugação de variadas formas metodológicas: o questionário, a entrevista, a análise de conteúdo, o protocolo analítico e a análise crítica do discurso,

²⁷ Ver Anexos Gráficos: Gráfico nº1, pág. 1.

aplicadas em momentos particulares desta investigação, conduziu a uma maior compreensão do objecto de estudo.

O questionário, permitiu recolher o maior número de dados, que não seria possível, dada a necessidade de traçar metas temporais, com o recurso a outras técnicas, permitindo uma análise, interpretação e compreensão da realidade do ponto vista dos actores intervenientes na investigação.

A entrevista, foi determinante para uma melhor interpretação e clarificação dos dados recolhidos com o questionário, sendo a sua função de complementaridade atingida, com a exploração dos discursos dos entrevistados e dos seus posicionamentos face aos temas abordados. Foi conseguida uma extracção das suas práticas, formas de pensar bem como as do seu grupo.

Por outro lado, a análise de conteúdo às entrevistas aos bombeiros, através da percepção da direcção dos seus discursos, permitiu construir uma série de categorias, que nos conduzirá ao estabelecimento de conceitos, nesta área temática como é a dos bombeiros.

O protocolo analítico, tendo como base o modelo de Fairclough (2001) foi determinante, para o escrutinar e o afunilar da informação dos artigos dos jornais, tendo em vista a sua análise.

Por sua vez a análise crítica do discurso, permitiu um questionamento crítico da realidade social apresentada no jornal “Diário Coimbra”, dando lugar à construção de um conhecimento das representações sociais da imprensa escrita regional, sobre a actuação dos bombeiros e dos incêndios florestais.

Capítulo IV: Observatório de imprensa

I. Os incêndios florestais e a imprensa

Um dos principais perigos do distrito de Coimbra é o de incêndios florestais. Este facto é confirmado pela gravidade dos que têm ocorrido nos últimos anos, excepto nos anos de 1988 e 1994. Mesmo depois da ocorrência destes desastres, de terem sido realizados diagnósticos (quanto às causas e modos de actuação no seu combate) e de terem sido tomadas medidas políticas e técnicas, o ano de 2005 foi mais catastrófico, dos anos em análise neste observatório: 2003, 2005 e 2007.

Não pretendo ser exaustiva quanto às causas do deflagrar dos incêndios. Enumeram-se alguns dados do ano de 2005, para o total do país: 2,2% dos incêndios florestais ficaram a dever-se a causas naturais, enquanto o uso negligente do fogo representou 26,8%, causas acidentais 8,2%, intencionais 35,4% e indeterminadas 27,4% (<http://www.agroportal.pt:2006>). Por outra via, sabe-se que a percentagem das causas de origem humana difere regionalmente:

“Segundo refere o relatório, "a percentagem das diversas causas de origem humana difere regionalmente, com uma predominância das causas intencionais no litoral centro e norte, do uso negligente do fogo no norte e centro interior, das causas acidentais no centro interior e região alentejana, apresentando o Algarve uma representatividade equivalente dos três tipos de causas". (<http://www.agroportal.pt:2006> appud Direcção-Geral dos Recursos Florestais)

Deste modo, as causas intencionais contribuíram para os 47.642 hectares queimados no distrito de Coimbra, fazendo deste o mais atingido em Portugal, em 2005.

Com efeito, foi feita uma ampla cobertura dos incêndios florestais por parte da comunicação social diária local, que lhes dedicou inúmeras páginas sobretudo no ano de 2005, como veremos mais abaixo. Note-se que de acordo com Gonçalves *et al* (2007: 220) mencionado Sandman (1994), a gravidade de um risco, para a comunicação social, é medida preferencialmente pela sua dimensão social, ou seja, pelo potencial de revolta pública que acarreta, e não pela sua dimensão técnica, isto é, pelo seu grau de perigosidade.

No entanto, antecipando um pouco a análise dos artigos da imprensa regional, relembro que em Outubro de 2005, se realizaram eleições autárquicas em Portugal. Foram muitos os actores políticos autárquicos, especialmente no concelho de Coimbra, que fizeram o aproveitamento político dos incêndios, digladiando-se ideologicamente no “palco” que a imprensa local lhes conferiu.

Quanto à prática social da produção dos meios de comunicação social, o momento discursivo é muito importante, sendo fundamental analisar a ligação entre o discurso e os outros momentos da prática da produção do texto. Para Fairclough (2001), a análise da linguagem dos textos escritos, deve focalizar como o mundo é representado, que identidades são construídas para as pessoas envolvidas e que relações são estabelecidas.

A análise do processo de representação do texto levanta questões no que diz respeito ao que deve ser incluído ou excluído. Nos textos da imprensa escrita os acontecimentos reais estão sujeitos a uma selecção, pois nem todos “são notícia”, sendo seleccionados de acordo com um conjunto de critérios sobre o que vale a pena ou não “ser notícia”. Sendo assim, são versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objectivos daqueles que os produzem. Nessas escolhas, leva-se em conta as motivações sociais e os aspectos ideológicos.

Por outro lado, existem dois outros aspectos que conferem à imprensa um papel de relevo na mediação da ideologia para o sujeito, que são os seguintes: o quantitativo, uma vez que a leitura do jornal faz parte da vida de milhões de indivíduos em todo o mundo e o outro é o qualitativo, pois a situação económica e até política do negócio da imprensa, faz com que seja mediadora de opiniões de determinada perspectiva, que atendam a esses interesses.

As questões socioculturais também são levantadas devido à construção de identidades e relações que se verificam nos textos da imprensa.

II. Análise de conteúdo à imprensa regional

Assim, após esta breve introdução, com o objectivo de analisar como a imprensa regional constrói a actuação dos bombeiros profissionais no que diz respeito ao combate aos incêndios florestais, foi efectuada primeiramente uma análise crítica do discurso a todos os artigos publicados no jornal “Diário de Coimbra” relativos aos concelhos da Figueira da Foz e Coimbra. A análise incidiu sobre as situações onde as corporações de bombeiros profissionais destes concelhos actuaram, de modo a verificar as representações construídas

em torno destes efectivos, tendo em conta que esta metodologia permite “descobrir conteúdos e estruturas das mensagens e esclarecer elementos de significações de mecanismos não imediatamente perceptíveis” (Amorim, 2008:23).

A investigação teve incidência nos períodos que compreendem as fases Bravo e Charlie, ou seja de 16 de Maio a 30 de Junho e de 1 de Julho a 30 Setembro, respectivamente.

Foram analisadas as 274 publicações diárias, dos anos de 2003, 2005 e 2007, para o período citado.

Da pesquisa efectuada, no total, detectou-se 21% (N=9) notícias que abrangeram o concelho da Figueira da Foz e 79% (N=33) o de Coimbra²⁸. Por outro lado, os artigos em geral, referiram mais do que uma fonte, muitas vezes mesclando relatos do jornalista, populares, especialistas, operacionais no terreno e actores políticos.

Após esta pesquisa, as mensagens veiculadas pelas várias fontes nos artigos, foram analisadas tendo em conta os conceitos estabelecidos por Fairclough (2001) para a análise crítica do discurso, a saber: contexto, poder, ideologia e identidade. Estes foram abordados com as seguintes dimensões: prática discursiva e social.

Porém, verificou-se também que o maior número de notícias recaiu no ano de 2005, com 23% (N=9) notícias sobre o concelho da Figueira da Foz e 54% (N=23) sobre o de Coimbra, o que seria expectável dado o facto deste ano ser o de maior número de ocorrências em ambos os concelhos, relativamente a outros: 69 no concelho da Figueira da Foz e 99 no concelho de Coimbra, de acordo com dados da Autoridade Florestal Nacional. Por outro lado, vejamos que o facto de estarmos perante um ano de eleições autárquicas, é “permitida” uma maior mediatização dos incêndios. Importa também referir que para os anos 2003 e 2007 não existe informação jornalística, sobre o primeiro concelho referido e a sua corporação de bombeiros profissionais. Deste modo, as notícias foram tratadas no seu conjunto, sendo apresentadas sem um escrutínio por concelho, dado o limitado número de notícias. Os resultados podem ser observados no gráfico e tabela abaixo:

²⁸ Ver Anexos Gráficos: Gráfico nº1, pág.1.

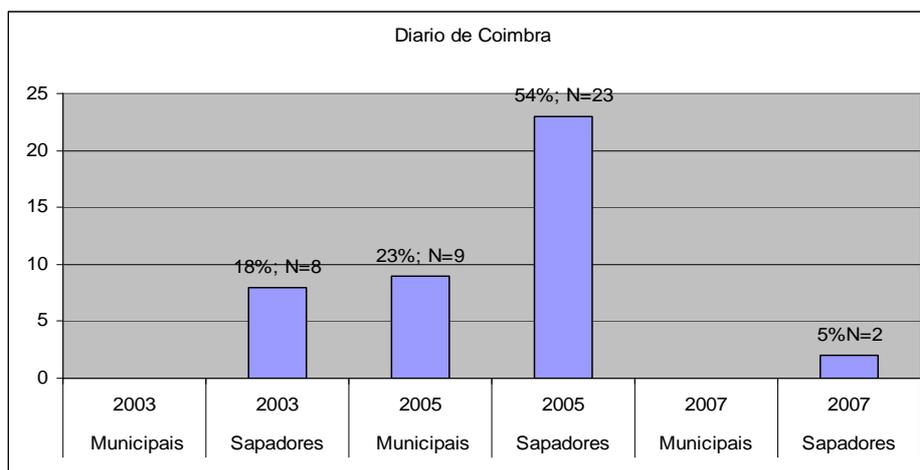


Gráfico n°1: Número de notícias por ano, no jornal: "Diário de Coimbra"

Concelho Ano (Fases Bravo e Charlie)	Figueira da Foz (Nº de ocorrências)	Coimbra (Nº de ocorrências)
2003	58	78
2005	69	99
2007	23	36

Tabela n°1: Número de incêndios florestais

Fonte: Autoridade Nacional Florestal²⁹

Com efeito, Fairclough (2001) considera que a análise crítica do discurso pode contribuir para a mudança social e cultural das sociedades ditas modernas. Por isso, coloca-a ao nível de uma ciência social crítica. Para este autor, a vida em sociedade é feita de práticas, logo o discurso e a linguagem são vistos como "práticas sociais". A análise crítica do discurso tem como objecto as relações estruturais que se estabelecem entre a linguagem e os conceitos de: contexto, poder, ideologia, sujeitos, identidade, intertextualidade e interdiscursividade, sendo que este último Autor (op. cit) procura analisar de um modo crítico como estes são legitimados e expressos através da utilização da linguagem.

Por outro lado, na análise crítica do discurso, o discurso é "dissecado" através de uma tridimensionalidade, compreendida pelas seguintes dimensões: a) textual; b) prática discursiva; e c) social. Vejamos as duas últimas dimensões (mais importantes para esta investigação): prática discursiva é a análise "interpretativa". Trabalha com a natureza da produção e interpretação textual. Ou seja: produção do texto-interdiscursividade e intercontextualidade; distribuição do texto-cadeias inter-textuais; e consumo do texto-coerência.

²⁹ In <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/dudf/estatisticas/>

No que diz respeito à social, tem-se em conta as circunstâncias institucionais e organizacionais do acontecimento discursivo e de que modo, estas, moldam a natureza da prática discursiva. O discurso como prática social, trabalha sobre os conceitos de ideologia e do poder.

Analisemos os dados do jornal “Diário de Coimbra”. Neste meio de comunicação social verifica-se a predominância de um género informativo descritivo dos acontecimentos, em virtude da própria natureza do texto, uma vez que se trata do discurso de imprensa.

O uso do discurso directo apresentado, como poderemos ver nos extractos mais abaixo, constata uma intertextualidade que tenta reproduzir as palavras de quem as proferiu, trazendo o diálogo para o texto, abrindo-se à diferença discursiva de vários personagens.

Contudo, percebe-se neste discurso, uma baixa afinidade e afastamento do jornalista ao personagem a quem é conferida voz, de modo a identificar a presença de uma voz alheia, normalmente a entidades oficiais detentoras de poder institucional, como é o caso do Primeiro Ministro, Governador Civil, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e de elementos dos executivos camarário, bem como comandantes dos Corpos de Bombeiros Municipais e Sapadores.

Relativamente ao discurso indirecto, utilizado pelos jornalistas, a par da “concessão” de voz aos intervenientes acima citados bem como a populares, denota uma sublime luta pelo controle do poder, evidenciada sobretudo pelos protagonistas das duas maiores forças políticas: PS e PSD, como poderemos observar especialmente nas notícias do ano de 2005:

«O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Coimbra criticam ao longo da semana a actuação dos meios aéreos no ataque às várias frentes de fogo que penetraram no concelho a partir de Domingo, oriundas de municípios vizinhos, considerando-a insuficiente e tardia» (“Diário de Coimbra”, 27/08/2005)

«O país nunca teve tantos meios aéreos como este ano (...) disse ainda António Costa” (“Diário de Coimbra», 27/08/2005)

Efectivamente, nota-se o cuidado por parte do “Diário de Coimbra” de dar “voz” a personagens institucionais que proferem um discurso oficial, embora carregado de peso ideológico, na medida em que são políticos, colocando o espaço social político nas notícias, dando ao processo dos incêndios uma identidade mais institucional.

Se por um lado existe o político detentor de poder, por outro encontra-se o cidadão comum, destituído de igual força, na medida em que vivência a realidade dos incêndios, sem um poder efectivo de actuar sobre ele.

Por outro lado, há a reprodução de uma cultura baseada em sentimentos partilhados, dada a “impotência” face ao avanço rápido dos incêndios, descritos quer pelos jornalistas quer pelas vozes: o drama, o sofrimento, a emoção, o pânico, a solidariedade, entre outros, é transversal a todas as classes aqui patentes:

«Na localidade do Ervedinho (freguesia de Tavarede), ontem a meio da tarde, a população andava com o “credo” na boca e as mãos para Deus, pois as chamas já estavam coladas a pelo menos duas habitações e com muitas outras a poucos metros» (“Diário de Coimbra”, 07/06/2005)

«Um cenário assustador observava-se ontem à noite nos arredores de Coimbra. Gigantescas labaredas eram visíveis na encosta da Serra do Carvalho, virada para o Mondego (...)» (“Diário de Coimbra”, 22/08/2005)

«(...) Não foi consumida nenhuma casa habitada, devido à solidariedade de vizinhos que se prontificaram em ajudar.» (“Diário de Coimbra”, 23/08/2005)

«Tenho 55 anos e nunca vi aqui coisa semelhante” António Matos, presidente da Junta de Vil de Matos confirmava, assim o “pandemónio” que se viveu ontem naquela freguesia de Coimbra» (“Diário de Coimbra”, 25/08/2005)

A reprodução de uma cultura de legitimação de papéis, como exemplo: o Governador civil, o Vice-presidente da Câmara, o Presidente da Câmara e o bombeiro, são evidentes. Todavia, embora sejam posições já naturalizadas, são reforçadas por via da “repetição” na escrita jornalística.

Porém, esta legitimação “permitida” pelo jornalista, serve a classe política, que usa os meios de comunicação para veicular ideologias e identidades. Verificamos no discurso destes actores sociais uma orientação fortemente argumentativa típica da persuasão.

Assim, temos no “Diário de Coimbra” sobretudo elementos do partido político do Governo a utilizarem a enumeração de dados relacionados com os incêndios, a valorização dos bombeiros, bem como a imputação das responsabilidades para autarquia:

“O governante valoriza o trabalho dos bombeiros portugueses e refere o número de incêndios registados no país e os que não ficaram circunscritos: “495 no início do incêndios e só 50 não ficaram circunscritos.” (“Diário de Coimbra” 22/08/2005)

«De acordo com Luís Vilar “o fogo entrou em Coimbra pela calada da noite, quando os meios aéreos já não funcionam, mas mesmo que fosse de dia, a sua chamada seria responsabilidade municipal”» (“Diário de Coimbra”, 30/08/2005)

Por outro, temos elementos da maioria (sobretudo da Câmara Municipal de Coimbra) coadjuvados pelos responsáveis da Protecção Civil camarária e do Corpo de Bombeiros Sapadores, a construir uma identidade negativa do Governador Civil do distrito de Coimbra, pertencente ao partido do Governo como já vimos:

«Não era possível controlar o fogo com duas aeronaves ligeiras, completou Carlos Encarnação» (“Diário de Coimbra”, 23/08/2005)

«”Com a inversão do vento que levou a um novo desenvolvimento do incêndio e na impossibilidade do coordenador Distrital os disponibilizar bem como “Lisboa”, foi transferida solução para a última instância distrital: Governador Civil passando a ser um “problema superior”» (“Diário de Coimbra”, 25/08/2005)

«Cerca de meia hora mais tarde, segundo Pina Prata, terá chegado o primeiro meio aéreo, “que errou a frente de fogo e acertou no coronel Carlos Gonçalves e Horácio Santiago”» (“Diário de Coimbra”, 30/08/2005)

A ênfase é assim colocada, em informações que culpabilizam o Governo Civil e vitimizam os elementos do executivo camarário.

Deste modo, a ideologia é desta forma fragmentada em dois tipos distintos de legitimação: mostrando que a “desresponsabilização” do Governo Civil não pode ser aceite pela sociedade; legitimando a ideologia, pela aparição do Governo, coadjuvada pelo Governador Civil que apresenta soluções e medidas de apoio para o problema e mostra este “facto” como positivo, devendo ser aceite pela sociedade.

Por outro lado, quanto à actuação dos bombeiros, verificámos uma construção, por parte do jornal, dos bombeiros como um “salvadores”, cuja acção e intervenção na maioria

dos casos foi rápida, só apenas contrariada por factores de ordem natural como sejam a situação climática ou a falta de limpeza das matas, bem como a falta de efectivos que estavam a actuar noutros incêndios.

Assim, pode-se considerar que este meio de comunicação contribuiu para uma consolidação da reprodução da representação social acerca dos bombeiros, como elementos imprescindíveis e abnegados no combate aos riscos, que as populações têm dificuldade de contornar, senão vejamos os extractos:

«Cento e treze homens dos sapadores e Voluntários de Coimbra, Brasfemes, Condeixa e Lousã, combateram o incêndio e conseguiram chegar para as encomendas com a ajuda de dois aerotanques ligeiros da Lousã um helicóptero pesado (...)» (“Diário de Coimbra”, 15/09/2003)

«A determinação dos soldados da paz e o facto de existirem muitas vinhas que funcionaram como contra-fogo (...) terão contribuído para que por volta das 19h00, o incêndio já estivesse circunscrito» (“Diário de Coimbra”, 15/09/2003)

«”A capacidade de resposta é maior do que noutros concelhos”, com três corpos de bombeiros e, portanto, “uma resposta muito mais eficaz”» (“Diário de Coimbra”, 17/09/2003)

«As chamas não atingiram maiores proporções devido à pronta intervenção dos bombeiros e dos meios aéreos» (“Diário de Coimbra”, 17/09/2003)

«Os esforços dos soldados da paz acabaram por surtir efeito por volta das 18h» (“Diário de Coimbra”, 08/06/2005)

«A falta de ajuda dos bombeiros, abraços com outras situações, terão sido os populares sozinhos, que evitaram males maiores (...)» (“Diário de Coimbra”, 23/08/2005)

«Havia labaredas por todo o lado e milhares de pessoas na rua, clamando pela ajuda que os 290 bombeiros não conseguiram dar» (“Diário de Coimbra”, 23/08/2005)

«”Os bombeiros não estiveram cá, os jovens é que salvaram tudo” dizia Joaquim Loureiro, ainda não refeito do susto» (“Diário de Coimbra”, 23/08/2005)

«Sem nada poderem fazer, os moradores apenas tinham tempo para fugir e apelar à chegada rápida dos bombeiros que, sem mãos a medir, lutavam noutros locais contra as chamas e os difíceis ou inexistentes acessos» (“Diário de Coimbra”, 08/06/2005)

«O Presidente de Junta de Buarcos (...) enalteceu a acção pronta e eficaz dos bombeiros “que fizeram um trabalho excelente”, conseguiram “aguentar as chamas” (“Diário de Coimbra”, 25/08/2005)

«(...) Lavos (Figueira da Foz) (...) os bombeiros terrestres conseguiram resolver tudo” (“Diário de Coimbra”, 18/09/2005)

Por outro lado, a análise de conteúdo dos artigos jornalísticos salienta, que na generalidade as notícias não se referem às perdas humanas nos incêndios florestais, destes anos, revelando a invisibilidade da morte, nomeadamente com o apresentado em:

«(...) Entre todas as perdas causadas pelos incêndios, são as perdas humanas e em particular as mortes as que mais irão marcar os acontecimentos do Verão de 2003, não apenas pelo número e diversidade de acidentes ocorridos, mas também pela elevada percentagem de mortes ocorridas entre elementos da população civil.» (Viegas, 2004:257)

Desta forma, de acordo com a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) (2009), vítimas mortais nos incêndios florestais, que fustigaram os concelhos estudados, apenas ocorreram no concelho de Coimbra, sendo que dos grupos compreendidos (civis, combatentes no teatro de operações, combatentes a caminho do teatro de operações e operacionais de meios aéreos) as perdas, ocorrem nos grupos de civis e de combatentes no teatro de operações: a saber, duas vítimas respectivamente em ambos os grupos, em 2005 e uma vítima no primeiro grupo, apenas no ano de 2007. Repare-se que embora, no ano de 2003, tenham ocorrido consideravelmente, mais acidentes (Ver pág. 54) do que em 2007, e não existindo o mesmo apetrechamento de meios, consideravelmente superior em 2007 (por exemplo no que toca a meios aéreos, equipamentos individuais de protecção e formas de

sensibilização, entre outros), seria importante investigar, as relações que se estabelecem entre o efeito “perdas humanas” e causas das “perdas humanas”, em todos os anos podendo-se perguntar se tudo se reduz a uma questão de cultura de segurança, como refere Viegas (2005)³⁰?

Um outro aspecto relevante consiste na análise da morosidade dos bombeiros em chegar ao teatro operacional, não contemplada directamente. Vejamos como é referida em muitas das fontes:

«Desconhecem-se as origens do fogo, cujos primeiros sinais foram avistados cerca das 15h.30, nas proximidades do Abrigo da Montanha, um local onde existe um posto de vigia da protecção civil. De imediato os bombeiros municipais e voluntários, ajudados por populares, atacaram as chamas em força na tentativa de controlar o fogo “à nascença” e evitar que ele “lambesse” a encosta virada a Buarcos» (“Diário de Coimbra”, 25/08/2005)

«A oeste do Casal do Lobo³¹ (...) o fogo ameaçava as casas, bombeiros com ou sem auto-tanques, nem um à vista, poços inexistentes ou sem água, na rede de água de abastecimento público, nem gota e, e por último, o vento» (“Diário de Coimbra”, 26/08/2005)

«Por volta das duas da madrugada, na rua Brigadeiro Correia (...) temia-se o avanço de uma frente de incêndio que ameaçava galgar a circular externa. Os moradores, atravessavam a rua com mangueiras e baldes de água, protestavam contra a ausência total de bombeiros.» (“Diário de Coimbra”, 23/08/2005)

«(...) da Quinta Malavada³² (...) “Os bombeiros não estavam cá, os jovens é que salvaram tudo” dizia Joaquim Loureiro, ainda não refeito do susto» (“Diário de Coimbra”, 23/08/2005)

Desta igual forma, relativamente ao ano em que ocorrem mais incêndios (2005), apresenta-se em seguida, as distâncias e a duração que os bombeiros municipais e os sapadores, supostamente demoraram a chegar aos locais (freguesias), onde ocorreram

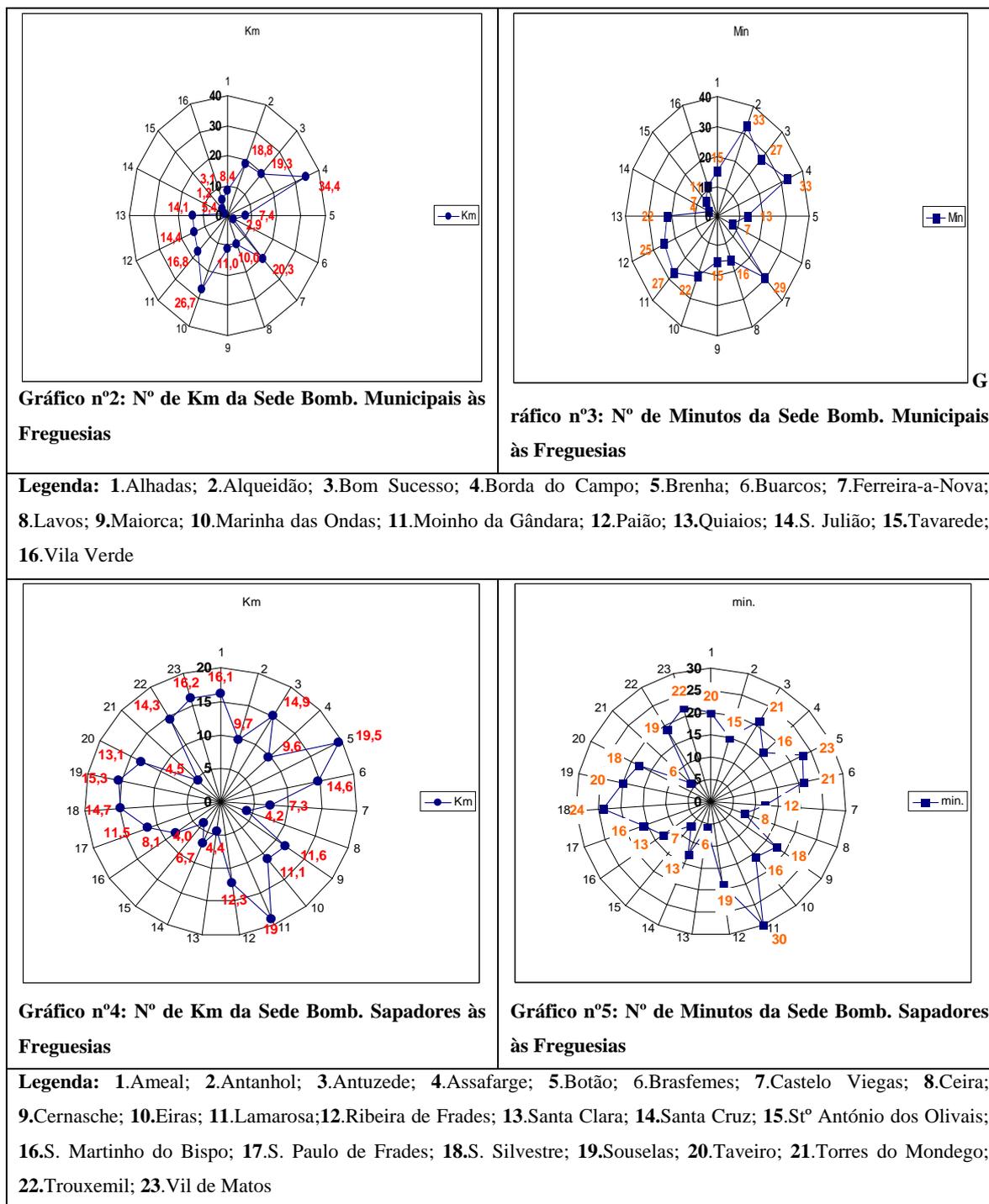
³⁰ Ver “Diário de Coimbra”, de 30/08/2005: “Bombeiros combatem incêndios em insegurança”.

³¹ Casal do Lobo situa-se na freguesia de Stº. António dos Olivais, em Coimbra.

³² Quinta da Malavada, situa-se freguesia de Stº. António dos Olivais, em Coimbra.

incêndios nos períodos das fases Bravo e Charlie³³. Note-se que no concelho da Figueira da Foz, freguesias que distam a menos 17 km da sede da corporação (Largo Padre Arménio Marques), tais como: Moinho da Gândara, Paião e Quiaios, os bombeiros municipais demoram tanto ou mais tempo a chegar ao local, do que a uma freguesia mais distante como é a de Marinha das Ondas. Este aspecto, revela as condições das infra-estruturas viárias deste concelho, como pudemos verificar em alguns dos extractos acima. Quanto ao concelho de Coimbra, à semelhança do da Figueira da Foz, verifica-se por exemplo que freguesias com semelhante distância da sede da corporação (Av. Dr. Mendes Silva) como a de Lamarosa (19 km) e Botão (19,5 Km), são percorridas por diferentes tempos, 30 minutos e 23 minutos, respectivamente, justificado pelas condições das infra-estruturas viárias. Vejamos os gráficos abaixo:

³³ De acordo com dados da Autoridade Florestal Nacional (ANF). Para esta investigação, foi utilizado o programa Google Earth.



Refira-se também, que estes dados não constam no discurso da imprensa, assumindo apenas contornos de insatisfação de vários actores, perante a morosidade dos bombeiros em chegar às frentes de fogo, como vimos em nos extractos acima apresentados.

Em suma, poderemos concluir que a imprensa regional, nos anos analisados, produziu discursos, em função de três aspectos: do número de incêndios, do contexto social e do posicionamento geopolítico dos dois concelhos. Ou seja, o facto de o ano de 2005, ser o

mais fustigado pelos incêndios, conduziu naturalmente a um maior número de cobertura noticiosa. Quanto ao contexto social, este ano (2005) como ano eleitoral, permitiu um maior empolamento dos discursos, do que nos anos restantes. Por outro lado, a centralidade do concelho de Coimbra, como sede de distrito, contribuiu para uma maior importância noticiosa aos incêndios, neste concelho.

Como vimos ao longo deste capítulo, a ênfase dos discursos veiculados, incidiu essencialmente em perspectivas ideológicas, de poder e do contexto espacial e temporal dos incêndios, conduzindo à consolidação de uma construção identitária do bombeiro como um “ser” altruísta.

Por outro lado, verificamos a construção de uma representação dos incêndios florestais, como meio de acesso ao poder público, marcada pela actuação da imprensa ao dar “voz” aos vários actores sociais, que através da imprensa configuram a sua presença pública. Assim, verifica-se também a importância da imprensa na construção de produtos simbólicos, tendo em vista a construção e reprodução de valores, representações, modelos de conduta acerca dos bombeiros e dos incêndios. Por fim, no que diz respeito aos cidadãos, revelou-se o fraco poder interventivo em termos institucionais, ao agirem sem uma plataforma organizativa tal como um movimento social do âmbito da protecção civil, inexistentes, nestes concelhos.

Capítulo V: Análise empírica à investigação

I. Caracterização do Entrevistado

O objectivo desta investigação foi aferir a identidade e o modelo cultural que subjaz ao quadro activo das corporações de bombeiros municipais da Figueira da Foz³⁴ e sapadores de Coimbra³⁵, as formas como estas absorvem as práticas estabelecidas no âmbito da gestão de recursos humanos, as suas práticas operacionais, bem como as suas interacções com a população. Foi utilizada a técnica do questionário, aplicado a 128 elementos: 30 municipais e 98 sapadores, com uma taxa de respostas de 83,3% e 78,4% respectivamente, correspondendo a uma taxa global na ordem de 79,5%, dum universo compreendido por 161 efectivos. As respostas relativas ao ano de 2007 foram obtidas através de questionários escritos, preenchidos durante o mês de Maio de 2008, na presença da inquiridora. Este instrumento é composto por cinco partes: I) Caracterização do entrevistado; II) Relação do entrevistado com o corpo de bombeiros; III) Incêndios florestais; IV) Operacionalidade do corpo de bombeiros; V) Riscos no concelho e grau de preparação da população. Os dados foram codificados através do programa estatístico SPSS, de modo a proceder a uma análise estatística.

A corporação de bombeiros municipais da Figueira da Foz, tem mais elementos jovens do que a de sapadores de Coimbra, apresentando a primeira uma **média de idade** de 29,96, ao passo que a de Coimbra tem um valor de cerca de 35,47 anos. Dos intervalos de idade apresentados (20-30, 31-40, 41-50 e mais de 51), a maior proporção dos efectivos da

³⁴ O concelho da Figueira Foz, com uma área total de 379,4 km², está localizado na parte mais ocidental do distrito de Coimbra (Região Centro), englobado no NUTS II Centro e NUTS III Baixo Mondego. Apresenta-se na costa atlântica, com uma extensão de 4km de areia, com uma latitude 40°07'N, e longitude 08°54'W e faz fronteira com os concelhos de: Cantanhede, Montemor-o-Velho, Soure e Pombal. Dista a 40km da sede de distrito, Coimbra, a 180 km e 120 km dos principais centros do país, respectivamente Lisboa e Porto.

³⁵ O concelho de Coimbra com 148.443 habitantes, pertence ao distrito de Coimbra, principal centro urbano da região Centro e da Beira Litoral. Situado a latitude 40° 12' Norte, a longitude 8° 27' Oeste e com uma altitude de 141 m; este distrito, é limitado a Norte pelos distritos de Aveiro e Viseu, a Este pelo distrito da Guarda e de Castelo Branco, a Sul por Castelo Branco e Leiria e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Este concelho, tem uma área de 319, 41 Km², englobado no NUTS II Centro e NUTS III Baixo Mondego

primeira corporação citada encontra-se no intervalo de 20-30 anos (70,3%) e na segunda corporação no intervalo de 31-40 anos (37,8%). As menores proporções em ambas, encontram-se no intervalo de mais de 51 anos com 3,7% e 3,6% dos efectivos, respectivamente.

Tipo de Bombeiros	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
Bom. Municipais/Idade (N=30)	23	52	29,96	1	1	7,818
Bom. Sapadores/Idade (N=98)	26	54	35,47	2	2	7,704

Tabela nº2: Valores da Variável Idade

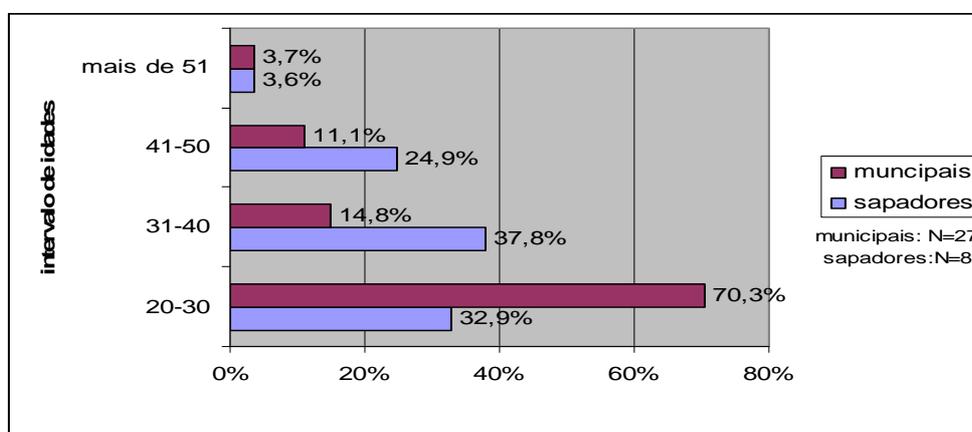


Gráfico nº 6: Intervalo de Idades

Com efeito, a corporação de bombeiros municipais, à semelhança da de sapadores, que compreende no seu seio 98,9% homens e 1,1% mulheres, é um grupo constituído sobretudo por homens (96,6%), sendo o **sexo** feminino representado apenas por 3,4% dos inquiridos³⁶. Estes dados, revelam o domínio de uma cultura organizacional patriarcal, em ambos os corpos de bombeiros, reproduzindo os padrões da sociedade portuguesa, em que a segregação ocupacional com base no género ainda está muito patente, na medida em que existem, de acordo com Giddens (2004:134) “empregos para homens” e “empregos para mulheres”.

Por outro lado, observam-se quanto ao **estado civil**, diferenças significativas entre os efectivos das duas corporações, sendo que na da Figueira da Foz, a situação de solteiro agrega a maior percentagem de efectivos com 57,1%, encontrando-se todos na

³⁶ Ver Anexos: Gráficos: Gráficos nº 2 e 3, pág. 1

faixa etária dos 20-30 anos, ao passo que em Coimbra, a situação de casados/coabitação ou união de facto, com 77,8% compreende a situação mais representada, situando-se sobretudo na faixa dos 31-40 anos (40%)³⁷.

Quanto ao **grau de instrução**, verifica-se que o grau com maior representação nas duas corporações é o ensino secundário: 62,9% nos municipais e 47,8% nos sapadores. Analisando estes dados à luz do artº18-ponto 2 “Estágio” do Dec-Lei 106/2002 de 13 de Abril, que versa sobre o Estatuto de Pessoal dos Bombeiros Profissionais da Administração Local, constata-se que a primeira corporação mencionada tem na sua maioria, habilitações superiores às exigidas no ingresso para a carreira, o 3º ciclo. A posse de bacharelato ou frequência do ensino superior (11,1%) apresenta-se como uma sobre-qualificação destes efectivos³⁸, podendo ser entendida como uma fuga à precariedade laboral, na medida em que segundo dados do Eurostat³⁹, relativamente ao ano de 2007, cerca de 81% dos trabalhadores portugueses em situação precária portugueses afirmam não conseguir emprego permanente (CGTP-IN, 2009⁴⁰).

No tocante à **ligação que estabelecem com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP)**, verifica-se uma forte participação corporativista destes corpos de bombeiros, com 82,1% e 86,8% dos efectivos figueirenses e conimbricenses, respectivamente, a afirmarem serem sócios⁴¹, o que representa que: “(...) os sindicatos ou as associações de trabalhadores constituem uma contingência importante e variável com implicações ao nível da liberdade de acção da estratégia e da estrutura da organização” (Clegg, 1998:108). No tocante ao exercício de cargos sindicais, na Figueira da Foz, apenas 17,6% os exerceram comparativamente, a sua congénere do distrito, que dada a sua antiguidade, apresenta uma maior percentagem de exercício de cargos sindicais dirigentes (21,1%)⁴². Quando analisado o número de anos como associados, constata-se que na primeira corporação referida, a sua maioria (68,2%) tem uma associação recente: são-no entre 1 a 3 anos, ao passo que na segunda, este tipo de filiação tem uma maior antiguidade: a sua maioria (71,3%), é sócio há mais

³⁷ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº4 ao 7, pág. 1.

³⁸ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 8 e 9, pág. 2.

³⁹ Labour Force Survey.

⁴⁰ “Inserção dos jovens no mercado de trabalho cada vez mais difícil” In <http://cgtp.pt>, 22/05/2009.

⁴¹ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 14 e 15, pág.2. Neste capítulo, podemos verificar que os valores para a corporação de sapadores de Coimbra, são ligeiramente superiores a estes (86,8%), revelando um associativismo mais consolidado, resultado da sua antiguidade.

⁴² Ver Anexos: Gráficos: Gráfico nº 16 e 17, pág. 3.

de 6 anos⁴³. Se por um lado, esta forte participação sindical, poderá contribuir para uma melhoria da função mediadora entre este grupo e o Estado, limitando o seu poder (Delicado, 2006, appud Sills, 1972:374-375), por outro, a institucionalização da concertação social e a participação sindical nos processos de negociação favoreceram o neocorporativismo, permitindo que a força do aparelho se torne tanto maior, quanto menor, a dos associados (Estanque, 2006:14). Vejamos, quanto a isto, que ao questionar nas minhas entrevistas: «mas em relação aos vossos direitos e regalias... eu li ... penso que foi na semana passada, que vocês tiveram uma reunião com o presidente da ANBP e com o presidente da câmara de Coimbra», ao que obtive a seguinte resposta: «mas isso foi mais para defender também alguns direitos mais a nível interno não a nível geral... (...) Falava-se na altura de um concurso de promoções que está... não sei se congelado ou se esta a andar muito lentamente e era os nossos escalões que estavam congelados (...)».

Numa outra vertente, procurou-se auscultar a opinião dos efectivos acerca da sua **participação noutras associações**. Verifica-se a tendência associativa dos elementos de ambas as corporações: 71,4% dos bombeiros municipais afirmam pertencer a outras associações, onde 43,5% exercem cargos dirigentes e 66,3% dos sapadores consideram pertencer e destes, 44% exercem cargos directivos⁴⁴. Esta tendência poderá estreitar as relações sociais, tornando-as mais densas, conduzindo a comportamentos solidários e de camaradagem o que contribui para uma fortificação das redes sociais no local de trabalho.

No que diz respeito à **motivação principal que conduziu os inquiridos a ingressarem nos bombeiros**, verifica-se o sentimento altruísta na escolha profissional dos bombeiros profissionais do distrito, com o espírito de missão a ter a expressão máxima no conjunto dos motivos apresentados, com 47,8% (municipais) e 38,6% (sapadores) a afirmarem-no. Vejamos, por outro lado, que as regalias do estatuto de bombeiro (4,3% nos municipais e 3,5% nos sapadores) e o prestígio em ser bombeiro (8,7% nos municipais e 10,5% nos sapadores) têm pouco significado para o conjunto dos bombeiros profissionais⁴⁵. Quando analisado o grau de instrução dos elementos que consideram estas motivações, verificamos que em ambas as corporações, os efectivos que escolhem as regalias do estatuto do bombeiro, detêm o 12º ano, ao passo que os que

⁴³ Ver Anexos: Gráficos: Gráfico nº 18 e 19, pág. 3.

⁴⁴ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº20 ao 23, pág. 3.

⁴⁵ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 24 e 25, pág. 4.

indicam o prestígio da sua carreira são os que possuem o 2º ciclo (50%) e o 12º ano (50%) no que concerne aos municipais; para os sapadores, os valores são para o 1º ciclo (33,3%) e para o 12º ano (66,6%)⁴⁶. Estes dados poderão ser lidos, no que diz respeito às regalias, como a necessidade de uma empregabilidade efectiva em todos os seus domínios; quanto ao prestígio da sua carreira, poderemos observá-los como sendo uma carreira aliciante, devido à sua componente de respeitabilidade, por parte dos detentores de menores qualificações e de aventura por parte dos que detêm o 12º ano.

Cerca de 53,6% dos bombeiros municipais e de 58% dos sapadores têm **familiares bombeiros**⁴⁷, os dados são conclusivos quanto à existência duma reprodução geracional da profissão, por via familiar em ambas as corporações. Porém, observa-se um certo desfasamento com a motivação de ingresso na carreira: ser originário de uma família de bombeiros (4,3%), apenas por parte dos municipais. Apesar desta constatação, a profissão dos pais, segundo Soares (2002), influencia preponderantemente as representações sociais do mundo do trabalho dos filhos. A percepção de satisfação ou insatisfação dos pais relativamente ao seu trabalho está ligada à formação da identidade profissional dos filhos. Repare-se na opinião de um dos sapadores entrevistados: «(...) E por inerência eu de menino, o meu pai também participava nas manobras, e os treinos são feitos na folga. (...) Não fui influenciado, porque o meu pai disse-me "Olha, estão abertos os concursos. Eu por mim prefiro que continues a estudar até ao 12º ano, até à Universidade, até onde quiseres. Mas tu é que decides", e eu não olhei para trás, e estou muito contente por ter tomado essa decisão na altura certa.».

Por outro lado, verifica-se que a mobilidade intergeracional dos bombeiros profissionais no seu conjunto, não ocorreu nas profissões e graus de instrução dominantes dos seus progenitores. Com efeito, no que toca ao **progenitor masculino** do municipal, a **profissão** mais dominante é a de empresário (14,8%) e o **grau de instrução** mais presente é o 1º ciclo (76%). Relativamente ao **feminino** a ocupação: doméstica, com 33,3% de inquiridos é a mais representada e o 1º ciclo é o **grau** mais dominante (57,7%). No que se refere ao progenitor masculino do sapador, a profissão que exercem com maior representatividade estatística, é a de trabalhador da construção civil e afins, com 17,4% e o grau de instrução é o 1º ciclo (85%). No tocante ao progenitor feminino, o caso é semelhante ao descrito para o municipal: 60% são

⁴⁶ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 26 e 27, pág. 4.

⁴⁷ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 28 e 29, pág. 4.

domésticas e 87% detêm o 1º ciclo⁴⁸. Contudo, a mobilidade, é, na sua maioria, ascendente, relativamente aos progenitores, nos dois casos de estudo. Vejamos na tabela abaixo, elaborada de acordo com critérios sugeridos por Gonçalves, Dias, e Lopez (1995:185), que a classe de origem predominante dos progenitores é a do operariado industrial semi ou não qualificado.

Tipo de Corporação Classe de origem do progenitor	Municipal (N=27)		Sapadores (N=69)	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe
BEP	14,8%	7,4%	1,4%	0
BD	0	0	0	1,3%
PBE	11,1%	14,8%	0	4%
OIQ	22,2%	3,6%	20,1%	5,7%
OISNQ	37%	59,2%	50%	74,4%
Reformado/a	7,4%	11,1%	18,8%	13,3%
Falecido/a	7,4%	3,7%	8,7%	1,3%

Tabela nº3: Lugar de Classe de Origem dos Progenitores

Legenda: BEP: Burguesia empresarial e proprietária; BD: Burguesia dirigente; PBE: Pequena burguesia de execução; OIQ: Operariado industrial qualificado; OISNQ: Operariado industrial semi e não qualificado

Quanto à **naturalidade destes bombeiros**, no caso da corporação da Figueira da Foz, pauta-se por uma predominância dos concelhos da Figueira da Foz e de Coimbra, ambos com 29,6%; no caso da corporação de Coimbra, pauta-se pelo concelho de Coimbra (47%)⁴⁹. Este facto, contribui principalmente no caso desta última corporação, para a manutenção de uma identidade social partilhada entre os efectivos, constituindo deste modo o perfil do bombeiro profissional destas autarquias, denotando-se, todavia, uma rede restrita de recrutamento para esta carreira.

II Relação do entrevistado com o corpo de bombeiros

Da análise dos dados, verifica-se que o **ingresso no quadro activo** de ambas as corporações tem a sua maior expressão no intervalo de 2001-2006, com 91% de

⁴⁸ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 30 ao 37, pág. 5-6.

⁴⁹ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 38 e 39, pág. 7.

efectivos na da Figueira da Foz e 48,5% na de Coimbra⁵⁰. Estes dados vêm reforçar a juventude da primeira corporação citada, que como anteriormente foi referido, tem uma média de idade na ordem de 29,96.

Efectivamente, as duas corporações são organizações hierarquizadas, com um grau de complexidade baixo, apesar de em Coimbra este poder ser mais alto, se encararmos o conceito de unidade, como o número de especializações e de equipas especiais⁵¹, sabendo que “(...) quanto maior for o número de unidades maior será a complexidade de uma organização (...)” (Bilhim, 2001:134).

Com efeito, embora com carreiras distintas, no tocante à **categoria** que ocupam, as intermédias são as dominantes, nos dois tipos de corporações: na Figueira da Foz, bombeiro de 2ª classe (33%) e de 3ª classe (58%) e em Coimbra: bombeiro sapador (62,2%)⁵².

Por outro lado, quando abordado o conceito de poder, verificamos que à semelhança de inúmeras organizações, este se encontra centralizado no topo, com a formalização do quadro de comando e das categorias de chefe, dentro do quadro activo dos corpos de bombeiros. Contudo, o poder nem sempre poderá, em absoluto, radicar na estrutura hierárquica mais elevada. Vejamos que outras categorias poderão ser detentoras de um poder simbólico ou mesmo informal, que lhe advêm das competências e conhecimentos adquiridos por via das especializações e da formação entre outros aspectos, podendo, desta forma, atrair a centralidade do poder para si: “(...) as equipas nas organizações, são frequentemente compostas por indivíduos que mudam no seu estatuto hierárquico, nas suas competências, recursos e outras características, que dão poder a essa pessoa, relativamente aos outros” (Kramer e Neale, 1998:262). Vejamos que as categorias detentoras de maior número de especializações e de horas de formação em 2007, nos dois casos de estudo, pertencem às categorias intermédias. Na Figueira da Foz, os bombeiros de 2ª classe, referem 28,6% horas de formação em 2007 e 40% possuem especializações e os de 3ª classe, 66,7% horas de formação em 2007 e 53,3% especializações. Em Coimbra, uma maioria constituída por 69,5% e 67,1% dos inquiridos que confirmam deter especializações e maior número de horas de formação em 2007, respectivamente, pertencem à categoria de sapador⁵³.

⁵⁰ Ver Anexo: Gráficos: Gráfico nº 40 e 41, pág.7.

⁵¹ Na medida em que existem em maior número em Coimbra, como vemos mais adiante.

⁵² Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº42 e 43, pág. 7.

⁵³ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 44 ao 47, pág. 8.

Quando questionados acerca de serem ou não detentores de alguma **especialização**, podemos observar respostas com um desequilíbrio entre as duas corporações: os municipais respondem deter menos especializações (55,6%) do que os sapadores (89,1%).

Tem alguma especialização?			
Bomb. Municipais (N=27)		Bomb. Sapadores (N=92)	
Sim	Não	Sim	Não
55,6%	44,4%	89,1%	10,9%

Tabela nº4: Posse de especializações

Por outro lado, considerando ser importante conhecer os **tipos de especializações** que possuem, verifica-se que estes, na corporação da Figueira da Foz, são menos variados e relacionam-se com os riscos mais prementes ligados ao mar, como veremos no ponto “Riscos no concelho e grau de preparação das populações”. Por outro lado, estes dados são compreensíveis, devido ao facto de, do ponto de vista biofísico, o concelho da Figueira da Foz, ser atravessado a meio pelo Rio Mondego e da sua rede hidrográfica fazerem parte várias ribeiras e cinco lagoas (Salgueiros, Vela, Braças, Corvos e Leirosa). No entanto, a costa ocidental que compreende a Figueira da Foz, tem um conjunto de características, que a conduz a elevadas exposições e vulnerabilidades, nomeadamente a tsunamis (Dinis e Tavares, s/a:1). Quanto ao concelho de Coimbra, está muito exposto a riscos naturais, sobretudo a cheias, inundações, movimentos de massa em vertente bem como incêndios florestais. Pelas suas características físicas e pela dinâmica de ocupação, os riscos estão cada vez mais presentes, considerando a existência de uma vulnerabilidade crescente envolvendo as áreas urbanas, peri-urbanas e rurais e as populações (Ciência Hoje, 2006 appud Tavares).

Todavia, vejamos as percentagens para cada tipo de especialização apresentado, para ambos os corpos de bombeiros. Assim, na corporação da Figueira da Foz, a maioria dos inquiridos tem a especialização de técnico de resgate (38%). Seguem-se a de mergulhador (21%), nadador-salvador (17%) e por fim 6% de inquiridos referem as de: tripulante de ambulância de transporte, formador de salvamento em grande ângulo, desencarceramento e condução de embarcações de socorro. Na corporação de Coimbra

a maioria declara possuir uma lista alargada⁵⁴, sendo exceção a especialização de técnico de resgate, em que apenas 50% dos inquiridos a mencionam⁵⁵.

Esta asserção corrobora também o grau mais elevado de complexidade desta corporação, relativamente à outra. A complexidade e diferenciação das tarefas, por via da especialização, conduzem a que o indivíduo mesmo ascendendo na hierarquia, não conheça todos os processos inerentes à sua organização, de modo a controla-los devidamente (Clegg, 1998:12). Considerando que a corporação da Figueira da Foz é de complexidade inferior, uma distribuição equitativa e mais alargada dos vários tipos de especialização existentes, poderia colmatar a ausência de especializações nas áreas de outros riscos premente no concelho como são os incêndios⁵⁶. Notemos que estamos perante uma corporação profissional que serve uma população residente na ordem de 62 224⁵⁷.

Quando questionados sobre a **pertença a equipas especiais**, a taxa de respostas afirmativas dos bombeiros da Figueira da Foz pauta-se por 67% de registos, ao passo que relativamente aos de Coimbra, obteve-se uma distribuição equitativa dos resultados (50%) entre os que pertencem e os que não⁵⁸. Não obstante, da análise das entrevistas realizadas, verificamos que as equipas especiais não estão ainda formalmente instituídas. Assim, num testemunho de um sapedor: «Nós aqui temos, temos equipas especiais quer dizer...nós aqui temos vários elementos com as mesmas especializações... e com esses elementos podemos formar grupos especiais digamos assim... de intervenção especial tipo resgate, matérias perigosas, até por exemplo mergulho.»; «Mas ao mesmo tempo têm de socorrer noutras situações...»; «Sim.»; «Pois... no fundo no fundo (...), não estão integrados em verdadeiras equipas especiais.»; «Sim. Fazemos um pouco de tudo (...).».

Por outro lado, quando confrontados com o **tipo de equipas especiais** a que pertencem, os municipais, revelam as equipas de mergulho (45%), resgate (35%), as de grande ângulo (15%) e a de desencarceramento (5%) Nos sapedores, os dados

⁵⁴ Mergulhador; Tripulante de ambulância de transporte; Formador de salvamento em grande ângulo; Condução de embarcações de socorro; Nadador-salvador; Desencarceramento; Tripulante de ambulância de socorro; Condução todo o terreno; Condução de ligeiros; Condução de veículos especiais; materiais perigosos; GPI's; Operador de socorro em emergência em aeródromo; Emergência pré-hospital; INEM; Combate a incêndios florestais; Combate a incêndios urbanos; Fogos estruturais; Controle ambiental; e Socorrismo e operador de central

⁵⁵ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 48 e 49, pág. 8.

⁵⁶ Ver ponto V “Riscos no concelho e grau de preparação das populações”, pág. 102.

⁵⁷ Censos de 2001. Salienta-se que em relação aos censos de 1991 a população deste concelho teve como variação populacional 669 habitantes.

⁵⁸ Ver Anexos: Gráficos; Gráfico nº 50 e 51, pág. 8.

estatísticos revelaram uma distribuição que se estende da percentagem mínima de 2% (controle ambiental) à máxima de 32% (materiais perigosos). Dos restantes resultados, verificamos que a equipa especial de mergulho é a segunda mais referida, (24%), seguindo-se a equipa de INEM (17%), operador de socorro e emergência em aeródromos (10%), resgate (10%) e por fim a de grande ângulo (5%)⁵⁹.

Estamos, desta forma, perante organizações baseadas num grau de complexidade elevado no que diz respeito ao tipo e nível de responsabilidade das tarefas, e baixo no que respeita ao reduzido número de especializações, equipas especiais e grau de instrução exigido para as executar⁶⁰, no caso da Figueira da Foz. Posto isto, pode-se considerar esta última organização como de complexidade baixa, como já referimos acima e a de Coimbra como de complexidade média, devido ao elevado número de especializações.

O **vínculo laboral** aponta para uma alta integração dos inquiridos no funcionalismo público, com 81% de nomeados definitivamente, comparativamente com os contratados a termo certo (19%), a corporação da Figueira da Foz, demonstra ter uma inserção definitiva bastante rápida; por seu lado, em Coimbra, todos os inquiridos são de nomeação definitiva⁶¹.

Não obstante, relativamente à primeira corporação mencionada, refira-se que no ano de 2005 a integração de 10 dos 20 recrutados foi adiada pela autarquia, podendo ter contribuído para uma desmotivação e falta de integração nos valores associados à profissão, revelada pelo défice de conhecimento quanto a aspectos jurídicos inerente à actividade⁶² por parte dos elementos em situação precária, a saber: formas de: recrutamento (16,7%), avaliação de desempenho (50%), promoção na carreira (20%). Por outro lado, não seria expectável que a nomeação de comando fosse do conhecimento da totalidade do grupo de efectivos sem nomeação definitiva e que 20,8% dos elementos de nomeação definitiva revelassem desconhecimento.⁶³

⁵⁹ Ver Anexos: Gráficos; Gráfico nº52 e 53, pág. 8.

⁶⁰ A forma de recrutamento para a carreira de bombeiro municipal, exige como grau de instrução mínimo o 9º ano e para a de sapador o 12º ano (art.º 18, ponto 2 do Dec-Lei 106/2002 de 13 de Abril).

⁶¹ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 54 e 55, pág. 9.

⁶² Dec-Lei nº 186/2001 de 22/07: Acesso à carreira de bombeiro sapador e de bombeiro municipal; Dec-Lei nº 106/2002 de 13/04: Estatuto pessoal dos bombeiros profissionais da administração local; Despacho conjunto nº297/2006 de 31/03: Cursos de promoção de bombeiro sapador e bombeiro municipal; Despacho conjunto nº 298/2006 de 31/03: Regulamento geral dos estágios dos bombeiros profissionais.

⁶³ Ver Anexos: Gráficos: Gráficos 56 a 59, pág. 9.

No que concerne aos efectivos da Figueira da Foz que estão **integrados nos turnos operacionais** (100%) e aos de Coimbra (94,6%)⁶⁴, no tocante ao **tipo de integração nos turnos**, pode-se observar uma considerável disparidade nos valores entre os dois tipos de integração, sendo que a integração definitiva apresenta-se como maioritária: 86% nos municipais e 91% nos sapadores, relativamente à integração temporária⁶⁵.

Em termos de **horário dos turnos**, as duas corporações, apesar de trabalharem o mesmo número de horas por dia (12 horas), têm horários diferentes⁶⁶. Cumpre-se desta forma nas duas corporações o horário contínuo máximo, estipulado no artigo 23º-álínea 1) do Dec-Lei nº106/2002 de 13 Abril.⁶⁷ A sua **adequação** é encarada em absoluto pelos inquiridos de ambas as corporações⁶⁸.

Questionados quanto ao **conhecimento de direitos e regalias** que constam no Decreto-lei nº 241 de 2007 de 21 de Junho, referente ao regime jurídico dos bombeiros portugueses, é perceptível que a maioria dos inquiridos respondeu afirmativamente, revelando um elevado grau de conhecimento acerca dos mesmos. Assim temos os seguintes dados estatísticos, por corporação⁶⁹:

Tipo de Bombeiros	Municipais	Sapadores
Direitos e Regalias	(N=27)	(N=65)
-subsídios ou e compensações de turno	97%	96,6%
-seguro de acidentes pessoais	100%	95,6%
-indenizações, pensões e subsídios	50%	91,8%
-segurança social/ADSE	93%	89,3%
-acesso a sistema de higiene e segurança no trabalho	50%	87,8%
-horário único	85%	71,8%
-outros	0	70%
-educação	76%	52,9%
-assistência e patrocínio judiciais	50%	44,6%
-apoio psicológico em situações pós-stress	76%	55%
-condecorações	67%	39,7%

Tabela nº5: Grau de Conhecimento dos Direitos e Regalias

⁶⁴ Ver Anexos: Gráficos: Gráficos nº 60, pág. 9.

⁶⁵ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 61 e 62, pág. 9 e 10.

⁶⁶ Ver Anexos: Tabelas, Tabela nº 1 e 2, pág. 1.

⁶⁷ Dec-Lei 1006/2002 de 13 de Abril que versa sobre “Estatuto de Pessoal dos bombeiros profissionais das autarquias locais”, no seu art.º23 “Duração e horário de trabalho” alínea 1) versa que: “Os corpos de bombeiros profissionais estão sujeitos a o regime de duração e horário de trabalho da Administração Pública, com a possibilidade de se efectuar doze horas de trabalho contínuo”.

⁶⁸ Ver Anexos: Tabela, Tabela nº 3 e 4, pág. 1.

⁶⁹ Ver Anexos: Gráficos : Gráficos nº 63 ao 83, pág. 10-12.

Todavia, observa-se que os direitos e regalias no âmbito da saúde, educação formal e apoio psicológico, são mencionados com desapontamento pelos entrevistados da corporação de sapadores: «É assim, eu por exemplo estou a estudar e havia um direito que os bombeiros tinham ... por exemplo a propinas, eram reembolsadas num valor e isso acabou para os bombeiros profissionais»; «(...) Mas não é das coisas que mais nos assistem. Realmente em termos de apoio psicológico, infelizmente acontecem periodicamente acidentes, coisas que quer queiramos quer não uns conseguem lidar melhor que outros (...)»; «Fazemos uma vez por ano uns exames, mas...penso que são demasiado rotineiros, estão demasiado rotinizados, quer dizer...deviam haver outras formas de avaliar melhor a nossa saúde...uma coisa mais complexa (...)».

Quando nos debruçamos sobre outros aspectos da cultura organizacional e gestão de recursos humanos, podemos verificar que: “as práticas de gestão de recursos humanos podem ser utilizadas para criar, moldar ou reforçar a cultura organizacional, dado que induzem comportamentos e transportam informação, parâmetros que se reflectirão na cognição e cultural organizacional” (Vala, 2002: 133). Verificamos com os dados recolhidos acerca das questões sobre as **formas de recrutamento, avaliação de desempenho e promoção na carreira**, que se por um lado podemos estar perante organizações burocráticas, firmadas na centralidade do poder junto dos grupos hierarquicamente inferiores, como já vimos⁷⁰, por outro observamos que quanto aos municipais, existe uma valorização do consenso e do unanimíssimo, assente numa perspectiva de benefício do colectivo e não do individualismo. Embora, aquando do recrutamento de 20 recrutas, se tenha verificado o inverso: “ (...) A recusa da autarquia em contratar 20 estagiários deste corpo de bombeiros, fundado há 140 anos - que alegadamente poria em causa a prestação do serviço profissional de socorro -, criando condições para a sua eventual extinção, esteve na origem da manifestação promovida hoje, na Figueira, pela Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP).” (Jornal de Notícias, 2006). Quanto aos bombeiros sapadores, é valorizada a controvérsia de opiniões assente na mesma perspectiva.

Relembremos que 47,8% dos municipais da Figueira da Foz apresentaram como primeira motivação para ingressar nos bombeiros o espírito de missão⁷¹. Por outro lado, apesar dos efectivos conhecerem maioritariamente as formas de recrutamento, avaliação

⁷⁰ Na medida em que o conhecimento técnico, como já vimos anteriormente se localiza nestas categorias.

⁷¹ Ver pág. 68.

de desempenho e de promoção na carreira⁷², denotam neutralidade quanto à sua **concordância ou discordância relativamente às formas** de recrutamento (76%) e de promoção na carreira (32%) sendo a excepção feita, mas não de um modo significativo, na discordância da avaliação de desempenho (54%)⁷³. Os sapadores de Coimbra conhecem, também, amplamente estas formas⁷⁴, no entanto, no que toca aos graus de concordância mais citados, apresentam maior objectividade quanto às suas escolhas do que os municipais, distribuindo-se os valores entre o concordo e não concordo. Assim: 74,8% afirmam concordar muito com a forma de recrutamento⁷⁵. Contudo, antes de expormos as considerações para as outras formas (avaliação de desempenho e de promoção na carreira), vejamos alguns dos aspectos para se não concordar com esta, de acordo com um dos entrevistados: «Os testes que nós fizemos: os físicos, concordo, os médicos claro é óbvio, mas a nível dos psicotécnicos não concordo. Porque deveriam ser uns testes mais indicados para a nossa área (...)».

Quanto à forma de avaliação de desempenho, 55,3% asseguram discordar muito⁷⁶, sendo para alguns entrevistados sapadores, de exequibilidade bastante complexa: «Em termos de ... eu falo na avaliação do SIADAP, essa aplicação, avaliação aos bombeiros é difícil tanto de objectivos a cumprir como de os fiscalizar (...)»; e segundo Curto (2009) “Não é que não queiramos ser avaliados, antes pelo contrário. O problema é que o conteúdo funcional de um funcionário público escriturário ou de um técnico é diferente do de um bombeiro profissional”⁷⁷. Por fim, no que diz respeito à forma de promoção na carreira, 39,3% dizem discordar muito⁷⁸. Pelos dados obtidos, pode-se asseverar que nos municipais é evidente o predomínio de uma cultura dominante de ausência de conflito e privada de protesto perante a situação laboral do colectivo, apesar do percurso de luta para a sua integração, como vimos mais acima.

Nos sapadores, verifica-se uma cultura onde a oposição, por via da divergência de opiniões, é uma constante, podendo ser potenciadora da capacidade reivindicativa face às questões laborais. Note-se sobre este assunto, no que diz respeito à primeira

⁷² Ver Anexo: Gráficos: Gráficos nº 84 ao 86, pág. 12.

⁷³ Ver Anexo: Gráficos: Gráficos nº 87 ao 89, pág. 13.

⁷⁴ Forma de recrutamento: 95,9%; Forma de avaliação de desempenho: 91,6%; Forma de promoção na carreira: 95,8%. (Ver Anexos: Gráficos: Gráficos nº 90 ao 92, pág. 13.

⁷⁵ Ver Anexo: Gráficos, Gráfico nº 93, pág. 13.

⁷⁶ Ver Anexo: Gráficos, Gráfico nº 94, pág. 13.

⁷⁷ In <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1375211> 19/04/2009.

⁷⁸ Ver Anexo: Gráficos, Gráfico nº 95, pág. 14.

corporação referida, que estamos perante uma organização com elevada taxa de sindicalização (82,1%)⁷⁹ e como veremos no parágrafo seguinte, com operacionais que na sua maioria, considera que beneficiava com uma carreira única equiparada aos sapadores (87%)⁸⁰. O grupo etário com maior conhecimento sobre estas formas de recrutamento, avaliação e de promoção é o mais jovem dos 20 aos 30 anos⁸¹, sendo igualmente o que possui maior índice de habilitações⁸² e o que apresenta maior taxa de sindicalização (94,4%)⁸³, revelando índices elevados de cidadania participativa nas questões laborais, podendo capitalizar deste modo, a autoridade/poder que lhe poderia advir das competências e conhecimentos técnicos.

Quanto à segunda corporação mencionada, constatemos que a taxa de sindicalização é de 86,8%⁸⁴ e que destes, uma maioria de 41% encontram na faixa etária dos 31-40 anos⁸⁵, cujo conhecimento sobre as formas acima referenciadas, se encontra acima da média dos restantes grupos etários⁸⁶. Sabendo também que este grupo representado por 12,9%, é o que possui maioritariamente como habilitações literárias os graus acima do 12º ano⁸⁷, permite a reunião de um conjunto de variáveis organizacionais que poderão conduzir a um acréscimo, relativamente à da Figueira da Foz, da cidadania participativa nas questões de foro laboral e capitalização do poder que lhe poderá advir das competência e conhecimentos técnicos.

Na questão sobre os efectivos municipais, estes consideram **beneficiar com a equiparação à sua congénere em estudo**⁸⁸, repara-se que das respostas concedidas, posso intentar, desconstruído a pirâmide de necessidade de Maslow (1954)⁸⁹ uma nova arquitectura, onde se afigura a presença de um modelo mais actualizado, conjugando interesses pessoais e organizacionais, adaptado à sociedade moderna em que vivemos. Este modelo sugerido permite aferir que os inquiridos, colocam no topo e na base das

⁷⁹ Ver pág. 67.

⁸⁰ Ver Anexo: Gráficos, Gráfico nº: 96, pág.14.

⁸¹ Forma de recrutamento: 66,7%; forma de avaliação de desempenho : 68% e forma de promoção na carreira: 68,2%.Ver Anexo: Gráficos: Gráfico nº 97 ao 99, pág. 14.

⁸² 83%, tem acima do 9º ano. Ver Anexo: Gráficos: Gráfico nº 100, pág. 14.

⁸³ Ver Anexo: Gráficos: Gráfico nº 101, pág. 14.

⁸⁴ Ver pág. 67.

⁸⁵ Ver Anexo: Gráficos: Gráfico nº 102, pág. 14.

⁸⁶ Forma de recrutamento: 30%; forma de avaliação de desempenho: 42,7% e forma de promoção na carreira: 39,7% Ver Anexo: Gráficos: Gráfico nº 103 a 105, pág. 15.

⁸⁷ Ver Anexo: Gráficos: Gráfico nº 106, pág. 15.

⁸⁸ Ver pág. anterior.

⁸⁹ Hierarquia de necessidades de Maslow: fisiológicas: fome, sede e sexo; segurança: quanto a ameaças físicas e emocionais; social: aceitação e amizade; auto-estima: auto-respeito, autonomia, realização, status, reconhecimento e atenção; auto-realização: crescimento pessoal, realização do potencial individual in Maslow, A. "Motivation and personality", New York, Haper e Row, 1954.

suas motivações as necessidades que se prendem com a melhoria da sua estabilidade profissional e nos níveis intermédios com a sua auto-estima profissional, progresso nas suas competências profissionais e reconhecimento social. Os valores encontrados são para municipais são os seguintes:⁹⁰

Razões do inquirido em % (N=30)	Pirâmide de Necessidades de Maslow	Novo Modelo de Necessidades
-acesso a direitos e regalias-14,1%	Segurança	Socioprofissional
-aumento da auto-estima profissional-13,3%.	Auto-realização	Realização profissional
-frequência de um plano de formação comum-11,7%.	Auto-estima	Profissional
-preparação e conhecimentos técnicos-7%	Auto-estima	Profissional
-reconhecimento público-3,1%	Auto-estima	Social
-vencimento, meios e carreira -2,3%	Segurança	Socioprofissional

Tabela nº6: Razões do Benefício, Pirâmide de Necessidades e Novo Modelo

Por outro lado, considerando ser útil conhecer as **duas razões mais importantes para os inquiridos concordarem com a forma de recrutamento**, é possível pensar as representações das motivações dos efectivos de acordo com o modelo actualizado referido acima. No topo, das razões do conjunto das corporações em estudo, surge a realização profissional e na base a de melhoria da sua estabilidade profissional⁹¹.

Vejamos as tendências para cada uma, salientando o facto de ter sido feito o escrutínio com as razões mais escolhidas:

Bombeiros Municipais (N=26)	Razões	Bombeiros Sapadores (N=91)
-premeia o mérito e capacidade de atingir os objectivos-30% -torna a carreira mais motivante-13% -permite a realização profissional e pessoal-13%	<i>Realização profissional</i>	-premeia o mérito e capacidade de atingir os objectivos-39% -permite a realização profissional e pessoal-16% -torna a carreira mais motivante-9%
-mais justa-19%	<i>Profissional</i>	-mais justa-17%
-valoriza e reconhece o trabalho dos bombeiros-16%	<i>Social</i>	-valoriza e reconhece o trabalho dos bombeiros-15%
-outros-6% -todos os que concorrem ingressam na carreira-3%	<i>Socioprofissional</i>	-todos os que concorrem ingressam na carreira-3% -a promoção é mais rápida-1%

Tabela nº7: Razões para a Concordância com a forma de recrutamento/Novo Modelo

⁹⁰ Ver Anexo: Gráficos: Gráfico nº 107, pág. 15.

⁹¹ Ver Anexo: Gráficos: Gráficos nº 108 e 109, pág. 15-16.

À semelhança da questão anterior, examinemos a adequação ao modelo em apreciação das duas razões mais importantes, para a **forma de promoção na carreira**. Deste modo, verifica-se uma inversão no topo, relativamente à forma de recrutamento, apenas no caso dos bombeiros municipais. Assim, a necessidade profissional é o ponto mais alto e a socioprofissional o mais baixo. No tocante aos bombeiros sapadores o enquadramento, em relação à forma anterior, mantém-se. O conjunto dos resultados são os seguintes⁹²:

Bombeiros Municipais (N=25)	Razões	Bombeiros Sapadores (N=89)
-mais justo-32%	<i>Profissional</i>	-mais justa-10%
-permite a realização profissional e pessoal-20% -torna a carreira mais motivante-16%	<i>Realização profissional</i>	-permite a realização profissional e pessoal-27% -premeia o mérito e capacidade de atingir os objectivos-23% -torna a carreira mais motivante-15%
-valoriza e reconhece o trabalho dos bombeiros-12%	<i>Social</i>	-valoriza e reconhece o trabalho dos bombeiros-21%
-todos os que concorrem ingressam na carreira-12% -outros-8%	<i>Socioprofissional</i>	-todos os que concorrem ingressam na carreira-4%

Tabela nº8: Razões para a Concordância com a forma de promoção na carreira/Novo Modelo

É indiscutível que a formação tem um impacto nas competências dos profissionais, que lhes permite agir sobre determinadas situações modificando os seus efeitos e “(...) é inegável que o papel da formação assume uma importância cada vez maior no desenvolvimento de estratégias organizacionais competitivas (...)” (Ceitil in Vala, 2002: 327).

Desta forma, no tocante à formação dos efectivos, pautada pela **frequência de seminários/colóquios e cursos/acções de formação**, foi analisado a participação dos inquiridos, neste eventos, no ano de 2007. Da investigação resultou a conclusão de uma fraca frequência em ambas as corporações de seminários/colóquios e cursos/acções de formação. Recorde-se que a corporação da Figueira da Foz⁹³, no ano em estudo, não faz coincidir as suas especializações aos riscos mais perigosos na sua zona de actuação,

⁹² Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 110 e 111, pág.16.

⁹³ Ver pág. 71 e 72.

evidenciando carências a este nível. A frequência de colóquios e seminários registou valores muito semelhantes, ou seja: 52% e 51,1% dos inquiridos figueirenses e conimbricenses, respectivamente⁹⁴. Os frequentadores da primeira corporação referida, na sua maioria (62%) assistiram entre 1 a 4 colóquios e seminários⁹⁵; os da segunda corporação citada, na sua maioria frequentaram de 1 a 5 (91,5%)⁹⁶. Por outro lado, no que toca a cursos/acções de formação e sabendo da obrigatoriedade de adequada formação de acordo com o Dec-Lei nº 106/2002 de 13 de Abril no seu art.º 20- pontos 1 e 4⁹⁷, bem como de acordo com o art.º 4 alínea c) do Dec-Lei nº 241/2007 de 21 de Junho⁹⁸ e Dec-Lei nº 247/2007 de 27 de Junho no seu art.º 21-ponto 1⁹⁹, observa-se que dos cursos apresentados a escrutínio o de socorrismo básico, com 27,3% de inquiridos, é o que os bombeiros municipais da Figueira da Foz mais frequentam¹⁰⁰, ao passo que na sua congénere é o de incêndios urbanos e industriais, com 67,9%¹⁰¹. Note-se que no concelho sede desta última corporação, os riscos apontados como de maior perigosidade, são os incêndios urbanos em zonas históricas (89,1%)¹⁰², havendo portanto aqui uma correlação entre a formação mais frequentada e um dos riscos considerados de perigosidade elevada. Por outro lado, nos cursos distinguidos na opção outros, destaca-se uma diferença no tipo de formações, entre as duas corporações na Figueira da Foz os cursos prendem-se sobretudo, tal como as especializações aos riscos ligados ao mar, tais como: condução de embarcação de socorro, mergulho, patrão de costa, nadador-salvador e formador de nadador-salvador. Em Coimbra, estão ligados a

⁹⁴ Ver Anexo: Gráficos, Gráficos nº 112 e 113, pág. 17.

⁹⁵ Ver Anexo: Gráficos, Gráfico nº 114, pág. 17.

⁹⁶ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 115, pág. 17.

⁹⁷ Dec-Lei de 106/2002 de 13 de Abril, versa sobre o “Estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais das autarquias locais” no seu art.º 20 “Formação profissional”, nos seus pontos 1 e 4, respectivamente refere o seguinte: “É assegurada obrigatoriamente aos bombeiros profissionais a adequada formação profissional contínua com vista à eficácia do desempenho da sua acção, bem como ao seu desenvolvimento e promoção na carreira” e “para efeitos do disposto nos números anteriores, será elaborado, anualmente, pelos comandos, um plano de formação profissional com base nas necessidades dos serviços e nas expectativas dos seus efectivos”.

⁹⁸ Dec-Lei nº 241/2007 de 21 de Junho, versa sobre o “Regime jurídico dos bombeiros portugueses”, no seu art.º 4 “Deveres” alínea c) refere o seguinte: “Zelar pela actualização dos seus conhecimentos técnicos e participar nas acções de formação que lhes forem facultadas”.

⁹⁹ Dec-Lei nº 247/2007 de 27 de Julho, versa sobre o: “Regime jurídico dos corpos de bombeiros”, no seu art.º 21 “Formação”, no seu ponto 1 refere o seguinte: “O pessoal do quadro activo, que se encontre na situação de actividade no quadro, tem direito a formação adequada no respectivo corpo de bombeiros e à frequência de cursos, colóquios, seminários e outras acções e formação destinadas ao seu aperfeiçoamento técnico”.

¹⁰⁰ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 116 ao 155, pág. 17-22.

¹⁰¹ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 156 ao 187, págs. 22-25.

¹⁰² Ver ponto V: “Riscos no concelho e grau de preparação das populações”, pág. 102.

aspectos operacionais de carácter genérico, como podemos ver: trauma e emergência em catástrofes, desfibrilhador automático, actuações em catástrofes, gestão de meios operacionais, sistema de comando operacional e auditoria de segurança.

No que concerne às **horas de formação em 2007**, vejamos as percentagens de horas distribuídas por intervalos¹⁰³:

Tipo de Corporação Intervalos de horas	Municipal (N=21)	Sapadores (N=85)
Mais de 51	57,1%	38,8%
41 a 50	4,8%	11,8%
31 a 40	0%	21,2%
21 a 30	9,5%	4,7%
11 a 20	4,8%	5,9%
01 a 10	4,8%	3,5%
Nenhuma	19%	14,1%

Tabela nº9: Número de Horas de Formação em 2007

A análise dos resultados salienta que nas duas corporações o grupo que indicou não ter frequentado nenhuma formação, é o dos 20-30 anos¹⁰⁴, revelando uma ausência de política de formação inicial para os que ingressam nas carreiras.

Em harmonia com o art.º 2 do Dec-Lei nº106/2002 de 13 de Abril¹⁰⁵ e com o Dec-Lei nº 174/2001 de 31 de Maio¹⁰⁶, os efectivos de ambos os corpos de bombeiros, realizaram neste ano, em média 5 horas de formação, valores muito abaixo dos anualmente estipulados, nestes casos, a saber: 70 ou mais horas.

¹⁰³ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 188 e 189, pág. 25-26.

¹⁰⁴ Na corporação da Figueira da Foz, representam 66,7% dos inquiridos e na de Coimbra, 45,5%. Ver Anexos: Gráficos nº 190 e 191, pág. 26.

¹⁰⁵ Dec-Lei nº106/2002 de 13 de Abril, no seu art.º 2 “Legislação aplicável” refere que: “Os bombeiros profissionais, a que se refere o artigo anterior, regem-se pela legislação em vigor para o pessoal da administração local e pela demais legislação aplicável em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente diploma”.

¹⁰⁶ Dec-Lei nº 174/2001 de 31 de Maio, no seu art.º 1 nos seus pontos 2 e 3 versa, respectivamente, o seguinte: “Para efeitos do disposto no número anterior, aquele pessoal tem direito, dentro do período laboral, a um crédito para a sua autoformação, por ano civil, correspondente a cem horas, para as carreiras técnica e técnica superior, e a setenta horas, para as restantes carreiras.” e “Quando se trate de acções formativas com relevância directa nas respectivas áreas funcionais, a apreciar pelo dirigente máximo do serviço, os créditos previstos no número anterior podem ser ultrapassados até ao limite da carga horária prevista para a acção de formação que o funcionário pretende frequentar”.

Nº de Horas de Formação em 2007						
Tipo Corp.	Media	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Municipal	5	7	7	3	1	7
Sapador	5	6	7	2	1	7

Tabela nº10: Valores de Nº de Horas de Formação em 2007

Procurou-se também verificar o **número de horas de formação em cursos/acções de carácter básico**, verificando que a maioria dos efectivos da Figueira da Foz e de Coimbra, frequentou apenas entre 1 a 20 horas, abaixo do número de horas estipulado nos decretos-lei referidos anteriormente, no caso dos primeiros efectivos mencionados, apenas se encontra o curso de socorrismo básico¹⁰⁷, e no caso dos segundos, os de socorrismo básico e o de combate a incêndios industriais e florestais¹⁰⁸. Contudo, verifica-se que em termos médios o curso de socorrismo básico é o que apresenta valores mais elevados em ambas as corporações: 35,2 nos municipais e 25,5 nos sapadores:

Municipais (N=13)						
Cursos	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
socorrismo básico	35,2	23	5	40,0	5	90
Desencarceramento	37,5	37,5	35	3,5	35	40
ventilação táctica	22,5	22,5	5	24,7	5	40
Combate a inc. florestais e industriais	30,0	30	20	14,1	20	40
Química do fogo	5,0	5	5		5	5
Agentes extintores	5,5	5,5	5 ^a	0,7	5	6

Tabela nº11: Municipais/Valores do Nº de Horas de Formação de carácter básico em 2007

Sapadores (N=90)						
Cursos	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
socorrismo básico	25,5	22,5	35	18,9	4	80
Desencarceramento	16,0	10,0	10	10,8	3	35
ventilação táctica	10,5	9,0	10	9,4	1	35
combate a inc. florestais e industriais	19,9	14,5	10	15,0	3	80
Química do fogo	11,3	7,5	5	10,4	2	35
Agentes extintores	10,8	5,0	5	13,1	2	50

Tabela nº12: Sapadores/Valores do Nº de Horas de Formação de carácter básico em 2007

Porém, vejamos que a fraca participação em formação, manifestada pelos sapadores, poderá dever-se, por um lado, ao número reduzido de efectivos para cobrir

¹⁰⁷ Ver Anexos: Gráficos nº 192, pág. 26.

¹⁰⁸ Ver Anexos: Gráficos: Gráfico nº 193, pág. 26.

todas as ocorrências inusitadas, e por outro, ao fraco desenvolvimento do gabinete de formação existente. Analisemos os discursos proferidos em entrevista: «Não houve muitas acções de formação. (...) ... tem que ficar sempre aqui pessoal no quartel a salvaguardar o serviço... o chefe pode dispensar um ou dois homens... mas não pode dispensar mais, porque senão aqui o pessoal fica desfalcado, basta haver um ou duas saídas, pode haver uma ou outras saída... e não fica ninguém para uma terceira saída.» «Na nossa companhia, nós temos uma secção de formação que chamamos gabinete de instrução que no fundo vai dar à mesma coisa. Essa secção deveria gerir a formação que é ministrada aos bombeiros e a necessidade de formação que se verifica ou que se poderia verificar no pessoal, tal como... estaria ao cargo deles a manutenção da formação. (...) Eu pessoalmente em relação à minha necessidade de formação a maior parte das vezes sou eu que a procuro. De resto em termos de seminários, congressos e colóquios que fui, foi por iniciativa própria».

A maioria dos inquiridos das duas corporações consideram muito elevada a **adequação do número de horas de formação, para aquisição e/ou aperfeiçoamento de conhecimento**, com 55% (Figueira da Foz) e 44,5% (Coimbra)¹⁰⁹.

No tocante ao **grau de utilidade dos cursos e acções de formação** frequentadas pelos efectivos municipais, na sua maioria foi considerado o grau muito útil bem como a opção “não se aplica” ao seu trabalho. Nos dos sapadores, salienta-se a resposta muito útil. Anotemos os resultados dos cursos, cujo grau mais citado foi o de maior utilidade, por ordem decrescente, em cada corporação¹¹⁰:

¹⁰⁹ Ver Anexos: Gráficos: Gráfico nº 194, pág. 26.

¹¹⁰ Ver Anexo: Gráficos: Gráficos nº 195 ao 259, pág. 26-34.

Grau de Utilidade dos Cursos/Ações de Formação em 2007 (N=27)	
-busca e resgate em estruturas colapsadas-100%	-condução todo o terreno-66,7%
-condução de embarcações de socorro-100%	-agentes extintores-66,6%
-condução ofensiva e defensiva-100%	-socorrismo básico-61,4%
-mergulho-100%	-ventilação táctica-60%
-patrão de costa-100%	-química do fogo-60%
-formador de nadador-salvador-100%	-grande ângulo: resgate em poços-50%
-liderança-100%	-grande ângulo: edifícios-50%
-condução e liderança de equipas-100%	-grande ângulo: gruta-50%
-fogos florestais-100%	-grande ângulo: montanha-50%
-tripulante de ambulância de socorro-100%	-grande ângulo: trabalhos verticais-50%
-rádio operador de VHF-100%	-Formação pedagógica inicial de formadores-50%
-nadador-salvador-100%	-desencarceramento-40%
-combate a incêndios urbanos e industriais-71,4%	-protecção e segurança individual-40%

Tabela nº13: Municipais: Grau de Utilidade Cursos/Ações de Formação em 2007

Grau de Utilidade dos Cursos/Ações de Formação em 2007 (N=90)	
-combate a incêndios urbanos e industriais-94,2%	-prevenção e segurança-70,6%
-desencarceramento-91,1%	-acidentes com matérias perigosas-70%
-socorrismo básico-89,1%	-grande ângulo-resgate em poços- 64,3%
-nadador-salvador-88,9%	-grande ângulo-resgate em montanhas- 63,6%
-protecção e segurança individual-86,4%	-formação de formadores/reciclagem- 63,6%
-grande ângulo-trabalhos verticais-84,6%	-qualificação inicial de bombeiros-62,5%
-química do fogo-78,8%	-gestão de conflito-62,5%
-ambiente, saúde, higiene e segurança-78,6%	-sistema de informação geográfica-58,3%
-reforço de capacidade de intervenção-77,8%	-grande ângulo-resgate em grutas-54,5%
-gestão de stress-77,8%	-novas tecnologias operacionais-54,5%
-ventilação táctica-76,9%	-novas tecnologias de informação e comunicação- 53,8%
-agentes extintores-75%	-global position system-53,8%
-grande ângulo-resgate em edifícios-70,6%	-formação pedagógica inicial de formadores-37,5%

Tabela nº14: Sapadores Grau de Utilidade Cursos/Ações de Formação em 2007

Relativamente às **necessidades de formação**, a maioria dos inquiridos do universo dos bombeiros profissionais, elege como sendo muito importante o aperfeiçoamento profissional: 44,4% (municipais) e 35% (sapadores)¹¹¹.

Quando questionados sobre as **saídas** que a corporação tem com mais frequência¹¹², em média note-se que os bombeiros municipais efectuem poucas saídas em situações de socorro e transporte de sinistrados e de urgência hospital,

¹¹¹Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 260 ao 272, pág. 34-36.

¹¹² Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 273 ao 278, pág. 36-38.

respectivamente: 1,76 e 1,32 saídas por ano¹¹³, no cômputo geral dos períodos de tempo investigados. Facto associado à carência de ambulâncias no seu parque automóvel devido à existência na mesma zona de actuação de uma corporação de bombeiros voluntários, cujo trabalho é predominante nestas situações. Por outro lado, apesar de na região centro: “os incêndios florestais, são os riscos que apresentam maior perigosidade, no conjunto dos riscos proeminentes na região centro do país e as cheias e inundações os de menor incidência” (Mendes e Tavares, 2009), repara-se que nas duas corporações, a ocorrência em cheias ou inundações, tem médias de saídas superiores (cerca de 6) às médias para os vários tipos de incêndios (cerca de 4), que em ambas as corporações, surgem como os riscos de perigosidade superior às cheias ou inundações¹¹⁴ Todavia, estes dados poderão ser justificados de acordo com o testemunho de um sapador: «(...) No Inverno, nota-se também um grande aumento de volume na situação de inundações. Não as cheias que são ocorrências muito mediatizadas, mas em termos daquelas “inundaçõezinhas”... vem um dia de chuva, as sargentas estão entupidas, o nível de águas sobe, ninguém limpa, aquilo entra logo ali na garagem e isso é logo motivo para chamar os bombeiros.». Contudo, observemos as saídas mais dominantes, em cada período de tempo colocado em estudo¹¹⁵:

Tipo de Corporação Período	Municipal (N=28)	Sapadores (N=66)
-nunca	-socorro e transporte de sinistrados- 86,4%	-socorro a náufragos-8,5%
-raramente	-incêndios industriais-44,4%	-socorro a náufragos-37,8%
-todos os dias	-assistência a populações e animais- 100%	-assistência a populações e animais e limpeza de pavimentos-100%
-algumas vezes por semana	-cortes de árvores e limpeza de pavimentos-100%	-socorro em acidentes rodoviários-44,9%
-algumas vezes por mês	-acidentes rodoviários-49,7%	-acidentes rodoviários-37,1%
-algumas vezes por ano	-busca subaquáticas de cadáveres-100%	-busca subaquáticas de cadáveres-100%

Tabela nº15: Saídas dominantes por período temporal

Quando abordados acerca do **grau de perigosidade com que são confrontados a nível pessoal em saídas** acima focadas, relembremos a baixa participação no ano de

¹¹³ Ver Anexo: Tabelas: Tabela nº5, pág. 2.

¹¹⁴ Ver Anexos: Tabelas: Tabela nº 6, pág. 2.

¹¹⁵ Ver Anexos: Gráficos: Gráfico nº 279 ao 284, pág. 38-40.

2007, em cursos de formação, como por exemplo: combate a incêndios urbanos e industriais (13%), química do fogo (13%) e fogos florestais (3%), numa corporação como é a da Figueira da Foz, que considera de maior perigo as saídas para os vários tipos de incêndios analisados e para as quais tem das médias mais altas em termos de solicitações: 4 (ver Anexos: Tabelas: Tabela nº5). E porque “ (...) a percepção dos riscos e os riscos não são coisas diferentes, mas sim um e o mesmo” (Beck, 1992:55) vejamos os valores estatísticos apresentados para estes, em ambas as corporações e como representam diferenciações significativas em relação às outras missões (por ordem de maior perigosidade). Salienta-se contudo, o grau nada perigoso das actividades de protecção civil (61,4%) e o reduzido número de respostas para a limpeza de pavimentos e busca-subaquática de cadáveres, por parte dos sapadores¹¹⁶.

Bomb. Municipais (N=28)	Bomb. Sapadores (N=66)
-incêndios urbanos-100%	-limpeza de pavimentos-100%
-incêndios industriais-100%	-busca subaquática de cadáveres-100%
-incêndios florestais-82,7%	-incêndios industriais-92,4%
-socorro em acidentes rodoviários-68,9%	-incêndios urbanos-90,3%
-socorro a náufragos-37,2%	-incêndios florestais-84,9%
-outros (não especificados)-33,4%	-socorro a náufragos-74,4%
-socorro e transporte de sinistrados em acidentes diversos-31,6%	-socorro em acidentes rodoviários-72,6%
-urgência hospitalar-18%	-abertura de portas-60%
-cheias ou inundações-13,5%	-cheias ou inundações-56,1%
-colaboração actividades protecção civil-3,7%	-socorro e transporte de sinistrados de acidentes diversos-38,1%
	-urgência hospital-39,6%

Tabela nº16: Grau de Perigosidade das Saídas

Na tabela acima, destacam-se algumas diferenças entre as duas corporações que importa referir. Observemos, por exemplo, que ambas têm a mesma média de saídas para cheias ou inundações (cerca de 5) e no entanto, para os bombeiros municipais, o grau de perigosidade elevado, é mais baixo (13,5%) do que para os sapadores (56,1%). Por outro lado, o socorro a náufragos apresenta níveis de perigosidade distintos: para os

¹¹⁶ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 285 ao 307, pág.40-42. Refira-se que as saídas dos municipais: Assistência a populações animais, Abertura de portas, Corte de árvores, Limpeza de pavimentos e Busca subaquática de cadáveres, não existiram as respostas.

bombeiros municipais menor (37,2%) do que para os sapadores (74,4%), apesar do concelho da Figueira da Foz ter orla costeira.

Quando questionados sobre o **conhecimento que detém acerca das tecnologias** associadas ao seu trabalho, os efectivos no seu conjunto afirmam positivamente conhecê-las: 80% de municipais e 73,6% de sapadores¹¹⁷, no entanto, quanto ao seu grau de utilização, verifica-se um fraco uso por parte das duas corporações¹¹⁸. Na sua utilização diária, bombeiros municipais e sapadores restringem, a sua frequência aos vários tipos de rádio apresentados a saber: rádio de banda larga¹¹⁹, de manobra¹²⁰, táctico¹²¹, portátil¹²², contudo, as diferenças diárias estabelecem-se em outras tecnologias, não identificadas (40%) utilizadas pelos municipais e pelos sapadores, as: sistema de informação geográfica (4%), centro de controlo de missão (5,3%), mapa de risco de previsão de fogo (7,7%). Estes factos poderão estar associado às necessidades encontradas para a boa execução do tipo de saídas efectuadas diariamente. Em termos latos, de acordo com Bilhim (2001:288), as tecnologias rotineiras estão associadas a uma fraca complexidade organizacional, na medida em que quanto maior for a rotina menor será o número de grupos operacionais e o treino de profissionais e o inverso também se sucede. Assim, a tecnologia não rotinada pode conduzir a uma alta complexidade conforme o trabalho se torna mais sofisticado. Esta asserção contribui para a estrutura organizacional que atribuo a estas corporações: complexidade baixa e média.

Quando abordados acerca do **estado de conservação do equipamento** que compreende o parque automóvel da corporação, na sua maioria em percentagens bastante elevadas, os inquiridos da Figueira da Foz, consideram a não aplicabilidade dos veículos (da lista do questionário)¹²³ à sua corporação, revelando extrema carência de meios a este nível; comparativamente, a sua congénere de Coimbra apresenta estatisticamente um parque em bom estado¹²⁴. Todavia, entre os discursos proferidos em entrevista pelos sapadores e os dados obtidos, existe uma contradição, senão repare-se na deficiência das viaturas de combate a incêndios florestais: «Nós temos um parque

¹¹⁷ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 308 e 309, pág. 42.

¹¹⁸ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 310 ao 338, pág. 42-45.

¹¹⁹ 43% nos municipais e 38,1% nos sapadores.

¹²⁰ 38% nos municipais e 40,5% nos sapadores.

¹²¹ 45% nos municipais e 38,6% nos sapadores.

¹²² 55% nos municipais e 37,8% nos sapadores.

¹²³ Ver Anexos: Questionário municipais e Questionário sapadores.

¹²⁴ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 339 ao 388, pág. 45-50.

com viaturas já velhas, que deveriam ter sido já abatidas. Por exemplo os BELSIS, há BELSIS aí que já mostram um certo cansaço. E são viaturas que não são assim tão velhas. Têm 10 anos. Para fogos florestais só temos uma viatura pesada. Só temos um BFCI. E devíamos ter pelo menos mais uma. A outra que tínhamos ardeu, foi aquela que ficou em Mortágua. E essa não foi substituída. (...) Veio outro carro *trago* para cá, foi para o substituir mas não só. É uma VECI. Uma viatura especial de combate a incêndios. Uma viatura para fogos florestais é muito grande. A nossa área florestal não tem estradas para aquela viatura.» e «(...) Vejo muitas viaturas em muito mau estado, para além da necessidade de muitas outras que não temos. Refiro-me por exemplo, à viatura de combate a incêndios florestais. (...) Depois o parque de ambulâncias, para mim, está muito descurado. (...) Em termo de veículos, mais... temos um veículo de desencarceramento muito pesado, muito lento.»; «Neste momento temos um parque “mais ou menos” acho eu, precisava era de mais manutenção ao nível de fazer inspecções periódicas como deve ser (...)» e «(...) O pior foi as perdas humanas, mas falando em material, perdemos uma viatura florestal. (...) Na parte de incêndios florestais estamos um bocadinho carentes. (...)».

No que toca a **equipamento de uso pessoal**, observamos uma boa adequação às suas funções e actualização do equipamento das equipas especiais dos bombeiros municipais (62%) e dos sapadores (76,8%)¹²⁵.

Por outro lado, dos 67% dos bombeiros municipais e 50% dos sapadores que afirmaram pertencer a uma equipa especial, 70% e 44,3% respectivamente consideram-no muito **actualizado**¹²⁶.

Em termos de conhecimento do **actual sistema de escolha de comando**, a maioria dos inquiridos (81,5% municipais e 70,6% sapadores) afirma ter conhecimento deste sistema. Todavia, seria expectável que a faixa etária melhor informada é a de 20-30 anos (65%) no caso dos municipais e a de 31-40 (40,7%) no caso dos sapadores. Por sua vez, a menos informada, a de mais de 51, em que entre nenhum municipal a 1,9% sapadores a conhece.

¹²⁵ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 389, pág. 50.

¹²⁶ Ver Anexo: Gráficos: Gráficos nº 390 e 391, pág. 50-51.

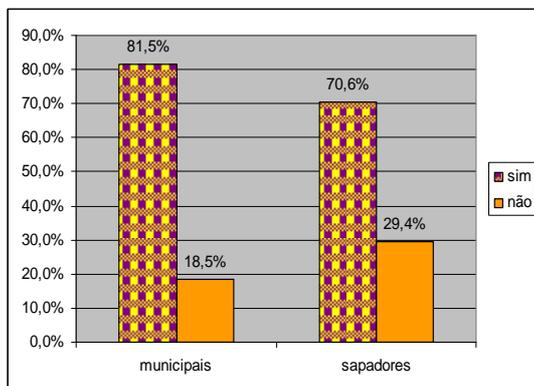


Gráfico n°7: Cruzamento: Grau de Conhecimento do Sistema de Escolha do Comando, N=27 e 92

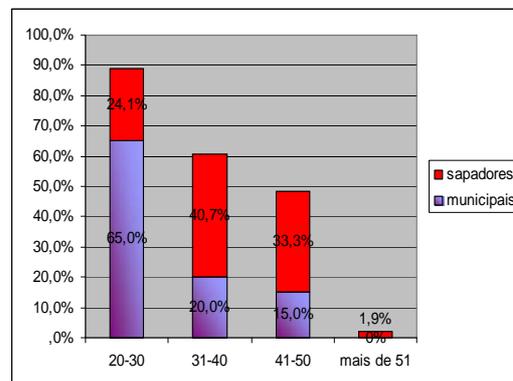


Gráfico n°8: Cruzamento: Grau de Conhecimento do Sistema de Escolha do Comando por idade, N=76 e 92

No entanto, dos efectivos que responderam afirmativamente ter conhecimento deste sistema, 66,7% de municipais e 68,9% de sapadores consideram não **concordar** com ele. Contudo, observemos que dos discursos proferidos pelos sapadores, de um modo quase unânime não encaram como positivo um comando oriundo de outra área que não seja a própria, senão vejamos 4 testemunhos: «(...) Acho que deveria ser... o nosso comandante deveria fazer carreira de bombeiro. (...)», «(...) Era preferível que fosse um comando com bombeiro de carreira.», «Está-se a referir ao nosso comandante, da companhia? Nós há muito que reclamamos um comandante de carreira. (...)» e «agora eu concordar que o comandante seja um militar eu não concordo mas...»

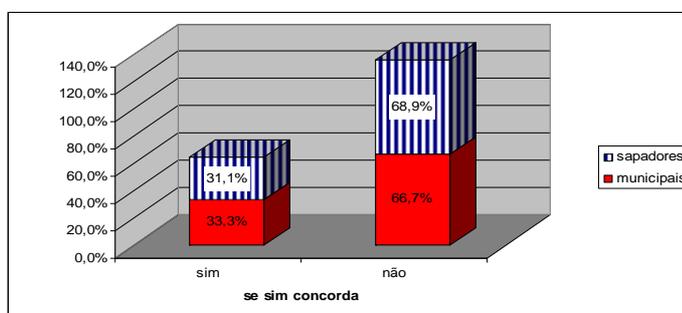


Gráfico n°9: Grau de concordância para Resposta Positiva

Examinemos as **formas de nomeação** eleitas pelos efectivos discordantes; na generalidade, as preferências da escolha de nomeação do comando, recaem sobretudo para os bombeiros de carreira. Porém, ao se analisar a liderança do comando, através dos discursos dos sapadores entrevistados, verificamos que esta se enquadra na teoria da liderança de trajectória-meta preconizada por Robert House. Para este, o líder oferece apoio aos seus subordinados nas tarefas e em aspectos psicológicos da sua personalidade, bem como procuram eliminar restrições no clima organizacional que

inibam o desempenho do subordinado (Soto, 2002:224). Veremos mais à frente que a maioria dos efectivos afirma ter um bom relacionamento com o comando e este tem atitudes de atenuação de um clima inibidor: «(...) A pessoa mais nova do serviço chega à porta, bate, "Sr. Comandante, dá licença? Olhe, tenho este problema para resolver...", e é uma pessoa bastante aberta.». Por outro lado, Soto, considera que neste modelo de liderança, os funcionários que realizam tarefas rotineira e simples, revelam maior satisfação quando a liderança é mais participativa¹²⁷ do que directiva¹²⁸. Os que executam as não rotineiras e complexas, como é o caso dos efectivos, como já se examinou no início, revelam maior produtividade e não necessariamente satisfação, quando são dirigidos apenas de um modo directivo.

Por outro lado, dos inquiridos discordantes, quando confrontados com as formas de escolha de comando que preferiam, da análise das diferenças estatisticamente assinaláveis, distingue-se a nomeação por concurso como a forma mais tida em conta, quer na corporação da Figueira da Foz (36,8%) quer na de Coimbra (39,7%). Porém, nas formas menos preferidas (com nenhuma referência), as divergências entre as corporações surgem: os municipais indicam as autarquias¹²⁹ e os sapadores, o Centro Distrital de Operações e Socorro (CDOS).

A maioria dos municipais (46,4%) e sapadores (38,6%)¹³⁰ concordam com a afirmação: **“o actual sistema de protecção civil tem uma lógica militarizada”**.

Dos respondentes que inequivocamente concordam com a afirmação, 63,2% dos municipais e 57,8% dos sapadores, consideram que a lógica militarizada traz **benefícios** ao exercício da sua actividade¹³¹, reflectindo estes resultados reflectem as reivindicações da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) que exige que os bombeiros profissionais estejam sobre tutela do Ministério da Administração Interna¹³². Vejamos por outro lado que talvez fosse mais eficaz a integração dos bombeiros profissionais no Ministério da Defesa, que por sua vez abarcasse também as

¹²⁷ Segundo o autor, o estilo participativo é indispensável quando é importante que os empregados aceitem as decisões, os líderes não dispõem de determinada informação para tomar decisões e os problemas estão mal estruturados (Soto, 2002:225).

¹²⁸ Para Robert House, a liderança directiva ou orientada para a tarefa parece funcionar melhor quando os empregados não compartilham as metas do administrador ou da organização, o programa de produção é muito rígido e os receptivos à decisões tomadas pela direcção (Soto, 2002:225).

¹²⁹ Ver Anexos: Gráficos: Gráficos nº 392 e 393, pág. 51.

¹³⁰ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 394 e 395, pág. 51.

¹³¹ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 396 e 397, pág. 51.

¹³² “Bombeiros profissionais querem depender do MAI” in <http://veraoverdeorg.blogspot.com, 25/11/2005>.

actuais forças de segurança pública e mantendo as militares, preservando através de regulamentos próprios as identidades e competências de cada entidade. Convenhamos que todas estas entidades têm em comum a missão de segurança de pessoas e bens, para além de serem estruturas fortemente hierarquizadas e disciplinadas. Por outro lado, se nos focarmos na estrutura legal afecta aos bombeiros portugueses, verificamos que tem similitudes com a militar, como é disso exemplo o diploma que versa sobre o Sistema Integrado de Operações e Protecção e Socorro (SIOPS)¹³³. Deste modo, todas as forças seriam beneficiadas, com a realização de treinos e acções de formação em conjunto, aproveitando a transdisciplinaridade que também as caracteriza.

Na sua maioria, os efectivos destas corporações de bombeiros, consideram que mantêm muito boas **relações com o comando em geral**: 66,7% de municipais e 50,5% de sapadores¹³⁴. Quando a mesma questão é colocada em relação aos **colegas**, das respostas registadas, verifica-se que o índice de bom relacionamento sobe francamente em relação ao comando, assim, 96,4% de efectivos municipais afirmam ter muito boas relações com os seus pares enquanto 65,6% de sapadores consideram o mesmo¹³⁵.

No que diz respeito às **qualidades que um bom superior** deve possuir, municipais (68%) e sapadores (86,4%) consideram a capacidade de liderança como a qualidade mais importante, nas restantes qualidades, os dois tipos de efectivos divergem. Para os municipais as que se seguem são: ter conhecimentos técnicos e ser justo nas avaliações dos elementos (12%), face a 8% que apresenta outras qualidades, embora não as refiram. Contudo, salienta-se a fraca importância do bom relacionamento com os subordinados. Para os sapadores as qualidades são: relacionar-se bem com os subordinados (7,6%), ter conhecimentos técnicos (4,5%) e com 1,5% de respostas o ser justo na avaliação dos elementos¹³⁶. Com efeito, à luz do Grupo de Michigan¹³⁷, estes resultados privilegiam uma liderança com as dimensões: orientação para o empregado e

¹³³ SIOPS: Dec-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho. Este documento, estabelece o sistema de gestão de operações definindo a organização dos teatros de operações e postos de comando clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.

¹³⁴ Ver Anexos: Gráficos: Gráficos: 398 e 399, pág. 51 e 52.

¹³⁵ Ver Anexos: Gráficos: Gráficos: 400 e 401, pág. 52.

¹³⁶ Ver Anexos: Gráficos: Gráficos: 402 e 403, pág. 52.

¹³⁷ Grupo de Michigan: cujas investigações procuraram identificar as características do comportamento do líder relacionadas com a eficácia, seleccionando duas dimensões: orientação para o empregado e orientação para a produção. Na primeira, o líder dá mais atenção às relações interpessoais, na segunda à produtividade. A conclusão da investigação de Michigan favorece o líder que dá mais ênfase a primeira dimensão, considerando que torna o trabalho mais produtivo e criar maior satisfação nos empregados. Aquele que valoriza a segunda dimensão cria o inverso (Bilhim: 2001: 342).

a orientação para a produção. Notemos que nestes casos de estudo, os efectivos dão por um lado (principalmente na Figueira da Foz), preferência aos conhecimentos técnicos, podendo este aspecto ser encarado como potenciador da orientação para a produção, e por outro lado, verifica-se a preferência pela dimensão orientação para o empregado (principalmente em Coimbra) quando consideram o bom relacionamento com os subordinados e ser justo nas avaliações dos elementos.

A mesma questão colocada em relação aos colegas, as diferenças estatisticamente significativas na percepção da **qualidade de um bom colega** pautam-se por uma disparidade de valores. Ambas as corporações apresentam a mesma sucessão com: 69,2% (municipais) e 70,8% (sapadores) consideram o saber trabalhar em equipa; 15,4% (municipais) e 18,1% (sapadores) ser competente; 7,7% (municipais) e 9,7% (sapadores) ser de confiança; outras qualidades não mencionadas (municipais) e 1,4% (sapadores), perturbar psicologicamente¹³⁸.

III. Respostas organizativas a incêndios florestais

No que concerne aos **incêndios florestais no ano de 2007**, desencadearam-se no concelho da Figueira da Foz, 40 incêndios florestais e no de Coimbra 56¹³⁹. Com efeito, procurou-se auscultar a opinião dos inquiridos face à gestão e coordenação dos meios no combate aos incêndios florestais em ambos os concelhos. Assim, das afirmações colocadas a escrutínio sobressai a constatação de que os meios aéreos são imprescindíveis no combate aos incêndios e de que os meios aéreos são importantes no combate quando as descargas são bem sucedidas. Vejamos os resultados em tabela, para cada em cada corporação de bombeiros¹⁴⁰:

¹³⁸ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 404 e 405, pág. 52.

¹³⁹ De acordo com dados da Autoridade Florestal Nacional, in <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/dudf/estatisticas/estatisticas-2007-2008-por-freguesia>

¹⁴⁰ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 406 ao 417, pág. 52-53.

Graus de Concordância	Municipais (N=28)						Sapadores (N=93)					
	(frases)						(frases)					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
-Discordo muito	0	4%	0	0	7%	10,7%	2,2%	0	0	0	4,3%	1,1%
-Discordo	25%	16%	3,7%	0	18%	14,3%	26,1%	8,9%	6,5%	0	25,8%	19,4%
-Não concordo nem discordo	25%	36%	7,4%	3,7%	33%	28,6%	38%	36,7%	14,1%	8,7%	35,5%	23,7%
-Concordo	42,9%	28%	51,9%	48,1%	21%	28,6%	31,5%	44,4%	45,7%	42,2%	25,8%	41,9%
-Concordo muito	7,1%	16%	37%	48,1%	21%	17,9%	2,2%	10%	33,7%	48,9%	8,6%	14%

Tabela nº17: Grau de Concordância face aos incêndios florestais em 2005:gestão e coordenação de meios

Legenda: 1ª frase: Aumento da eficácia do combate aos incêndios florestais

2ª frase: Nos casos que não foram bem sucedidos foi por não haver coordenação entre comandos;

3ª frase: Os meios aéreos são imprescindíveis no combate aos incêndios florestais;

4ª frase: Os meios aéreos são importantes no combate a incêndios florestais, quando as descargas são bem sucedidas

5ª frase: Os incêndios florestais assumem grandes proporções quando os comandantes operacionais têm dificuldades a chamar reforços

6ª frase: Os incêndios florestais assumem grandes proporções quando os reforços têm dificuldades a chegar

III. Operacionalidade do corpo de bombeiros

Com o objectivo de aferir a operacionalidade do corpo de bombeiros, procurou-se averiguar os **espaços e frequência com que ocorrem incidentes**, para os quais as corporações são chamadas¹⁴¹. Com efeito, apesar dos conteúdos e das formas de prevenção e sensibilização junto da população, utilizadas pelas corporações, as populações residentes continuam a revelar uma elevada exposição aos riscos. Vejamos os dados de acordo com a tipologia dos locais de intervenção, tendo-se colocado enquadramentos urbanos e industriais, contextos rurais e os relacionados com vias¹⁴².

Tipo de Corporação Período	Municipal (N=28)	Sapadores (N=96)
-todos os dias	-habitações particulares -21,4%	-habitações particulares -21,5%
-algumas vezes por semana	-habitações particulares -35,7%	-habitações particulares -63,4%
-uma vez por semana	-campos agrícolas-7,4%	-vias rápidas ou auto-estradas-8,8%
-algumas vezes por mês	-vias rápidas ou auto-estradas e poços e túneis-50%	-centros comerciais-44,8%
-uma vez por mês	-habitações particulares -28,6%	-barragens-8,5%
-algumas vezes por ano	-empresas-72%	-cursos de água-55,7%
-uma vez por ano	-cursos de água-17,4%	-zonas de montanha-7,7%

Tabela nº18: Saídas dominantes por período temporal

¹⁴¹ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 418 ao 433, pág.54-55

¹⁴² Ver ponto “Riscos no concelho e grau de preparação da população”, pág. 102.

Por outro lado, ao analisar os valores médios das saídas para cada espaço durante o ano, verifica-se que as chamadas para intervenções em habitações particulares é o tipo com a média mais baixa de saídas nas duas corporações (2,82 na de municipais e 2,0 na dos sapadores).

<i>Tipo de Corporação</i> <i>Locais onde ocorrem os incidentes</i>	<i>Municipal (N=28)</i>				<i>Sapadores (N=96)</i>			
	Media	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Media	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
1. Habitações particulares	2,82	1,58	1	6	2,08	,92	1	6
2. Centros comerciais	5,71	1,16	3	8	4,32	1,44	1	7
3. Fábricas	5,83	,98	3	8	4,84	1,30	1	7
4. Empresas	5,36	1,22	2	6	4,63	1,45	2	7
5. Campos agrícolas	4,63	1,27	2	6	4,01	1,47	1	7
6. Arruamentos e espaços urbanos	3,77	1,77	1	7	2,98	1,55	1	7
7. Vias rápidas ou auto-estradas	4,39	1,54	1	8	2,99	1,26	1	6
8. Zona de montanha	5,25	1,32	2	7	5,53	1,79	2	8
9. Zonas ribeirinhas	5,42	1,31	2	8	5,07	1,48	2	8
10. Cursos de água	5,57	1,12	3	7	5,30	1,34	2	8
11. Praia	5,52	1,20	2	7	6,85	1,21	2	8
11 Poços e túneis	5,00	1,41	4	6				
12. Barragens	2,82	1,58	1	6	7,00	1,41	5	8

Tabela nº19: Valores Locais de Incidentes

Em termos de **preparação para resposta aos acidentes com que são confrontados**, das respostas dos inquiridos de acordo com a sua experiência pessoal, constatou-se que os bombeiros municipais e sapadores se consideram preparados para enfrentar grande parte dos riscos. Os inquiridos das duas corporações, estão melhor preparados para enfrentar os seguintes riscos: acidentes rodoviários e industriais, incêndios florestais e urbanos, inundações, afogamentos¹⁴³; a boa preparação do risco de derrame de materiais perigosos apenas é referida pelos sapadores. Destaque-se, quanto a isto, que o único veículo de intervenção química existente na região centro encontra-se na companhia de bombeiros sapadores de Coimbra. Não obstante, apesar da baixa frequência de cursos de formação em 2007, é de ressaltar que os efectivos,

¹⁴³ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 434 ao 463, pág. 56-59.

em especial os municipais¹⁴⁴, consideram possuir uma boa preparação no confronto de risco de incêndios¹⁴⁵. Por outro lado, relativamente à má preparação dos efectivos, verifica-se que esta se encontra, em riscos citados acima dos 50% e 40%, respectivamente pelos municipais e sapadores. Deste modo, o grau de perigosidade baixa, surge nos seguintes riscos: sismos/terramotos e ondas de calor/ondas de frio, entre outros.¹⁴⁶ Com efeito, “(...) é corrente que o Distrito de Coimbra apresenta níveis de perigosidade sísmica que em alguns concelhos pode ser considerado de média intensidade, pelo que não deverá ser descurada a iminência de tal possibilidade” (Mendes *et al*, 2008:66). Assim, quanto a esta baixa preparação para sismos, esta pode ser contornada com a realização de simulacros e quanto às ondas de calor e de frio, com a evacuação dos indivíduos pertencentes aos grupos identificados como de menor vulnerabilidade. Analisemos os dados estatísticos para os vários riscos, por ordem menor preparação, em cada corporação:

Bomb. Municipais (N=27)	Sapadores (N=95)
-terramotos-74%	-terramotos-76,1%
-derrames costeiros-70%	-derrames costeiros-75,6%
-movimentos de massas em vertentes-69%	-movimentos de massas em vertentes-70%
-ondas de calor-55%	-acidentes portuários -69,2%
-ondas de frio-50%	-ondas de calor-50%
-acidentes ferroviários-48%	-ondas de frio -49,5%
-derrame de materiais perigosos-48%	-acidentes ferroviários -41,1%
-afogamentos-41%	-derrames materiais perigosos-33,7%
-acidentes portuários-38%	-acidentes industriais-21,8%
-acidentes industriais-31%	-afogamentos-19,1%
-acidentes rodoviários-7%	-inundações-3,4%
-incêndios florestais-4%	-acidentes rodoviários-1,1%
-incêndios urbanos-4%	-incêndios florestais-0%
-inundações-4%	-incêndios urbanos-0%
-busca e recuperação de corpos submersos-0%	-acidentes aéreos-0%

Tabela nº20: Grau de Menor Preparação aos Riscos

¹⁴⁴ Estes efectivos, frequentaram na sua maioria o curso de socorrismo básico e os sapadores os de incêndios industriais e urbanos.

¹⁴⁵ Os incêndios, são os incidentes que mais ocorrem no concelho e que representam maior perigosidade como adiante poderemos comprovar no ponto “riscos no concelho e grau de preparação da população”.

¹⁴⁶ Ver ponto “Riscos no concelho e grau de preparação da população”, pág. 102.

Por outro lado, notemos que: “O conceito de risco, é, claramente distinto do de perigo, ou seja, nos casos de perdas futuras as consequências não são vistas na sua totalidade quando a decisão é tomada, mas sim atribuídas a factores externos.” (Luhmann, 1993:101). Assim ao solicitar a opinião aos efectivos sobre **o grau de perigo no concelho face a diferentes riscos** de acordo com a sua experiência, verificou-se que os riscos calculados como de perigo elevado para ambas as corporações são os incêndios florestais, e de perigo fraco o de rotura de pequenas barragens de terra ou erocamento. No parágrafo anterior, vimos que ambas as corporações consideram estarem bem preparadas para enfrentar os incêndios florestais e urbanos. Observemos os dados por ordem decrescente¹⁴⁷:

Bombeiros Municipais (N=28)	
Perigosidade Elevada	Perigosidade Fraca
-incêndios florestais-86,2%	-rotura de pequenas barragens de terra ou erocamento-73,1%
-queda de árvores-82,7%	-rotura de diques, esporões ou outras obras costeiras-62,9%
-incêndios urbanos em zonas históricas-70,3%	-sismos/terramotos-60,7%
-incêndios urbanos-61,5%	-período prolongado de seca-59,2%
-acidentes viários-59,2%	-contaminação da água-59,2%
-acidentes marítimos-57,6%	-acidentes aéreos-53,8%
-afogamentos-57,2%	-colapso e queda de grandes edifícios-53,6%
-inundações/cheias-48,2%	-colapso e queda de estruturas-50%
-acidentes fluviais-46,4%	-acidentes ferroviários-46,5%
-queda de linha de energia e de comunicação-40,7%	-ondas de calor/vagas de frio-44,4%
-tempestades-37%	-roturas de grandes barragens-44,4%
	-tsumanis/maremotos- 39,3%

Tabela nº21: Perigosidade Elevada e Fraca

¹⁴⁷ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 519 ao 568, pág. 64-69.

<i>Bombeiros Sapadores (N=96)</i>	
<i>Perigosidade Elevada</i>	<i>Perigosidade Fraca</i>
-incêndios florestais-86,2%	-rotura de pequenas barragens de terra ou errocamento-73,1%
-queda de árvores-82,7%	-rotura de diques, esporões ou outras obras costeiras-62,9%
-incêndios urbanos em zonas históricas-70,3%	-sismos/terramotos-60,7%
-incêndios urbanos-61,5%	-período prolongado de seca-59,2%
-acidentes viários-59,2%	-contaminação da água-59,2%
-acidentes marítimos-57,6%	-acidentes aéreos-53,8%
-afogamentos-57,2%	-colapso e queda de grandes edifícios-53,6%
-inundações/cheias-48,2%	-colapso e queda de estruturas-50%
-acidentes fluviais-46,4%	-acidentes ferroviários-46,5%
-queda de linha de energia e de comunicação-40,7%	-ondas de calor/vagas de frio-44,4%
-tempestades-37%	-roturas de grandes barragens-44,4%
	-tsumanis/maremotos- 39,3%

Tabela nº22: Perigosidade Elevada e Fraca

O relacionamento destas corporações é no teatro de operações bastante positivo¹⁴⁸ com os demais agentes de protecção civil, como com os serviços do qual dependem hierarquicamente, quer do nível distrital e municipal, a saber: Centro Distrital de Operações e Socorro (CDOS) e Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC).

Não obstante o bom relacionamento que mantêm com os voluntários do seu concelho (para 50% dos municipais e para 64,8% dos sapadores), os dados relativos aos voluntários são baixos em comparação com outros agentes de protecção civil, cuja taxa de resposta se encontra acima dos 73%, nomeadamente: guarda nacional republicana¹⁴⁹, polícia de segurança pública¹⁵⁰, cruz vermelha¹⁵¹, instituto de emergência médica.

Nesta matéria é também de salientar que os voluntários, a par dos sapadores florestais são para os inquiridos municipais os únicos agentes de protecção de civil, que consideram ter uma relação negativa no teatro de operações, com uma taxa de resposta na ordem dos 28%. Por outro lado, no que toca aos inquiridos sapadores, para alguns dos entrevistados, com os voluntários, existe uma rivalidade que se transporta para o terreno: «Acha que a sua corporação se coordena bem com os voluntários daqui de

¹⁴⁸ Ver Anexos: Gráficos: Gráficos nº 464 ao 492, pág. 59-62.

¹⁴⁹ 96,5% (municipais) e 91,6% (sapadores)

¹⁵⁰ 100% (municipais) e 92,6% (sapadores)

¹⁵¹ 89,9% (municipais) e 92,3% (sapadores)

Coimbra?», «Não, é a tal rivalidade, já é antiga.», «Com os de Coimbra? E com os de Brafesmes?», «Com os de Brasfemes, damo-nos melhor.». Não obstante, em relação aos inquiridos municipais, os sapadores apresentam a indicação de mau relacionamento com uma menor frequência e a um grupo de agentes mais alargado: voluntários (8,8%), sapadores florestais (1,1%), bombeiros municipais de outros concelhos (1,1%), bombeiros sapadores de outros concelhos (1,1%), bombeiros voluntários de outros concelhos (4,3%), bombeiros privativos de outros concelhos (3,4%), institutos de segurança social (1,2%), CDOS (6,5%) e SMPC (1,2%).

Quando solicitados a expor a sua opinião acerca da **actuação dos bombeiros voluntários no teatro de operações**, relativamente aos outros agentes de protecção civil, bombeiros municipais e sapadores manifestaram de sobremaneira a sua discordância face à série de afirmações apresentadas. Vejamos as suas percentagens para cada afirmação¹⁵²:

Tipo de Corporação	Municipal	Sapadores
Frases	(N=28)	(N=92)
-“No teatro de operações não há nenhuma diferença na actuação dos bombeiros voluntários, em relação aos outros agentes”	85,7%	76,1%
-“No teatro de operações os bombeiros voluntários são mais solidários do que os outros agentes”	92,8%	81,4%
-“No teatro de operações os bombeiros voluntários são mais dedicados, do que os outros agentes”	100%	81,7%
-“No teatro de operações os bombeiros voluntários são mais próximos das populações, do que os outros agentes”	67,8%	81,5%
-“No teatro de operações os bombeiros voluntários têm maior disponibilidade de horários, do que os outros agentes”	92,9%	94,5%

Tabela nº23: Grau de discordância operacionalidade dos Voluntários/Bomb. Profissionais

Os dados apresentados na tabela acima, reflectem de certa maneira a divisão existente entre as corporações de bombeiros profissionais e as de voluntários, consubstanciada como poderemos verificar nos próximos parágrafos e capítulo seguinte, no facto dos bombeiros profissionais receberem uma remuneração salarial pelo trabalho que executam e que por via do seu carácter profissionalizado deterem mais formação do que os voluntários. Por outro lado, a função complementar ao trabalho dos profissionais que

¹⁵² Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 493 ao 502, pág. 62-63.

os bombeiros voluntários exercem e com isso a exigência de maior formação, também poderá estar de um modo latente nas razões destas opiniões.

Quanto à **profissionalização dos bombeiros voluntários**, esta é vista pelos inquiridos no seu conjunto de um modo bastante favorável, com 85% e 95,7% dos efectivos municipais e sapadores, respectivamente, a emitirem esta opinião¹⁵³. Repara-se que os voluntários do distrito de Coimbra, quando questionados acerca da existência de uma carreira profissional no seu corpo de bombeiros, 77,2% afirmam a sua concordância e 54,6% estariam disponíveis para se tornarem profissionais (Mendes *et al*, 2008: 89). Contudo, os inquiridos municipais e sapadores, quando questionados sobre as **razões** que os levam a concordarem e a não concordarem, apresentam motivos diversificados¹⁵⁴. Vejamos primeiramente, porque concordam:

Motivos Concordantes	
Municipais (N=22)	Sapadores (N=79)
-maior preparação técnica e formativa-50%	-maior profissionalismo no combate aos incêndios e outros incêndios 51,9%
-maior profissionalismo no combate aos incêndios e outros acidentes-45,5%	-maior preparação técnica e formativa 46,8%
-proporcionava a responsabilidade nas acções-4,5%	-maior disponibilidade 1,1%

Tabela nº24: Profissionalização dos Voluntários/Motivos Concordantes

Motivos Discordantes	
Municipais (N=4)	Sapadores (N=4)
-apostar na profissionalização dos bombeiros profissionais-50%	-não estão sujeitos ao mesmo rigor dos bombeiros profissionais-4,3%
-não estão sujeitos ao mesmo rigor dos profissionais-25%	
-apostar na entrada de bombeiros para corpos de bombeiros sapadores-25%	

Tabela nº25: Profissionalização dos Voluntários/Motivos Discordantes

Repara-se que o descrito para os dados apresentados sobre o grau de discordância face à operacionalidade dos voluntários, poderá servir como nota interpretativa dos dados actuais, reveladores da necessidade de um nível mais elevado de formação por parte dos voluntários.

¹⁵³ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 503 e 504, pág. 63.

¹⁵⁴ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 505 ao 508, pág. 63.

Por outro lado, procurou-se conhecer a opinião dos efectivos quanto ao facto de uma possível **integração dos voluntários na sua corporação ser importante para um crescimento de confiança das populações na corporação**. Assim, da análise dos dados verifica-se que significativamente, 96,3% e 93,2% dos efectivos municipais e sapadores, respectivamente, não concordam com esta afirmação. Examinemos a opinião de um sapador: «Mas não no mesmo edifício. Concordo com eles no nosso dia-a-dia, no que toca a instrução, no que toca... lá está, à atribuição de funções. (...) Agora, os bombeiros voluntários virem à nossa companhia, realizarem acções de simulação, estabelecer planos de acção para o terreno (...) acho que seria o mais perfeito e estava completamente aberto a essa situação.».

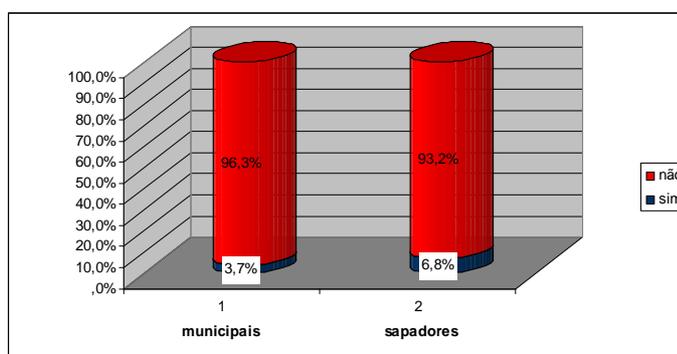


Gráfico nº10: Grau de Concordância: Existência de B. Voluntários em Corpos de B. Profissionais aumenta a Confiança das Populações nesse Corpo

Quanto às questões de género considerou-se importante conhecer se para os efectivos a **existência de mulheres na sua corporação beneficia o trabalho**; os resultados salientam que mais de metade dos inquiridos 57,1% municipais e 57,6% sapadores, não concorda nem discorda com esta afirmação. Apenas 10,7% e 6,6% dos participantes neste inquérito concordam muito¹⁵⁵. Para estes últimos, as razões pelas quais emitem esta opinião, destaca-se para os municipais, que as mulheres, sobretudo, realizam várias tarefas em simultâneo (42,9%) e para os sapadores elas dão uma imagem positiva dos bombeiros (30%) e outras razões não identificadas (30%)¹⁵⁶:

¹⁵⁵ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 509 e 510, pág. 63.

¹⁵⁶ Ver Anexos: Gráficos, Gráficos nº 511 e 512, pág. 64.

IV Riscos no concelho e grau de preparação da população

No que concerne às **formas de sensibilização que a corporação utiliza** junto das populações, verificou-se que na sua maioria, as formas apresentadas nos gráficos abaixo, são bastante utilizadas. A excepção reside apenas nos folhetos (exclusivamente no caso dos municipais). Por outro lado, o meio mais escolhido para o efeito são os simulacros, com a menção de 96,4% (municipais) e 100% (sapadores) dos inquiridos. Vejamos os restantes resultados.

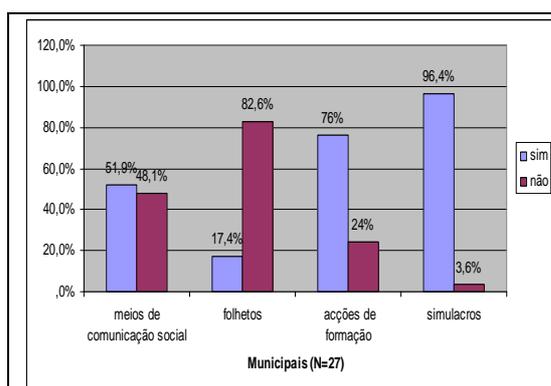


Gráfico nº 11: Municipais/Formas de Sensibilização

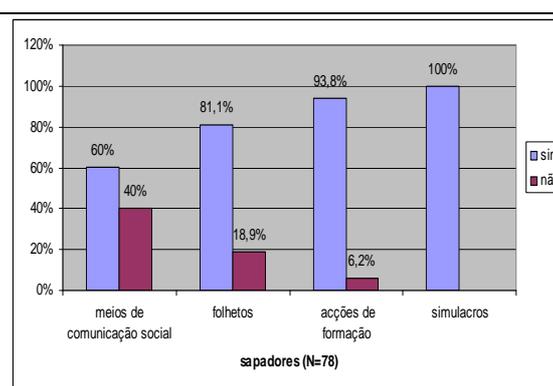


Gráfico nº 12: Sapadores//Formas de Sensibilização

No que diz respeito às **acções de formação e simulacros realizados pelas corporações, no ano de 2007**, repare-se que no caso da corporação da Figueira da Foz, as acções de formação, apesar de serem menos utilizadas do que os simulacros, são realizadas junto de um numeroso público-alvo e mais diversificado do que os simulacros. Vejamos os principais destinatários de ambas as formas de sensibilização:

Corporação de Bombeiros Municipais da Figueira da Foz¹⁵⁷.

-As acções de formação→ empresas (41%)

-As acções de formação→ escolas (20%)

-Simulacros→ escolas (38%)

-Simulacros→ empresas (22%).

¹⁵⁷ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 513, pág. 64.

*Corporação de Bombeiros Sapadores de Coimbra*¹⁵⁸.

-*Simulacros*→ escolas (49%)

-*Simulacros*→ empresas (21%).

-*As acções de formação*→ escolas (47%)

-*As acções de formação*→ empresas (29%)

Porém, aos respondentes que afirmaram que a sua corporação utiliza pelo menos uma forma de sensibilização, foi solicitado que indicassem **o conteúdo mais importante para que a informação chegue às populações**. Assim, para uma maioria representativa de 52,9% e 60,7% de efectivos municipais e sapadores, respectivamente, o conteúdo que incentiva a atitudes preventivas é o mais importante. O conteúdo menos importante, no caso dos municipais, é por um lado, o que ajuda a resolver a situação de risco ou perigo (11,8%) e por outro o que incentiva a ser agente de prevenção (11,8%)¹⁵⁹. No caso dos sapadores, o conteúdo menos importante é o que reconhece a situação de risco ou perigo (3,8%)¹⁶⁰.

Tendo em conta o exposto acima, em **caso de catástrofes a população** dos concelhos das duas corporações não está informada sobre a forma de como se prevenir, segundo uma maioria constituída por bombeiros municipais (78%) e por sapadores (66,6%)¹⁶¹

No entanto, numa outra perspectiva, repare-se que as relações de confiança estabelecem-se sempre que existem situações em que as pessoas têm de gerir laços, marcados pela incerteza devida ao conhecimento insuficiente (Balsa, 2006:12). Deste modo, vejamos que num estudo realizado sobre as profissões em quem os portugueses mais confiam, a profissão de bombeiro é uma das três mais referidas¹⁶².

Em síntese, poderemos dizer que a nível organizacional, as duas corporações se caracterizam por uma complexidade elevada, quando analisadas a responsabilidade e o tipo de tarefas desempenhadas e por uma complexidade baixa, quando se encara o baixo número de equipas especiais, nível de instrução e número de especializações. Todavia, entre as duas há distinções a fazer nesta matéria; ou seja, o facto da corporação de

¹⁵⁸ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 514, pág. 64.

¹⁵⁹ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 515, pág. 64.

¹⁶⁰ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 516, pág. 64.

¹⁶¹ Ver Anexos: Gráficos, Gráfico nº 517 e 518, pág. 64.

¹⁶² In <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia, 21/08/2008>

sapadores ser detentora de um elevado número de especializações, conduz-nos a dois tipos de caracterização: complexidade baixa, para a dos municipais e de complexidade média para a dos sapadores, revelada pela sua antiguidade.

Quanto à sua participação sindical, observamos uma elevada taxa de sindicalização em ambas. No entanto, estes dados no caso dos municipais, não se traduzem, em capacidade reivindicativa face aos seus direitos. Relembremos que esta corporação, no caso das formas de recrutamento, avaliação de desempenho e de promoção na carreira, formas tão controversas num momento de transições e implementações de modelos no funcionalismo público e no sector da protecção civil, valorizam na sua generalidade o consenso e o unanimíssimo, cimentado numa perspectiva do benefício do colectivo e não do individualismo. Vejamos em particular o novo modelo de avaliação de desempenho dos funcionários públicos, SIADAP, tão contestado numa actividade difícil de ser avaliada nestes moldes, apenas 54% dos municipais discorda com este.

Por outro lado, detectou-se um perfil do bombeiro profissional, que transmite a ideia de um profissional altruísta, na medida em que escolhem ser bombeiros pelo espírito de missão. Verificou-se também que na sua maioria são provenientes de famílias compostas por membros cuja profissão é o bombeiro, criando uma reprodução geracional da profissão.

No que diz respeito ao vínculo à instituição, verifica-se uma alta integração no funcionalismo público dos efectivos de ambas as corporações. Note-se que principalmente no caso da Figueira da Foz, esta integração foi bastante rápida.

Verifica-se também na análise dos resultados que em ambas as corporações há uma fraca participação em eventos formativos, sendo distinguidas apenas pelo tipo de formação frequentada: o bombeiro municipal relacionado com os riscos que envolvem situações de foro marítimo e o do sapador de carácter mais genérico.

No tocante ao grau de perigosidade de cada saída efectuada, os vários tipos de incêndios (urbano, industrial e florestal), apresentam as maiores percentagens, em cada corporação. Repare-se que os incêndios são também encarados pelos efectivos como o risco que apresenta maior perigosidade nos seus concelhos.

Ambas as corporações, têm uma fraca utilização de novas tecnologias, restringindo o seu uso diário, aos vários tipos de rádios: banda larga, de manobra,

táctico e portátil. Num outro aspecto da logística, observou-se um deficitário parque automóvel, quer numa quer noutra corporação.

No que concerne a escolha de comando, estes corpos de bombeiros, discordam da escolha por nomeação política, preferindo que a escolha contemplasse o bombeiro de carreira.

Quanto aos incêndios florestais de 2007, os efectivos das duas corporações, considerem especialmente a imprescindibilidade dos meios aéreos no combate, bem como a importância das descargas de água provenientes destes meios serem bem efectuadas.

No que diz respeito aos incidentes para os quais são mais vezes chamados, verificou-se que diariamente prestam serviço de socorro às habitações particulares. Por outro lado, quer os municipais quer os sapadores consideram estar bem preparados para enfrentar os vários riscos a que os seus concelhos estão expostos. Contudo, destacam os acidentes rodoviários e industriais, incêndios florestais e urbanos, inundações e afogamentos.

No teatro de operações, os dois tipos de efectivos, consideram que detêm um bom relacionamento com todos os agentes de protecção civil. Porém, as respostas quanto aos voluntários, apresentam uma taxa de resposta baixa, devido à rivalidade que se faz sentir com estes, sendo algumas vezes transportada para o teatro operacional. Todavia, ambas as corporações encaram com positividade a profissionalização dos voluntários.

No que toca às formas de sensibilização utilizadas junto das populações, os simulacros são os mais efectuados. Consideram também, na sua maioria que a população confia bastante no seu trabalho.

Capítulo VI: Análise de conteúdo às entrevistas

Tendo em vista a recolha de opiniões sobre temas abordados no questionário e outros, procedeu-se à realização de cinco entrevistas em profundidade semi-estruturadas a bombeiros sapadores, sob anonimato com utilização de questões abertas. De facto conforme é referido por inúmeros autores:

“A entrevista é uma excelente técnica para apreender como os membros de uma dada categoria social mantêm, transformam e desafiam uma ou várias identidades.” (Mendes, 2003: 9)

Deste modo, tentando construir conhecimento sobre o grupo em estudo, procurou-se mapear as entrevistas classificando-as através da regra de enumeração: a direcção, com base numa qualificação positiva, negativa e neutra relativamente às várias categorias/temas. Vejamos que:

“A categorização do discurso no trabalho na análise temática, baseada na identificação de temas, é a construção de uma grelha de análise que decompõe ao máximo a informação, e responde ao guião de entrevista.” (Demazière e Dubar, 1997:19)

Por outro lado, de acordo com Demazière e Dubar (1997:23), a palavra é tratada como um reflexo das posições e atitudes pré-existentes e fornece informação acerca das atitudes dos entrevistados, que permitem classificá-las em categorias predeterminadas, podendo estas, serem refinadas e desenvolvidas. Esta classificação no fundo consiste em trazer elementos do discurso em um contexto que não seja a pessoa envolvida, reinterpretando as suas palavras como uma admissão de uma determinação, geralmente óbvia, do seu comportamento. Assim, a classificação dos discursos dos entrevistados, através de categorias (que posteriormente foram mapeadas) permitiu uma interpretação da construção subjectiva da realidade dos bombeiros.

Deste modo, vejamos as categorias da entrevista (predeterminadas) e as que foram geradas com esta análise de conteúdo:

Categorias da entrevista: 1) intervenção especial, 2) benefícios; 3) recrutamento; 4) avaliação de desempenho, 5) promoção na carreira; 6) formação; 7) saídas; 8) perigosidade das saídas; 9) preparação para enfrentar os riscos; 10) veículos; 11) relacionamento com os outros agentes de protecção civil; 12) profissionalização dos bombeiros voluntários 13) nomeação do comando; 14) relação com o comando e com os colegas; 15) qualidade de um bom superior e de um bom colega; 16) incêndios florestais no ano de 2007; 17) preparação das populações; 18) motivos para ingressar nos bombeiros.

Categorias geradas: a) rivalidade; b) companheirismo; c) vocação; d) autonomia “interclassista”; e) saídas atípicas; f) perigosidade atípica; g) liderança; h) reivindicação; i) espírito crítico; e j) percepção do risco.

Por outro lado, com o objectivo de salvaguardar o anonimato dos entrevistados, foram atribuídos nomes fictícios aos mesmos, a saber: Mário Paulo, Pedro Quintão, Carlos Salgado, António Casca e Joaquim Furtado.

Com efeito, no que diz respeito à categoria **intervenção especial**, verifica-se que nesta corporação de bombeiros, apesar de existirem elementos com várias especializações¹⁶³, a maioria delas não está estruturada de um modo institucional como equipas especiais. Denota-se do ponto de vista estrutural, uma relação muito vaga entre os entrevistados e a noção de equipa especial.

«**Mário Paulo.** “Nós aqui temos, temos equipas especiais quer dizer...nós aqui temos vários elementos com as mesmas especializações. E com esses elementos podemos formar grupos especiais digamos assim... de intervenção especial tipo resgate, matérias perigosas, até por exemplo mergulho.”

Noémia Salgado Cunha. “Mas ao mesmo tempo tem de socorrer noutras situações...”

Mário Paulo. “Sim.”

¹⁶³ Ver pág. 71 e 72.

Noémia Salgado Cunha. “Pois... no fundo no fundo (...), não estão integrado em verdadeiras equipas especiais.”

Mário Paulo. “Sim. Fazemos um pouco de tudo.” (...))»

Entrevista nº1

«**Noémia Salgado Cunha.** “Faz parte de alguma equipa de especial?”

Pedro Quintão. “A equipa de intervenção em matérias perigosas e no fundo o serviço de socorrismo, o INEM não está organizado como uma equipa em si (...)”

Noémia Salgado Cunha. “Não é destacado para outras situações? Ou é?”

Pedro Quintão. “A não ser que se sejam situações de âmbito genérico, como os incêndios e acidentes de viação, em que aí todos os elementos da companhia estão habilitados a trabalhar. Se for uma situação de mergulho onde eu já não tenho formação específica já não intervenho...”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “Está integrado em alguma equipa especial? De acordo com essas especializações que tem?”

Carlos Salgado. “Especial, especial faço INEM mas essa é a única que faço regularmente. Agora as outras... todos, quase todos nós temos de ter a especialidade de desencarceramento, a de bombeiro que obrigatoriamente à partida é para entrar para aqui e depois há outras tipo ... não digo todos mas que a maioria das pessoas tem. (...))»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** Mas não está integrado nalguma equipa especial?

António Casca. Não propriamente dito.

Noémia Salgado Cunha.”Não há nas suas especializações, equipas especiais...”

António Casca. “Depende do que é que achar... Nós temos equipas especiais, equipas que mais ninguém realiza essa formação. Por exemplo temos um carro, o carro de matérias perigosas (...))”

Noémia Salgado Cunha. “Sim, sim. Por isso há uma equipa de materiais perigosos...”

António Casca. “... E nesta viatura vai pessoal que fez esta formação. Não é o meu caso. (...)”»

Entrevistas nº 4

«**Noémia Salgado Cunha.** “De acordo com essa sua especialização como motorista, está inserido em alguma equipa especial, aqui da corporação?”

Joaquim Furtado. “Não...especial, não. Tirando aquelas formações específicas, que de facto nem todas as pessoas fazem...só aquelas mesmo que têm formação na área, por exemplo, mergulho, INEM...o resto das actuações são praticamente do âmbito do bombeiro, aquelas onde não existe uma especialização.”

Noémia Salgado Cunha. “Não há portanto uma equipa especial de motoristas.”

Joaquim Furtado. “Não...não. (...)”»

Entrevista nº5

Por outro lado, vejamos que em relação à categoria **benefícios**, usufruídos pelos efectivos da companhia de bombeiros sapadores de Coimbra, os do âmbito da saúde, da educação formal e do apoio psicológico, são os que congregam algum descontentamento, apesar de conhecidos como usufruto destes efectivos, por 83,9%, 52,9% e 55% dos inquiridos, respectivamente¹⁶⁴. Repare-se que o direito à educação formal é apresentado em termos comparativos ao beneficiado pelos bombeiros voluntários, considerando que estes últimos poderão não ser funcionais no teatro de operações, mas usufruem desse direito. Esta assumpção faz resvalar este direito para o campo onde a diferença entre as duas vertentes de bombeiros é encarada como concorrência e evidencia a sua capacidade reivindicativa extensiva aos restantes direitos abordados neste texto. Assim, constata-se a distinção das categorias de **rivalidade e reivindicação**. Quanto aos direitos ligados à saúde, estes são reclamados numa perspectiva quantitativa e qualitativa dos exames médicos, exigindo-se mais aprofundamento dos mesmos e uma periodicidade de realização mais curta. Por outra via, o apoio psicológico é encarado como uma necessidade importante, numa profissão constantemente exposta a situações emocionais adversas, susceptíveis de desencadear danos traumáticos.

¹⁶⁴ Ver pág. 75.

Considerando que: “Além disso, o próprio processo analítico proporciona uma fonte adicional de sensibilidade teórica. Percepção e compreensão de um fenómeno aumenta à medida que você interage com os seus dados” (Strauss e Corbin, 1991:43), vejamos que por sua vez, a recordação do acidente em Mortágua (2004) que vitimou 4 colegas, está ainda bastante presente nas representações destes entrevistados, denotando por um lado uma forte presença da categoria: **companheirismo** e por outro, o ainda estado de luto, apesar da distância temporal. Não obstante, em relação aos dois últimos direitos citados, está patente o sentimento de incompreensão por parte de várias formas de poder, face a uma profissão exposta a um elevado grau de perigosidade:

Noémia Salgado Cunha. “ (...) insistindo nos direitos e regalias, sente que há algum direito que tenha enquanto bombeiro, que não está a usufruir?”

Mário Paulo. “É assim, eu por exemplo estou a estudar e havia um direito que os bombeiros tinham ... por exemplo a propinas, eram reembolsadas num valor e isso acabou para os bombeiros profissionais”

Noémia Salgado Cunha. “Porquê?”

Mário Paulo. “Porque houve uma alteração no regulamento. E acho que era até 2006 e acabou. Há para os voluntários. (...) tenho um colega que é bombeiro voluntário e não paga propinas... ele paga propinas, mas depois é reembolsado. e nunca viu o fogo ele disse que deu o nome para a corporação de bombeiros em questão e não faz serviço e tem essa regalia ...”

Noémia Salgado Cunha. “ (...) E foi o que se passou em Mortágua?”

Mário Paulo. “Em Mortágua foi diferente. A minha situação foi num plano. Ali foi diferente, porque foi numa encosta. (...) O colega que ia a chefiar essa equipa era um dos elementos com mais preparação a nível de fogos florestais.

Na altura havia muita gente a dizer muita coisa, a falar... é assim, os colegas que iam naquela saída, era um pessoal que tinha já muita experiência a nível de fogos florestais. Tinham muita submissão. Principalmente os 3 mais velhos(...)”

Noémia Salgado Cunha. “Como é que sentiu a morte dos seus colegas?”

Mário Paulo. “Revoltado. Nem gosto de falar disso. Acho que... já passaram 3 anos e acho que uma pessoa ainda não ultrapassou e acho que nem nunca vai ultrapassar. Dois deles entram ao mesmo tempo do que eu. Foram eles mas podiam ser outros colegas... (...) E já que falou nesse assunto... na altura falou-

se muito na comunicação social de apoio psicológico, isso foi tudo “show-off”. Eu acho que quem é responsável, como é que hei-de explicar ... quem devia fazer alguma coisa, quem tem responsabilidade nesta área, deveria fazer mais pelos bombeiros. Porque nós... nessa situação falou-se que os bombeiros, os familiares estavam a ser acompanhados por psicólogos e pessoal especializado, na área, isso foi tudo “show-off”, porque não aconteceu nada disso.”

Noémia Salgado Cunha. “Não foram acompanhados?”

Mário Paulo. “Não”.»

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha.** ”Diga-me uma coisa, dos direitos e regalias que tem enquanto bombeiro, sente que há algum que não esteja a ser cumprido na íntegra?”

Carlos Salgado. (“...”) ... a nível de segurança social e todas as regalias, subsídios de férias, mesmo horas extras e tudo nunca tive problemas.”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Quais são os vossos direitos e regalias? Há algum que você tem enquanto bombeiro que acha que não está a ser cumprido?”

António Casca. “É assim, eu felizmente até à data, tenho sido uma pessoa que em termos por exemplo de benefícios de saúde felizmente tenho sido saudável. (..) Mas obviamente que sei que tenho algumas benesses, acidentes de trabalho, essas coisas, temos seguros, temos tudo, que nos abrange. (...) Eu penso que dentro dos direitos que nos assistem, felizmente as coisas têm sido cumpridas.”

Noémia Salgado Cunha. “Por exemplo no apoio judiciário, apoio psicológico, tem...”

António Casca. “Bem, hoje fala-se muito no stress pós-traumático, vários temas que estão na actualidade, não é? Tínhamos um acompanhamento permanente? Não se pode dizer. Sentimos necessidade? Nós tivemos infelizmente um episódio bem recente, que foi a morte dos colegas... Na altura, nós sentimos a presença (...) Mas, na continuação do nosso trabalho, se calhar será um défice a colmatar, (...) Mas não é das coisas que mais nos assistem. Realmente em termos de apoio psicológico, infelizmente acontecem periodicamente acidentes,

coisas que quer queiramos quer não uns conseguem lidar melhor que outros (...)"

Entrevista nº 4

«**Joaquim Furtado.** “Direitos e regalias a nível de...”

Noémia Salgado Cunha. “De ADSE...horário único, condecorações...”

Joaquim Furtado. “Sim, é evidente que ninguém está satisfeito, penso que é um dado adquirido. Mas, embora muitas vezes se poderia tentar melhorar algumas coisas. Em relação ao que eu vejo...pessoas que estão também dentro de um organismo público, penso que, estamos de igual para igual... penso que não há assim grande...”

Noémia Salgado Cunha. “Enquanto bombeiro, acha que deveria ter direitos e regalias diferentes dos outros funcionários públicos?”

Joaquim Furtado. “Não, é assim...se calhar (sirenes) ... se calhar... as pessoas vão-se habituando ao que têm e vão vivendo um pouco com aquilo que têm. (...) se calhar, onde poderia melhorar um bocadinho, uma vez que são problemas que se têm revelado ultimamente e fala-se muito disso e faz parte da nossa vida...vivê-la em situações um bocado adversas, com temperaturas, inalar fumos...se calhar, onde se poderia tentar, era talvez fazer periodicamente fazer-se uns exames médicos, se calhar mais aprofundados, mais... para tentar ver...”

Noémia Salgado Cunha. “Isso não fazem?”

Joaquim Furtado. “Fazemos uma vez por ano uns exames, mas...penso que são demasiado rotineiros, estão demasiado rotinizados, quer dizer...deviam haver outras formas de avaliar melhor a nossa saúde...uma coisa mais complexa. (...)”

Noémia Salgado Cunha. “E apoio psicológico?”

Joaquim Furtado. “Sim, também. Uma das coisas que eu penso que também há uma certa lacuna, também isso... (...) onde apanhamos situações que nos marcam mais, onde somos mais...onde a nossa parte psicológica é mais posta a descoberto...às vezes fazia bem.”»

Entrevista nº 5

No que diz respeito à forma de **recrutamento** para ingresso na carreira de bombeiro sapador, é vista de forma positiva, residindo a exceção nas provas

psicotécnicas. As provas de admissão, não contemplam a avaliação da aptidão para a profissão de bombeiro. A categoria **vocação** é sentida como algo descuidado pelos recrutadores, numa profissão com alta exposição a riscos, cuja capacidade psicológica poderá ser determinante para o seu bom exercício. Por outro lado, o **grau de instrução** exigido para a candidatura ao concurso, o 12º ano, é apenas necessário, de acordo com os entrevistados, para os concursos internos de promoção na carreira nas categorias de sub-chefe de 1ª e acima. Os discursos sobre as formas de recrutamento, avaliação de desempenho e promoção na carreira, denotam uma atitude crítica, dando espaço à construção da categoria **espírito crítico**:

«**Noémia Salgado Cunha**. “Concorda com a forma de recrutamento?”

Mário Paulo. “ (...) Não. Não concordo.”

Noémia Salgado Cunha. “Porquê?”

Mário Paulo. “Os testes que nós fizemos: os físicos, concordo, os médicos claro é óbvio, mas a nível dos psicotécnicos, não concordo. Porque deveriam ser uns testes mais indicados para a nossa área. Se for preciso por exemplo há colegas nossos que têm vertigens em alturas. Têm vertigens, podem ter problemas em situações que entrem em stress e esses testes não contemplam essas situações. Por exemplo, os testes que eu fiz psicotécnicos, aí há uns anos tinha feito os mesmos testes para os correios. Era a mesma empresa e os mesmos testes e eram praticamente os mesmos testes (...) ... Agora de resto não concordo. Eu acho que para esta profissão tem de haver vocação. (...)”»

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha**. “Concorda com a forma como os bombeiros profissionais são recrutados?”

Pedro Quintão. “Concordo. Concordo. Em termos de ingresso, eu apesar de ter o 12º ano, não vejo a necessidade de sermos recrutados ao nível do 12º ano.”

Noémia Salgado Cunha. “Não?”

Pedro Quintão. “Não. Acho que para o ingresso poderia bastar o 9º ano, tal é exigido aos municipais. Para voluntários privativos e municipais. Para os municipais basta o 9º ano para ingresso. Depois na progressão... sapadores, sub-

chefes de 2ª sub-chefes de 1ª... na progressão é poderia ser é que poderia ser exigido o 12º ano (...).”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “Aproveitando o que estava a dizer acerca do seu recrutamento... concorda coma forma de recrutamento para bombeiro?”

Carlos Salgado. “Neste momento, penso que sim. Neste momento. Já houve aqui várias formas, mas...”

Noémia Salgado Cunha. “A actual... concorda?”

Carlos Salgado. “A actual, penso que sim.”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Está bem. Conhece a reforma do recrutamento. Concorda com esta forma de recrutamento para ingressar nos bombeiros?”

António Casca. “Concordo, de certa forma. Desde que seja cumprida com rigor e serenidade, acho que é um bom método.”»

Entrevista nº 4

«**Noémia Salgado Cunha.**”E em relação à forma de recrutamento para bombeiro... concorda?”

Joaquim Furtado. “Isso é assim, eu costumo dizer que nem todas as pessoas ou nem todas as profissões recrutam as pessoas mais certas. Mas isso não é só no bombeiro, é nas outras todas (...) agora a forma de recrutamento que está, não queria estar a entrar em erro mas para entrar pede o 12º ano...”»

Entrevista nº 5

Quanto à categoria **avaliação de desempenho**, os entrevistados revelam a sua discordância, na medida em que consideram ser complexa a avaliação de um trabalho que em algumas áreas não permite a supervisão do avaliador, como é exemplo o serviço de ambulâncias ou outras que não exigem a presença do chefe de serviço ou do comandante responsáveis pela avaliação. O SIADAP, é desta forma, considerado uma medida pouco prática e injusta nos seus critérios. Observa-se, assim, nos discursos dos entrevistados a presença de uma categoria como a **autonomia “inter-classista”**, face as

restantes categorias profissionais da administração pública local, por via da distinção de métodos avaliativos mais ajustados ao contexto profissional em que se inserem. Por outro lado, estão patentes as categorias **reivindicação e espírito crítico**.

«**Noémia Salgado Cunha**. “E em relação à forma como é avaliado o seu desempenho, enquanto bombeiro? Conhece a forma de avaliação?”

Mário Paulo. “Do novo regulamento?”

Noémia Salgado Cunha. “Sim.”

Mário Paulo. “Conheço.”

Noémia Salgado Cunha. “E o que é que acha?”

Mário Paulo. “Acho que não concordo.”

Noémia Salgado Cunha. “Porquê?”

Mário Paulo. “Acho não. Não concordo.”

Noémia Salgado Cunha. “Porquê?”

Mário Paulo. “Porque não é uma avaliação honesta (...). Não concordo com a minha nota. E não concordo. Porque uma pessoa farta-se de trabalhar... (...) A senhora imagine, há colegas que estão aqui há menos tempo, trabalham menos, tem menos formação do que uma pessoa e tem uma nota superior (...)”»

Entrevista nº1

«**Noémia Salgado Cunha**. “E com a avaliação de desempenho?”

Pedro Quintão. “Avaliação de desempenho?”

Noémia Salgado Cunha. “A avaliação de desempenho em função de ...”

Pedro Quintão. “Anual, avaliação anual. Aí não concordo. Nós estamos a ser avaliados (...) Em termos de ... eu falo na avaliação do SIADAP, essa aplicação avaliação aos bombeiros é difícil tanto de objectivos a cumprir como de os fiscalizar, um exemplo simples, a minha especialidade é tripulante de ambulâncias de socorro, a minha área predominante é socorrismo. Naquela ambulância estão dois elementos a operar, eu sou sapador o meu colega possível... como aquele serviço é feito predominantemente por sapadores o meu colega, também é sapador, somos os dois do mesmo posto, nem eu o fiscalizo entre aspas, avalio o meu colega nem ele me avalia a mim. Avaliamos-nos os dois, não se reflecte isso numa avaliação de desempenho. Um chefe que esteja a

avaliar, não consegue avaliar o trabalho efectivo daqueles dois elementos. (...) É muito difícil avaliar isso.”

Noémia Salgado Cunha. ”Acha que o modelo de avaliação do SIADAP, não é o mais indicado para vocês...”

Pedro Quintão. “Acho que não”»

Entrevista nº2

«**Noémia Salgado Cunha.**”E com a avaliação de desempenho?”

Carlos Salgado. “Isso aí já... neste momento, a que está actualmente penso que não é a mais correcta. Para nós, não.”

Noémia Salgado Cunha. Porquê?

Carlos Salgado. Porquê? Porque eu penso que as pessoas deviam ser avaliadas mais pelos trabalhos que prestam, ou seja a nível físico, prático, escrito e neste momento não é bem isso que acontece (...) É assim, não concordo muito, porque eu por exemplo, há pessoas que tinham classificações de “muito bom” na classificação antiga e neste momento têm classificações de “bom”. (...) Ou seja, as pessoas são as mesmas e se calhar não fizeram nada para baixar assim tanto na classificação (...)”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “E a forma de avaliação de desempenho?”

António Casca. “(...) Eu pessoalmente não concordo com este método de avaliação.”

Noémia Salgado Cunha. “Portanto, em relação à avaliação de desempenho, não concorda porque acha que é difícil avaliar...”

António Casca. “Acho que é difícil para quem avalia, e realmente os métodos de avaliação, os próprios critérios são difíceis de criar. Se forem à minha escala de serviço e virem que durante 6 meses a maior parte do meu serviço foi fazer de motorista de pesados, eles podem dizer "Este rapaz durante 6 meses não teve nenhum acidente", e vão ver que os outros colegas também não tiveram. Ou, por exemplo, eu tive um acidente e os outros colegas não tiveram, mas os outros também não conduzem! Não podem ter acidentes!”»

Entrevista nº 4

«**Noémia Salgado Cunha.** “E a forma de avaliação de desempenho? Conhece?”

Joaquim Furtado. “A nova? O SIADAP?”

Noémia Salgado Cunha. “É a única que têm?”

Joaquim Furtado. “Agora é. Não, esta para nós não concordo minimamente...”

Noémia Salgado Cunha. “Não?”

Joaquim Furtado. Não. Discordo completamente Porque é assim, fazer uma avaliação de um bombeiro não é fácil. Porquê? Porque nós temos uma função onde não nos é exigida... (...) quem nos vai avaliar, trabalha muito pouco connosco até, ou não sabe a qualidade do nosso trabalho. Ela não pode estar, não sei com que fundamento é que eles vão avaliar... (...) Penso que o antigamente, o anterior sistema estaria mais adequado à nossa realidade, porque havia na mesma notas de atribuição, só que eram dadas pelos chefes que nos chefiavam directamente lá fora (...) Hoje em dia é só o chefe de serviço e o comandante. Quer se dizer o chefe de serviço dificilmente trabalha connosco lá fora, o Sr. comandante também não está em contacto directo connosco (...)»

Entrevista nº 5

Quando questionados acerca da categoria **promoção na carreira**, os entrevistados na sua maioria, consideram que é um método correcto, revelador de critérios que promovem a igualdade de oportunidades entre todos os concorrentes, quando aplicado devidamente. Contudo, a promoção quando considerada necessária em termos operacionais por parte do comandante, nem sempre é possível porque a abertura do concurso depende das condições financeiras da autarquia detentora do corpo de bombeiros. Por outro lado, a estrutura hierarquizada dos bombeiros profissionais, não permite que todos os efectivos sejam chefes, em caso de progressão em função das dotações globais aplicadas aos chefes da administração pública.

Entre esta categoria e a anterior, identifica-se uma incongruência relativamente à categoria **autonomia “inter-classista”**, na medida em que a promoção em todas as categorias profissionais existentes na administração pública local depende à partida da disponibilidade orçamental para esta rubrica. Por outro lado, à semelhança das outras formas, acima abordadas, observa-se a existência das categorias **reivindicação e espírito crítico**:

«**Noémia Salgado Cunha.** “Está bem. E em relação à forma de progressão na carreira?”

Mário Paulo. “A forma?”

Noémia Salgado Cunha. “Conhece também?”

Mário Paulo. “Conheço.”

Noémia Salgado Cunha. “Concorda?”

Mário Paulo. “Concordo. Tem de haver uma forma. Pode não ser a melhor mas também não é a pior...”»

Entrevista nº1

«**Noémia Salgado Cunha.** “E em relação à forma de progressão na carreira, concorda?”

Pedro Quintão. “A forma progressão na carreira... também está a sofrer alterações em termos legislativos... há quem defenda que nós deveríamos progredir em funções das dotações globais que foram aplicadas aos chefes da administração pública e isso... nós somos uma estrutura hierarquizada e isso... não podemos ser todos chefes, é incomportável sermos todos chefes, não poderia ser assim. A progressão na carreira como estava da forma anterior, penso que seria mais adequada. (...) A progressão não depende só do nosso comandante. Depende sim da abertura de um concurso público por parte da entidade detentora do corpo de bombeiros, (...) Ou seja, o nosso comandante é que decide que precisa de promover pessoas para garantir o bom funcionamento da casa em termos operacionais, mas se o nosso presidente de câmara disser que não tem dinheiro para promover as pessoas as pessoas não podem ser promovidas.”»

Entrevista nº2

«**Noémia Salgado Cunha.** “E em relação à forma de promoção na carreira?”

Carlos Salgado. De promoção? Essa é outra (...)

Noémia Salgado Cunha. Por isso é que fizeram a reunião na semana passada?

Carlos Salgado. Estão ao surgir vários problemas mesmo com a avaliação, vários problemas que é preciso ter certo... para a avaliação é necessário ter 3 anos de classificação em que nenhum dos anos seja de avaliação negativa e

parece que há uns anos que não fizeram avaliação a nós (...) e como na nova lei para desbloquear o escalão não pode ter nenhum ano “mau” e também tem de ter a avaliação de 3 anos e está a faltar esse ano de avaliação para desbloquear o escalão ...”»

Entrevista nº3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Em relação à forma de promoção na carreira, concorda?”

António Casca. “Quanto à promoção na carreira, a opinião que tenho é a mesma dos critérios de selecção e entrada. Desde que se cumpram os critérios definidos... Porque na promoção é precisamente na mesma: existem provas físicas, escritas e práticas. No fim sai uma classificação, há x vagas e os primeiros preenchem as vagas. Se isto for cumprido na íntegra, tudo corre bem e acho que é plenamente justo.”»

Entrevista nº4

«**Noémia Salgado Cunha.** “E em relação à forma de promoção na carreira?”

Joaquim Furtado. “A forma de promoção na carreira, boa pergunta. (...) Isso já vai criar uma certa, já vai criar... há-de haver duas pessoas muito iguais que uma possa ser promovida e outra não, ou que uma possa ser promovida ao fim de 3 anos e a outra ao fim de 5 anos, vai atrasar um pouco o processo e vai já criar “dois pesos e duas medidas”, já pode, já terá que haver aí um bocadinho, não sei de imparcialidade ou não ou se vai haver aí um bocadinho mais de “compadrios” mas isso também não vou questionar.»

Entrevista nº5

Quanto à **formação**, os discursos proferidos pelos cinco entrevistados confirmam a baixa taxa de participação observada através do questionário¹⁶⁵. A questão baseou-se unicamente na formação externa. Deste modo, verifica-se uma certa dificuldade em dispensar os efectivos para participação em cursos ou acções de formação, dado o baixo número de elementos da corporação e o carácter imprevisível do número de ocorrências. Apesar da corporação conter um gabinete de formação, são

¹⁶⁵ Ver Capítulo V: Análise empírica à investigação, pág. 65.

os efectivos, segundo os entrevistados, que procuram por iniciativa própria, na maior parte das vezes, a formação, revelando interesse na melhoria das suas competências profissionais. Assim, a sua frequência pauta-se por critérios de actualização e aperfeiçoamento ou mesmo de aquisição de conhecimentos. Vejamos os extractos das entrevistas, demonstrativos da análise:

«**Noémia Salgado Cunha.** “Do imprevisto, não é? Mas há pouco estávamos a falar das formações e dizia-me que há formação interna... mas também há formação externa...costuma ir às formações externas promovidas pela escola nacional de bombeiros ou por outra instituição?”

Mário Paulo. “Sim a colóquios... pronto... aproveitar...”

Noémia Salgado Cunha. “Estou a falar em 2007?”

Mário Paulo. “Ah em 2007 foi um bocado fraco.”

Noémia Salgado Cunha. “Mas porquê?”

Mário Paulo. “Não houve muitas acções de formação. (...) ... tem que ficar sempre e aqui pessoal no quartel a salvaguardar o serviço... o chefe pode dispensar um ou dois homens... mas não pode dispensar mais porque senão aqui o pessoal fica desfalcado, basta haver um ou duas saídas pode haver uma ou outras saída... e não fica ninguém para uma terceira saída.”»

Entrevista nº1

«**Noémia Salgado Cunha.** “E no ano passado, em 2007, frequentou acções de formação ou cursos de formação dessas entidades ou outras?”

Pedro Quintão. “Cursos de formação não frequentei. (...)”

Noémia Salgado Cunha. “Como é que faz a escolha... das suas acções de formação? Sente que está desactualizado, sente que deve adquirir conhecimentos...”

Pedro Quintão. “Na nossa companhia, nós temos uma secção de formação que chamamos gabinete de instrução que no fundo vai dar à mesma coisa. Essa secção deveria gerir a formação que ministrada aos bombeiros e a necessidade de formação que se verifica ou que se poderia verificar no pessoal, tal como... estaria ao cargo deles a manutenção da formação. A formação tem validade, nós tirando o curso de socorrismo em 2002 mas ele não pode durar até 2020. Eu

pessoalmente em relação a minha necessidade de formação a maior parte das vezes sou eu que a procuro (...) De resto em termos de seminários, congressos e colóquios que foi por iniciativa própria.”

Entrevista nº2

«**Noémia Salgado Cunha.** “Diga-me uma coisa, normalmente é o (...) que procura formação ou é aqui a companhia que vos dá essa informação das acções de formação que existem”

Carlos Salgado. “Ultimamente, não tem aparecido muita oferta da companhia, mesmo para formação, (...)”»

Entrevista nº3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Falando na formação... vocês têm formação todos os dias...mas em relação formação externa, costuma frequentar? Frequentou alguma em 2007?”

António Casca. “Em 2007 não. (...) Agora no ano passado... È evidente nós somos 120 homens, a formação...tenta-se repartir pelo grupo. È evidente que há formações mais dirigidas a um determinado tipo de pessoas, aos chefes ou a outras classes, é mais dirigida a eles (...) Quero acreditar que sim, mas julgo que no ano passado não tirei nenhuma formação externa. Não tirei. “

Noémia Salgado Cunha. “E quando frequenta cursos ou acções de formação fá-lo porque motivo? Aperfeiçoamento, aquisição de conhecimentos...”

António Casca. “É como eu disse na nossa profissão, há sempre coisas novas, há sempre coisas a aprender, penso que as pessoas gostariam ou tentam saber mais possível sobre determinada área. É evidente que a formação é sempre uma mais-valia, ter conhecimentos adquiridos ou relembrados e é evidente que nós na nossa casa (...) mas não podemos estar permanentemente em formação (...)”»

Entrevista nº4

«**Noémia Salgado Cunha.** “Agora ao nível da formação. Em 2007 frequentou alguma acção de formação, algum curso para além da formação diária que lhe é ministrada aqui?”

Joaquim Furtado. “Eu já não sei se foi em 2007, mas sempre que existe formação ligada aos bombeiros, ou não, por norma, mesmo que seja externa, gosto de participar. “

Noémia Salgado Cunha. E em 2007...

Joaquim Furtado. “Em 2007, não tenho a certeza se foi nesse ano que fiz a formação inicial pedagógica de formadores, que foi ministrada pela 4Ms, que é uma empresa que trabalha para o nosso sindicato, a Associação Nacional de Bombeiros.”

Noémia Salgado Cunha. “E quando pensa em frequentar essas acções, pauta-se por que critérios? Aperfeiçoar os seus conhecimentos, adquirir conhecimentos?”

Joaquim Furtado. “Sim, sempre no âmbito de tentar melhorar o meu desempenho, a minha forma de estar e trabalhar (...)”

Entrevista nº5

As **saídas** são uma categoria para a qual os entrevistados apresentam reservas quanto a uma tipificação de acidentes. Não existindo um quadro estatístico exacto de saídas, é avançada para o efeito a justificação da variação das épocas sazonais e da imprevisibilidade que pode caracterizar os anos. Deste modo, não se pode de todo hierarquizar as saídas mais frequentes. Estamos, deste modo, perante a categoria **saídas atípicas**. No entanto, são referenciados como as ocorrências mais comuns, o serviço de ambulância, o corte de árvores e abertura de portas; no verão os incêndios rurais; e no Inverno os incêndios urbanos. No entanto, considero que a partir destas categorias, é accionada uma outra, a **percepção do risco**, revelada pela sazonalidade dos riscos, implicando também a subjectividade e probabilidade bem como o carácter imprevisível, que reveste a noção de risco e perigo:

«**Mário Paulo.** “Que temos mais intervenções?”

Noémia Salgado Cunha. “Exactamente.”

Mário Paulo. “É um bocado...podemos ter saídas a nível de acidentes de viação...A1. Estar a responder é bocado inglório. Porque por exemplo nós temos muitas intervenções. No Verão é mais fogos florestais, podemos ir para a parte

Norte, para a parte Sul. Acho que não posso estar a dizer que temos mais saídas para aquele determinado local. Só analisando as estatísticas e fazer um estudo anual. Mas por exemplo um ano não vai ser igual a outro ano.”»

Entrevista nº1

«**Noémia Salgado Cunha.** “Quais são as saídas que a vossa corporação... que acontecem com mais frequência?”

Pedro Quintão. “O trabalho de um corpo de bombeiros para mim, é um bocado... poderá ser visto um bocado por épocas. É quase um trabalho sazonal. Temos um serviço que é sem duvida aquele que funciona mais que o serviço de ambulância. (...). Agora a parte sazonal, a parte de Verão ... as saídas para incêndios, tal como queimadas, mais incêndios rurais. Depois na parte de Inverno, verifica-se um aumento os incêndios urbanos em parte por causa dos sistemas de aquecimentos, por causa de lareiras.”

Noémia Salgado Cunha. “E aí acontece mais em casas particulares...”

Pedro Quintão. E aí acontece mais em casas particulares... (...). No Inverno, nota-se também um grande aumento de volume na situação de inundações. Não cheias que são ocorrências muito mediatizadas, mas em termos daquelas “inundaçõezinhas”... vem um dia de chuva, as sargentas estão entupidas, o nível de águas sobe, ninguém limpa, aquilo entra logo ali na garagem e isso é logo motivo para chamar os bombeiros.”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “ (...) ... Que saídas costuma ter aqui enquanto bombeiro?”

Carlos Salgado. “Várias. Faço muito o INEM e quem tenho mais saídas... mas desde o desencarceramento, fogos florestais, urbanos, abertura de portas... sei lá... elevadores... faço todo o tipo de serviço”».

Entrevista nº3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Mas (...), as saídas que tem com mais frequência, são em incêndios florestais, são inundações...?”

António Casca. “Por incrível que pareça, no geral faço mais emergência hospitalar, porque em média já não tenho presente, porque nós temos uma contabilização logo no dia 1 de Janeiro, passamos a zeros para efeitos estatísticos, e não sei em quanto é que vai agora a saída da ambulância, mas posso-lhe dizer que é uma média bastante razoável – a emergência hospitalar é notoriamente aquela que mais saídas tem. (...)”»

Entrevista nº4

«**Noémia Salgado Cunha.** “Quais são as saídas que vocês aqui costumam fazer com maior predominância?”

Joaquim Furtado. “Saídas... de serviço que executamos...”

Noémia Salgado Cunha. “Tipo incêndios, sismos...”

Joaquim Furtado. “Não aqui... a zona aqui felizmente não é muito sísmica. Mas aqui, também dependendo da altura do ano, é evidente que nós sabemos que no Inverno temos mais probabilidades de sair para inundações, no Verão mais probabilidades de sair para incêndios, mas pronto será mesmo talvez os incêndios aquelas onde... há alguns sinistros mas...”

Noémia Salgado Cunha. “Mas para os quais são mais chamados?”

Joaquim Furtado. Sim, para os quais somos mais chamados pelo menos como equipa, depois há aqueles serviços mais... que eu chamo de rotina cortar uma árvore ou abrir uma porta mas são serviços que não exigem tanto, agora aqueles, aqueles... é mesmos os incêndios.”»

Entrevista nº5

No que concerne à **perigosidade que caracteriza cada saída** para ocorrências, verifica-se através dos discursos proferidos que estas se revestem de uma certa subjectividade, ou seja, há ocorrências que se tornam mais ou menos perigosas conforme a existência de determinado factores, tais como o relevo, a localização geográfica, situação climática, o grau de vulnerabilidade social, entre outros. A categoria **saídas atípicas** parece estar relacionada com a de **perigosidade atípica**, na medida em que não se poderá falar que uma saída é mais perigosa do que outra. Por outro lado, percebe-se a existência da categoria **percepção do risco**, que se cruza com a noção de imprevisibilidade e subjectividade que caracteriza o risco e o perigo:

«**Noémia Salgado Cunha.** “E nessas situações que vos coloca mais em perigo... quais é que acha que... são mais perigosas....sim, quais são as que são mais perigosas para vós.”

Mário Paulo. “Quais são as mais perigosas para nós?”

Noémia Salgado Cunha. “Sim.”

Mário Paulo. “É assim, isto é um bocado subjectivo. É conforme a situação. Porque... uma pessoa vai para um incêndio florestal pensa que... pronto que vai correr tudo bem.... Não há perigos nenhuns, e de repente pode estar enganado. De um momento para outro... é a mesma coisa uma pessoa vai para um incêndio urbano, uma pessoa chega lá depara-se com uma situação onde há vítimas, o edifício pode haver uma explosão de gás, o edifício pode entrar em colapso, a pessoa entra para lá para dentro, fazer uma busca e salvamento, porque há testemunhas que dizem quem há pessoas lá dentro uma pessoa entra para lá o e no momento que entra para lá ... o chefe faz o reconhecimento... “bem avance uma equipa de busca e salvamento” ...há condições para isso. E uma pessoa pode de um momento para outro... a situação altera-se, muda-se e uma pessoa fica lá encurralado e... em vez de haver uma vítima ou duas e passa-se a ter 3 ou 4 vítimas.”

Noémia Salgado da Cunha. “Portanto o que esta a dizer é que não há ocorrências mais perigosas do que outras.”

Mário Paulo. “O que eu digo eu já tenho experiência de 7 anos e é assim...uma pessoas esta sempre a aprender, e uma pessoa não se pode dizer que essa situação mais perigosas do que outra (...)”»

Entrevista nº1

«**Noémia Salgado Cunha.** “E em relação ao esses riscos, quais são os que sente que constituem maior perigo para si enquanto bombeiro?”

Pedro Quintão. “Bem isto é assim, os riscos são imprevisíveis pode-se ter, pode-se tentar prever ou tentar calcular mas eles são imprevisíveis é evidente que cada situação é uma situação, mas é assim, embora tendo perigos diferentes um incêndio florestal tem outros perigos que não tem um incêndio numa habitação, não é... um incêndio num campo aberto está mais sujeito a outros

factores, o factor do vento, o factor da prestação... um incêndio urbano é sempre na minha perspectiva é sempre, é sempre pior é sempre mais perigoso. Primeiro pela possibilidade de haver sempre ou existir sempre pessoas para salvar ou pelo menos tentar por em segurança depois os perigos existentes que muitas vezes desconhecemos como garrafas de gás e mais nós sabemos que aí na cidade, há aí habitações (...) mas existem sempre mais riscos...”»

Entrevista nº5

Quanto à **preparação dos efectivos para enfrentar os vários acidentes** que ocorrem no concelho de Coimbra, verifica-se que estão menos preparados para os riscos com menor incidência ou para os quais não detêm especialização, tais como os sismos e os acidentes com matérias perigosas. Contudo, vejamos que a categoria **percepção do risco** está latente, na medida em que percebem o risco, medindo-o entre os riscos com menor e maior probabilidade de ocorrência:

«**Noémia Salgado Cunha.** “E quais são os acidentes para os quais se sente menos preparado?”

Mário Paulo. “Principalmente acidentes químicos.”»

Entrevista nº1

«**Noémia Salgado Cunha.** “Não. Ou melhor, como que é que acha que está preparado para os diferentes riscos do concelho... incêndios, sismos, inundações, deslizamentos...”

Carlos Salgado. “Quais é que estamos menos preparados?”

Noémia Salgado Cunha. “Sim.”

Carlos Salgado. “Sismos... nunca lidei com essa situação... deve ser terrível, não há-de ser fácil.”

Noémia Salgado Cunha. “Não se sente preparado para os sismos...”

Carlos Salgado. “Não é sentir-me preparado, posso é não estar a sentir-me tão bem preparado, numa situação dessas...por exemplo de várias situações dentro da cidade não deve ser fácil... estar...”

Noémia Salgado Cunha. “Qual é que se sente melhor preparado?”

Carlos Salgado. “É assim, a nível de fogos florestais e urbanos se calhar estou mais bem preparado.

Noémia Salgado Cunha. Pois são também as situações que vocês...”

Carlos Salgado. “São as situações que nós lidamos mais diariamente, ou seja...”

Noémia Salgado Cunha. “São aqueles que acontecem com mais frequência, não é?”

Carlos Salgado. “É.”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “E quais são os riscos que sentem que não está tão bem preparado?”

António Casca. “Bem, é assim...”

Noémia Salgado Cunha. “Há uma série deles, para lhe avivar a memória... sismos, deslizamentos...”

António Casca. “Sim, sim. É assim, é evidente que nós não temos ou pelo menos poderemos ter umas noções básicas mas não aprofundamos muito... estou a falar dos sismos por exemplo. É evidente que nós não só estamos numa zona de risco sísmico mas é uma formação da qual debatemos pouco que é os riscos sísmicos ou a sismologia. É evidente que há aquelas em que eu na situação tenho precisamente as mesmas noções que a Sr.^a tem ou...”»

Entrevista nº 5

Os entrevistados revelam, no que diz respeito ao **parque automóvel** afecto à corporação, que de um modo geral se encontra num estado de **conservação** baixo ou intermédio, fruto do elevado grau de utilização, antiguidade, manutenção e reduzida qualidade das infra-estruturas viárias do concelho. A unanimidade destes discursos vem contrariar os resultados estatísticos provenientes da recolha de dados, por via de questionário, em que a maioria cita o bom estado de conservação do parque automóvel da corporação¹⁶⁶. Nas entrevistas nota-se algum descontentamento com a carência e a inadequação de veículos de combate a incêndios florestais, ambulâncias e veículos de desencarceramento, conduzindo à manifestação das categorias reivindicação, **espírito**

¹⁶⁶ Ver Capítulo V: Análise empírica à investigação, pág. 65.

crítico bem como **percepção do risco**. Esta última, revelada pelo perigo que acarreta o mau estado do parque automóvel:

«**Noémia Salgado Cunha**. “Está bem. Os vossos veículos... Acha que estão preparados para as diversas ocorrências?”

Mário Paulo. “Preparados, a gente vai para determinada situação...”

Noémia Salgado Cunha. “O que eu quero dizer é ao nível da conservação.”

Mário Paulo. “Nós temos um parque com viaturas já velhas, que deveriam ter sido já abatidas.”

Noémia Salgado Cunha. “Por exemplo os BELSIS, há BELSIS aí que já mostram um certo cansaço. E são viaturas que não são assim tão velhas. Têm 10 anos. Para fogos florestais só temos uma viatura pesado. Só temos um BFCI. E devíamos ter pelo menos mais uma. A outra que tínhamos ardeu, foi aquela que ficou em Mortágua. E essa não foi substituída. Veio outro carro *trago* para cá, foi para o substituir mas não só. É uma VECI. Uma viatura especial de combate a incêndios. Uma viatura para fogos florestais é muito grande. A nossa área florestal não tem estradas para aquela viatura. Porque a nossa área de intervenção não tem assim grandes acessos. São mais estradas... tipo carreiros de cabras.”»

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha**. “Dos veículos que vocês têm aqui... de todos, há algum ou alguns que não estejam em bom estado?”

Pedro Quintão. “Que não estejam em bom estado? Para mim, o parque automóvel...eu sou um crítico do parque automóvel, por excelência. Vejo muitas viaturas em muito mau estado, para além da necessidade de muitas outras que não temos. Refiro-me por exemplo, à viatura de combate a incêndios florestais. Em termo de viaturas pesadas de combate a incêndios florestais só temos uma. Isso implica que ela para fazer manutenção, já nenhuma a substituí. (...) Depois o parque de ambulâncias, para mim, está muito descurado. (...) Em termo de veículos, mais... temos um veículo de desencarceramento muito pesado, muito lento. Se nós tivermos um acidente em que tenhamos de socorrer vítimas na área de serviço da Mealhada, demoramos sensivelmente meia hora a

lá chegar... com aquele veículo, aquele veículo é muito lento, apesar de ser novo e do veículo ser bom mas é um veículo é muito lento. Tem as suas valências para outras características, para aquela missão em concreto está muito lotado, está muito carregado.”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “Diga-me outra coisa, dos veículos que vocês têm aqui no vosso parque quais são aqueles que estão em pior estado de conservação?”

Carlos Salgado. “Neste momento... eu não digo que o parque neste momento esteja assim muito mau, houve outros anos em que estive em situações muito piores. Neste momento, temos um parque “mais ou menos” acho eu, precisava era de mais manutenção ao nível de fazer inspecções periódicas como deve ser (...)”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Das viaturas que têm no vosso quartel, quais são os que considera que não estão em bom estado de conservação?”

António Casca. “Nós temos viaturas com quase 30 anos. Temos uma que ultimamente andava a fazer só serviço de limpeza de pavimentos, neste momento está no parque mas não está a fazer esse tipo de serviço, tem para cima de 25 anos. Tem outra do mesmo modelo, do mesmo ano, que tinha a missão de desencarceramento, mas adaptou-se a viatura de resgate, porque o resgate felizmente é um serviço que não é tão frequente como qualquer outro serviço, então adaptou-se o carro e é o que está com o material de resgate. O estado de conservação também é relativo, porque isto, são carros que pelo facto de terem um trabalho específico têm quilómetros, outros carros que têm por exemplo missão de fazer vigilância nocturna. (...) O pior foi as perdas humanas, mas falando em material, perdemos uma viatura florestal. (...) Na parte de incêndios florestais, estamos um bocadinho carentes. (...)”»

Entrevista nº 4

No que concerne ao **relacionamento dos efectivos com os outros agentes de protecção civil**, no teatro de operações, verifica-se uma reprodução geracional da rivalidade com os bombeiros voluntários, mais enfatizada com os pertencentes à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra. De acordo com o exposto pelos entrevistados, esta **rivalidade** (categoria anteriormente mencionada) patente aquando da abordagem aos direitos do âmbito da educação, embora sentida em menor grau pelos efectivos mais jovens, trespassa para o cenário operacional. Fazendo recurso a um aspecto da análise de conteúdo que relaciona as estruturas semânticas com as sociológicas dos discursos proferidos e que liga a “superfície” dos textos com os factores que determinam as suas características, que podem ser de várias ordens: variáveis psicossociais, o contexto cultural, o contexto e processo de produção da mensagem emitida (Cappelle, Melo e Gonçalves, 2008, appud Minayo, 2000), posso identificar um certo desconforto perante a operacionalidade dos voluntários sem formação suficiente. Por outro lado, é referido em relação aos agentes de protecção civil que com eles colaboram, que a má ou boa relação não é institucional mas sim encarada em termos individuais:

«**Noémia Salgado Cunha.** “Em relação ao teatro de operações, quando vocês têm de lidar com outros agentes de protecção civil, quais são aqueles com quem se dão melhor, a trabalhar?”

Mário Paulo. “Acho que uma pessoa se dá bem com todos...”

Noémia Salgado Cunha. “A trabalhar...”

Mário Paulo. “Nesse aspecto não há rivalidades.”

Noémia Salgado Cunha. “Não estou a falar em rivalidades. Estou a falar em coordenação.”

Mário Paulo. “Uma pessoa já foi para algumas situações em que não houve nenhuma coordenação. Coordenação não houve, foi a descoordenação. Mas há outras em que até corre bem. Acho que há boa organização.”

Noémia Salgado Cunha. “Acha que a sua corporação se coordena bem com os voluntários daqui de Coimbra?”

Mário Paulo. “Não, é a tal rivalidade, já é antiga.”

Noémia Salgado Cunha. “Com os de Coimbra? E com os de Brafesmes?”

Mário Paulo. “Com os de Brasfemes, damo-nos melhor. (...) Estou aqui a falar...nota-se que há mais um bem a vontade do que com os voluntários de Brasfemes dos que com os de Coimbra. Os voluntários de Coimbra também estão aqui perto, há aquela rivalidade porque nós pertencemos à autarquia, a autarquia dá-nos melhor condições a nós do que a eles...”

Noémia Salgado Cunha. “Mas eles são voluntários e vocês são profissionais...”

Mário Paulo. “Pois, mas também há lá elementos que também são profissionais. Têm o nome de voluntários mas são assalariados da casa, indica que são profissionais. Não sei se me está a entende? Bem, a senhora está aqui a falar isso é porque já ouviu aí outras estórias, não?”

Noémia Salgado Cunha. “ (...) Mas isso não passa para o teatro de operações... aliás acha que essa rivalidade passa para o teatro?”

Mário Paulo. “Passa.”

Noémia Salgado Cunha. “Passa?” (...) Então e com os outros agentes? Tipo a PSP, GNR, INEM...”

Mário Paulo. “Damos. É assim, também uma pessoa, há certos elementos dos voluntários de Coimbra dá-se bem, corre bem. Agora há outros...”»

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha.** “Dão-se bem com eles?”

Pedro Quintão. “Sim damos.”

Noémia Salgado Cunha. “E trabalham bem com eles?”

Pedro Quintão. “Trabalhar bem em termos de... tipo em conjunto?”

Noémia Salgado Cunha. “No teatro de operações.”

Pedro Quintão. “Uma corporação de bombeiros voluntários é mais difícil de gerir em termos de formação. Funciona com pessoas voluntárias. Para mim a situação dos voluntários de Coimbra tem um problema é que (...) eles funcionam com pessoas com muita idade e que já não estão vocacionadas para receber formação, nem estão receptivas a essa situação.”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “No teatro de operações como é que vocês de relacionam com outros agentes de protecção civil? Por exemplo com os voluntários.”

Carlos Salgado. “Neste momento é boa. “

Noémia Salgado Cunha. “Há diferenças nas relações que se estabelecem com os de Brafesmes e com os de Coimbra?”

Carlos Salgado. “Há sempre diferenças mas são boas. Mas neste momento as relações não são más, acho que são boas.”

Noémia Salgado Cunha. “Trabalham bem em conjunto?”

Carlos Salgado. “Sim, sim.”

Noémia Salgado Cunha. “E com os outros agentes? A PSP, a GNR...”

Carlos Salgado. “Sim, sim. É evidente que noutros tempos houveram sempre essas rivalidades, mas acho que essa rivalidade vai sempre existir e acho que vai ser sempre muito é saudável, saudável.”

Noémia Salgado Cunha. “Rivalidade que não passa para o terreno...”

Carlos Salgado. “Sim, sim. Não passa..., às vezes acontece mais com os voluntários de Coimbra, em há situações mesquinhas que informaram 1 ou 2 minutos mais tarde porque existe aqui em Coimbra o seguinte protocolo as chamadas normalmente se vierem para nós temos o dever de informar os voluntários de Coimbra, o CDOS, a PSP e assim sucessivamente e as chamadas que vierem para eles neste momento tem a mesma a obrigação de fazer.”

Noémia Salgado Cunha. “Trabalham melhor com os de Brásfemes do que com os de Coimbra...”

Carlos Salgado. “Sim...”

Noémia Salgado Cunha. “Por causa das rivalidades...”

Carlos Salgado. “Sim (...)”

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Em relação aos outros agentes de protecção civil no teatro de operações, como é que acha que a sua corporação se relaciona com eles? Por exemplo, os voluntários: trabalha bem com eles no teatro de operações?”

António Casca. “ (...) Nós enquanto profissionais comandamos num local, e a atitude do nosso chefe no local faz desaparecer qualquer tipo de atrito que haja, porque essas pessoas no teatro de operações respeitam o nosso chefe. (...)”

Noémia Salgado Cunha. “Em relação aos outros agentes, como a GNR, a PSP...”

António Casca. “Também não tenho felizmente nada que dizer. Trabalhamos com a Policia Municipal, PSP, GNR mediante o sítio. Eles têm áreas de intervenção diferentes...”

Noémia Salgado Cunha. “Em relação ao CDOS...”

António Casca. “Neste momento – até está a haver uma tentativa, e já houve várias tentativas no sentido de aproximar – até temos pessoas para irem fazer, através de um calendário, operadores de central ao próprio CDOS. A curto ou médio prazo, as relações têm vindo a ser cada vez mais próximas.”»

Entrevista nº 4

Quando abordados especificamente acerca dos **bombeiros voluntários**, estes cinco entrevistados consideram que os voluntários quando são detentores de formação constituem uma mais-valia que poderia ser reforçada com a sua profissionalização. Nota-se, por sua vez, a presença das categorias **rivalidade, formação e espírito crítico**, como vemos. De acordo com Strauss e Corbin (1990: 81) “A análise de uma palavra, frase ou parágrafo no exercício é especialmente valioso porque pode ensinar, como fazer perguntas sobre possíveis significados, assumidos ou destinados, por um falante bem como outros significados em torno dele”. Por outro lado, percebe-se duas formas de conceber a profissionalização dos voluntários. Embora para todos os entrevistados a profissionalização dos voluntários passaria por deterem maior índice de formação, pressente-se a presença de duas linhas discursivas distintas: uma que pondera a existência apenas de bombeiros profissionais, com a transferência dos voluntários para este grupo e outra preconizada pelo entrevistado Pedro Quintão (onde a categoria rivalidade também se apresenta, embora de um modo latente), que considera uma profissionalização dos voluntários através do estabelecimento de um índice de formação, em que o voluntário que atingisse um determinado nível de formação (elevado) se tornaria profissionalizado e não profissional através do acesso à carreira de

bombeiro profissional. Portanto, uma profissionalização fora do contexto profissional. Estamos deste modo, na presença de duas vertentes da categoria profissionalização.

Numa outra perspectiva, embora pudesse ser benéfico uma corporação mista, no contexto da prestação de cuidado e socorro, os discursos tendem para uma não inserção dos voluntários no corpo de bombeiros, na medida em que poderia gerar conflitos o facto de não usufruírem de uma remuneração pecuniária à semelhança dos profissionais:

«Noémia Salgado Cunha. “ (...) Voltemos a falar dos voluntários. Acha que...”

Mário Paulo. “Posso interromper? Eu acho que aqui deveria ser...nós precisamos dos voluntários.

Noémia Salgado Cunha. Para quê?”

Mário Paulo. “Para situações de grande dimensão às vezes toda a ajuda é pouca e há voluntários com muita formação e que nos podem ser bastante úteis. Eu acho que o esquema que está montado no nosso país não é o mais adequado (...)”

Noémia Salgado Cunha. “No mesmo quartel...”

Mário Paulo. “É o que existe lá fora. Enquanto que aqui, aqui é o corpo de bombeiros profissionais, só os profissionais e ali há voluntários. Pode haver aquela rivalidade. (...)”

Noémia Salgado Cunha. Então acha que a sua corporação beneficiava se tivesse voluntários cá dentro?

Mário Paulo. “Acho que sim. Mas é assim, se a Dr.^a falar aí com certos colegas, isso aí dizem logo: “é pá, isso não” (...) Meter aqui bombeiros voluntários e se calhar havia aí situação, havia uma saída, iam bombeiros voluntários e profissionais, estava a casa arder, o chefe olha: “Vai tu, tu” e um deles: “ai eu sou bombeiro voluntário, eu não vou, ele que vá que é profissional, é pago para isso”, está ver?”

Noémia Salgado Cunha. “Pois, devem haver muitos que não gostam...”

Mário Paulo. “Os mais antigos não gostam. Se eu fosse a falar disso diziam que eu sou maluco, sou atrasado.”

Noémia Salgado Cunha. “Acha que eles deveria continuar a ser voluntário ou acha que deveriam profissionalizar-se?”

Mário Paulo. “Eu acho que deveriam se profissionalizar. Eu sou a favor de haver profissionalismo. Mas uma pessoa sabe que nesta área, às vezes há

situações em que toda a ajuda é pouca. Daí haver... uma pessoa sabe que é quase impossível haver ...as nossas entidades, tipo as autarquias ou o governo de arranjar maneira de haver a nível nacional bombeiros profissionais e acabar com os voluntários. Mas também já houve estudos que disseram, que indicaram que se os bombeiros voluntários fossem todos profissionalizados, ficava mais barato do que este sistema que existe.

Noémia Salgado Cunha. “Mas acha que os voluntários no teatro de operações são mais dedicados, mais voluntarista...”

Mário Paulo. “É conforme. Já vivi situações que acho que não. Uma pessoa não pode estar a dizer que são todos iguais, porque há elementos que se for preciso se destacam pela positiva (...) Uma pessoa também tem de compreender, a maior parte deles tem as suas profissões.”»

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha.** “Como é que acha que eles actuam no teatro de operações... são uma mais-valia?”

Pedro Quintão. “São uma mais-valia.”

Noémia Salgado Cunha. “Em quê?”

Pedro Quintão. “Em quê? Dada a situação do problema de formação podiam ser uma mais valia no apoio. Numa primeira intervenção podem ser uma mais valia se forem elementos com formação. Se forem elementos com pouca formação ou que façam uma intervenção mal feita não são de certeza uma mais valia. Mas isso seja eles ou qualquer outra instituição. Mas considero uma mais-valia. No balanço total uma mais-valia, sim.”

Noémia Salgado Cunha. “Nessa perspectiva, acha que eles não deveriam profissionalizar-se...”

Pedro Quintão. “Não. Acho que deveriam profissionalizar-se mas os critérios da profissionalização é que deveriam ser exigentes. (...) Para mim, o profissionalizar não deveria exigir na situação do voluntariado, tanto como se exige nos sapadores. Mas exigir pelo menos uma formação, quem tivesse formação e quem conseguisse atingir aquele nível de formação era profissionalizado, quem não conseguisse atingir ficaria como voluntário unicamente e serviria de apoio.”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “Como é que encararia os voluntários no interior da sua corporação?”

António Casca. “Como... em corpos mistos?”

Noémia Salgado Cunha. “Sim. Acha que seria uma mais-valia os voluntários na corporação de bombeiros sapadores?”

António Casca. “... Mas não no mesmo edifício. Concordo com eles no nosso dia-a-dia, no que toca a instrução, no que toca... lá está, à atribuição de funções. (...) Agora, os bombeiros voluntários virem à nossa companhia, realizarem acções de simulação, estabelecer planos de acção para o terreno (...) acho que seria o mais perfeito e estava completamente aberto a essa situação.”

Noémia Salgado Cunha. “Então posso pensar que concorda com a profissionalização deles...”

António Casca. “Ah, isso completamente. Isso nem sequer é de olhar para trás. (...) "Não morre do mal, morre da cura" – e estão meia hora, quarenta minutos, uma hora à espera porque na corporação de bombeiros voluntários só está um telefonista! Infelizmente isto acontece e não é raro. Isso aconteceu em Alijó, não é exemplo para ninguém (...) ... custa-me a acreditar que andem ali alguém por amor a camisola, correr o risco da própria vida...faz-me um bocado de espécie que isso possa acontecer se calhar há... há de facto ali pessoas que andam ali de facto... mas também andam ali muita gente que ...(...)”»

Entrevista nº 4

«**Noémia Salgado Cunha.** “Olhe falando nos bombeiros voluntários, acha que eles são uma mais valia no teatro de operações?”

Joaquim Furtado. “Sim. Dada a estrutura que os bombeiros assentam em Portugal, nem faria sentido eu estar a dizer o contrário, porque... (...) hoje nós sabemos bem que hoje as pessoas tem muito mais formação, muitas das associações tem já tem os seus próprios vínculos, e tem funcionários, há associações com funcionários onde o trabalho deles passa já só quase exclusivamente pela associação de bombeiros, e depois há aqueles que são ainda recrutados na altura do sinistro ao toque da sirene eles vão vindo... conforme a disponibilidade que tem ou que lhes é permitida...”

Noémia Salgado Cunha. “Se os bombeiros voluntários fossem integrados numa corporação de bombeiros profissionais, nesta por exemplo acha que a corporação melhorava?”

Joaquim Furtado. “Isso só ver para querer. Mas a minha a opinião... não sei pá... eu penso que não ...se calhar posso estar a cometer um erro mas misturar as coisas eu penso que não seria muito saudável pelo simples facto (...) E sei o que hei-de fazer sei o posso fazer, sei onde até posso ir e sei onde até não posso ir. Os voluntários não trabalham muito assim. Eles não tem o estatuto como o meu, eu sou bombeiro profissional é isto que me mandam fazer, pagam-me para isto, é isto que tenho de fazer. ...”

Noémia Salgado Cunha. “Então posso dizer que concorda com a profissionalização dos bombeiros voluntários?”

Joaquim Furtado. “Sim. Concordo, isso é inquestionável. Eu sou apologista da profissionalização, porque nós sabemos e principalmente quem anda no terreno sabe que hoje em dia a profissão de bombeiro é uma profissão onde se tem de ter, onde... (...) temos um ... cada vez mais coisas para aprender, onde a formação tem de ser permanente.”»

Entrevista nº 5

Para os bombeiros entrevistados o **sistema de nomeação de comando**, não é o mais correcto. Interpretando os discursos, verifica-se uma perspectiva maioritária¹⁶⁷ que considera que o comandante deveria ser um oriundo da carreira de bombeiro, com formação para tal:

«**Noémia Salgado Cunha.** “E em relação ao comando... conhece o sistema de nomeação de comando?”

Mário Paulo. “Sim. Mas comando quê, do teatro de operações?”

Noémia Salgado Cunha. “Não. Estamos noutro plano... para chefiar a corporação...”

Mário Paulo. “O nosso comando tem sido sempre... só uma excepção há uns anos atrás, tem sido sempre militar. Acho que não. Não concordo com isso.”

Noémia Salgado Cunha. “Não porquê?”

¹⁶⁷ Ver Capítulo V: Análise empírica à investigação, pág. 65.

Mário Paulo. “Acho que deveria ser... o nosso comandante deveria fazer carreira de bombeiro.”

Noémia Salgado Cunha. “Porque é que diz isso?”

Mário Paulo. “Porque um oficial do exército, das forças armadas devia haver situações em que o comandante era oficial exército ou das forças armadas... não sei, mas a maior parte é do exército. Vem para cá cumprir mandato, estão aqui uns anos e depois vão embora. E se calhar, alguns não tem preparação, formação adequada para esta área, e aí às vezes quem fica a perder é o corpo de bombeiros.”»

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha.** “E em relação a nomeação de comandante?”

Pedro Quintão. “Há pessoas que defendem que a nomeação, nomeação não... que o comandante devia ser um bombeiro de carreira.”

Noémia Salgado Cunha. “O que é que acha?”

Pedro Quintão. “Acho que não tem de ser, não vejo necessidade disso.”

Noémia Salgado Cunha. “A maioria diz que tem de ser, deveria ser...”

Pedro Quintão. “Não vejo necessidade disso. Não digo que não fosse benéfico, mas... poderia trazer vantagens por um lado e poderia trazer desvantagens por outro. Uma pessoa passe aqui 25, 27 anos da sua vida, se for a fazer progressão normal de carreira quando chega, dada a situação de abertura de concurso por parte da câmara, normalmente quando se chega aos postos de chefe já se chega com muito anos de serviço. Muitos anos que implica muito à vontade com muita gente. (...) Já não consegue impor respeito as pessoas que trabalharam com ele por exemplo durante 15 anos. (...)”

Noémia Salgado Cunha. “Concorda? Não acha que deveria ser um bombeiro?”

Pedro Quintão. “Para ser um bombeiro devia ser mais exigido... do que... a ser um bombeiro seria da classe de chefias, então deveria ser muito mais exigido a classe de chefias do que é.”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “E em relação ao novo sistema de nomeação de comando? O que é que acha? Concorda com essa forma de nomear o comando?”

Carlos Salgado. “Do comando, do comandante... é assim... eu sei lá, eu concordo, eu concordo mas também discordo. É assim, concordo, como está neste momento concordo. Agora é assim, se existe mesmo uma escola de bombeiros de carreira onde a gente fosse fazer a formação e fossemos promovidos através daquela escola e o comandante fosse um bombeiro de carreira, mas aí só se fosse mesmo numa escola”.

Noémia Salgado Cunha. “Era preferível...”

Carlos Salgado. “Era preferível que fosse um comando com bombeiro de carreira.”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Em relação à forma como o comando é nomeado, concorda com isso? Como é que vê isso?”

António Casca. “Está-se a referir ao nosso comandante, da companhia? Nós há muito que reclamamos um comandante de carreira. Aí, lá vem a escolaridade atrás. Temos de ter pessoas com formação, preferencialmente académica. Neste momento, temos o topo máximo da nossa hierarquia, que é chefe principal, mas não contempla comandante. Então esses comandantes têm sido requisitados do exército.”»

Entrevista nº 4

«**Noémia Salgado Cunha.** “Por estar a falar em posto máximo, concorda com a forma como o comandante é nomeado?”

Joaquim Furtado. “Concordar...é assim, eu concordar não concordo. Porque penso que nós, a nossa estrutura não devia ter ou o comandante não devia ser nomeado da forma que é. Agora, também compreendo que na estrutura dos bombeiros neste momento e estou a falar nos bombeiros profissionais se calhar existem ou vou dar o benefício da dúvida, existem poucas pessoas que fossem capazes de comandar uma casa destas. Agora, é evidente que se fossem criadas e agora fala-se muito da escola de bombeiros onde as pessoas recebessem formação qualificada (...) Se houvessem pessoas formadas directamente para esta função eu aí diria, agora eu concordar que o comandante seja um militar eu não concordo mas...”»

Entrevista nº 5

Para estes entrevistados, o seu **relacionamento com o comando é boa**. Quanto à qualidade mais importante para se ser um bom superior é a **liderança** a mais considerada. Com efeito, dos discursos emitidos evidencia-se a preferência por uma liderança, por parte do comandante, menos paternalista e mais autoritária. Observa-se também um quadro de representações onde a comparação entre a postura do actual comandante, mais paternalista, com a do anterior comandante, autoritária, estão bastante presentes:

«**Noémia Salgado Cunha**. “Mas dá-se bem com o comando? Como é que se relaciona...”

Mário Paulo. “Eu dou-me bem. Eu dou-me bem aqui com toda a gente (...)”

Noémia Salgado Cunha. Sim. A mais importante. A qualidade mais importante que um comandante deveria ter.”

Mário Paulo. “Ser...pode ser várias coisas...”

Noémia Salgado Cunha. “Uma só. Diga uma só.”

Mário Paulo. “Como comandante agora... era dizer um adjectivo... não sei... podia dizer vários. Acho que o homem... o nosso comandante faz... o objectivo dele deveria ser dar o melhor para a casa (...)”

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha**. “Como é que se relaciona com o seu comando?”

Pedro Quintão. “Bem.”

Noémia Salgado Cunha. “Quais são as qualidades que um comandante deveria ter? A mais importante?”

Pedro Quintão. “A mais importante é difícil dizer uma qualidade que seja a mais importante. Isto é assim, como eu já disse apanhei dois comandantes e eram os dois militares e um era mais militar do que outro (...) com o outro comandante ninguém ia lhe bater a porta, falar o que quer que fosse, toda a gente tinha medo de lá ir bater a porta. O actual tem um papel na porta a dizer pense bem antes de bater porque toda a gente lhe vai bater...”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha**. “Como é que se relaciona com este comando?”

Carlos Salgado. “Eu bem. Embora muita gente o conteste e é assim relacionar e estando... é assim se está a fazer um bom trabalho ou não? Eu só tenho ao dizer que não, não penso que está a fazer um bom trabalho.”

Noémia Salgado Cunha. “Mas o que é um superior seu deve ter em termos de qualidade?”

Carlos Salgado. “Olhe muitas vezes aqui... deve haver uma hierarquia (...)”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Como é que é esse relacionamento?”

António Casca. “Impecavelmente bem, porque temos um comandante excelente em relações humanas. É um comandante aberto. A pessoa mais nova do serviço chega à porta, bate, "Sr. Comandante, dá licença? Olhe, tenho este problema para resolver...", e é uma pessoa bastante aberta.”

Noémia Salgado Cunha. “Qual é que acha que deveria ser a melhor qualidade de comandante?”

António Casca. “Um bom gestor, pelos interesses dos homens que tem. Porque o resto, o trabalho, são os chefes e as equipas que têm que realizar no terreno.”»

Entrevista nº 4

Em relação aos **colegas** os entrevistados asseguram que têm boas relações, salientam como qualidades dos colegas a competência e honestidade:

«**Noémia Salgado Cunha.** “E dos colegas? Qual é a qualidade mais importante que acha que um colega deve ter?”

Mário Paulo. “Ser honesto em certas situações.”

Noémia Salgado Cunha. “Honesto no convívio ou no...”

Mário Paulo. “Em tudo.”

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha.** “E com os seus colegas?”

Pedro Quintão. “Bem.”

Noémia Salgado Cunha. “Bem?”

Pedro Quintão. “Sim, não tenho qualquer problema.”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “A melhor qualidade de um bom colega?”

Carlos Salgado. “A qualidade? (...) E a nível profissional estar sempre bem preparado.”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “E a qualidade de um bom colega, para si?”

António Casca. “Um bom colega para mim é... poder dar a opinião, poder aceitar, ouvir, e quando trabalhamos em equipa, saber cumprir as nossas missões, que acho que é das coisas que fazemos melhor. Aí é que eu acho que a pirâmide é muito larga, e na pirâmide pequenina do nosso trabalho funciona muito bem. (...) Um bom colega é aquele que dentro da missão que lhe é confiada, eu dou-lhe uma missão e digo "Olha, tens esta missão, por favor cumpre aquilo que está", ele só tem que conhecer qual é a missão e desempenhá-la da melhor forma. (...)”»

Entrevista nº 4

Relativamente aos **incêndios florestais**, no ano de 2007, observa-se no que diz respeito à utilização dos meios aéreos, que estes, quando utilizados na primeira intervenção têm uma eficácia considerável, embora não se possa fazer uma avaliação correcta, na medida em que a situação climática com chuva predominante no mês mais propício à ocorrência de incêndios (Agosto), tenha contribuído para o baixo número de incêndios no concelho. Por outro lado, sobre se os casos menos bem sucedidos no combate aos incêndios se devia à falta de coordenação, os entrevistados revelam que ao nível local a coordenação é melhor do que ao nível distrital ou nacional (quando o comando operacional sobe hierarquicamente). Salientando-se a categoria **preparação aos riscos**, com a referência, à necessidade, de um treinamento conjunto entre as forças que operam no teatro de operações:

«**Noémia Salgado Cunha.** “Em relação ao ano de 2007 acha que aumentou a eficácia no combate aos incêndios florestais?”

Carlos Salgado. “2007?”

Noémia Salgado Cunha. “Sim.”

Carlos Salgado. “Acho que sim, eu penso que sim, mesmo este ano. É assim eu não falo isto porque tenha ardidado menos porque isso é muito complicado. Mas pelo que eu me apercebi e continua a acontecer este ano as forças que devem actuar, actuam muito mais cedo, ou seja, actuam mais à nascença que o caso dos meios aéreos e mesmo as viaturas da GNR, os GIP's são meios que estão a actuar e são meios que estão actuar logo à nascença e nos anos anteriores isso não acontecia, muitas vezes os meios aéreos só começam a actuar quando o incêndio já estava bem avançado e hoje em dia parece que não. É muito importante os meios aéreos começaram logo actuar.”

Noémia Salgado Cunha. “Nos casos em que em que não foram tão bem sucedidos acha que isso se deveu à falta de coordenação entre os comandos?”

Carlos Salgado. “É assim, às vezes não é fácil comandar. Para quem está a comandar muitas vezes acontece que um grande incêndio aparece 1 ou 2 vezes num ano e estar-se preparado para comandar 200 ou 300 homens nem sempre é muito fácil e muitas das vezes as pessoas também complicam. Porque como montar um comando operacional no teatro de operações e depois distribuir os meios... só que muitas vezes no comando operacional tem de se estar alterar muitas vezes as posições com a evolução do incêndio Não é só do comandante operacional que além de já estará lidar com a situação do incêndio as vezes tem de lidar com má formação de (...)”»

Entrevista nº3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Aproveitando o facto de estarmos a falar em incêndios, em função do ano 2007 passado, acha que o facto de existirem e serem disponibilizados mais meios aéreos ajudou à eficácia do combate aos incêndios?”

António Casca. “Os meios aéreos que estão neste momento a actuar na 1ª intervenção, eu sou apologista. Nós temos um aqui sedado no aeródromo, temos valido pela positiva na 1ª intervenção. (...)”

Noémia Salgado Cunha. ”Nos casos menos bem sucedidos em relação a incêndios florestais, acha que isso se deveu à falta de coordenação entre os comandos?”

António Casca. “(...) Na minha opinião, os bombeiros já tiveram anos mais do que suficientes para mostrar o que valiam e para montar uma estrutura devidamente organizada. E isto só se consegue se as pessoas tiverem formação (...) Porque hoje as pessoas, a protecção civil, consideram que há incêndios durante quase todo o ano, porque passamos períodos de seca, períodos que facilitam... Os nossos colegas faleceram a 28 de Fevereiro, estavam 7 graus de temperatura. Isto significa alguma coisa, já não podemos dizer que existem épocas de incêndios... A minha opinião pessoal é que neste momento meteram mais uma força ao barulho, que é a equipa da GNR. (...) Eu acho que funciona tudo muito bem ao nível da 1ª intervenção até um determinado número de viaturas. Estamos a falar e não querendo estar a puxar o rabo à sardinha, como se costuma dizer a CBS, enquanto responsável pela actuação no terreno, o mais velho a arrancar daqui para o incêndio florestal é, no momento e até novas ordens, o comandante operacional no local. (...) Ele é o responsável, consegue coordenar. Depois, quando começa a complicar e a termos de subir na hierarquia, acho que a falta de coordenação se deve ao facto de as forças não se interligarem no resto do ano. Então depois vêm os comandantes distritais, e por aí abaixo, os comandantes doutras corporações, tentar colaborar, mas como não têm a ligação que deviam durante o resto do ano, acabam por ter ali umas guerras que eu ainda não percebi muito bem, sobre quem é que deve ficar ali a coordenar. Isto é quando se sobe na hierarquia, agora quando funciona ao nível local, as coisas felizmente têm sido resolvidas, mas é quando as coisas se complicam que eu acho que ainda há um bocadinho falta de coordenação. Nós não temos um comando único. (...) Ao nível de operação também se tem feito um bom trabalho, complica um bocadinho mais é quando subimos na pirâmide, não é?”»

Entrevista nº 4

«**Noémia Salgado Cunha.** “Em relação aos incêndios do ano passado de 2007, acha que os meios aéreos tiveram influência?”

Joaquim Furtado. “É assim...no ano passado...”

Noémia Salgado Cunha. “Na eficácia do combate dos meios aéreos...”

Joaquim Furtado. “O ano passado foi o ano onde ardeu uma área muito reduzida...como nós costumamos dizer “S. Pedro ajudou um pouco...”. Para mim é assim com a minha experiência...o tempo ajudou bastante, tivemos uns meses não... (...) É evidente que no ano passado foi um ano que correu bem relativamente para nós bombeiro, porque o Agosto foi muito chuvoso...foi um ano em que já se falava dos tais grupos de intervenção rápida, dos meios aéreos e “não sei quê”...eu ainda não vi de facto, ainda não consegui ter uma opinião sobre isso que me tem perguntado. (...) eu penso que é uma mais valia, porque os incêndios antes de serem grandes são todos pequenos. E quanto mais rápido forem atacados, mais probabilidades há de ter sucesso...é mesmo assim, não é. (...) Os meios aéreos certamente são uma mais valia...noto que de facto há mais rapidez. (...)”

Noémia Salgado Cunha. “Diga-me uma coisa, nos casos em que o combate aos incêndios em 2007 não foi tão bem sucedido, acha que esse facto deveu-se à ausência de meios aéreos, à falta de coordenação entre comandos...isso também pode acontecer, quer queiramos quer não, temos que aceitar essa realidade... O que é que acha que aconteceu?”

Joaquim Furtado. “Eu não tenho dados para poder estar a dizer que foi disto ou daquilo...agora é evidente onde eu penso que poderá também haver uma diferença, de facto se há locais que estarão onde os meios aéreos têm um tempo maior de chegada até à intervenção, certamente terão menos eficácia do que aqui...estamos em Cernache...estamos ali na Lousã onde facilmente...mas também tem a ver um pouco com os incêndios com o tempo de resposta ou com a capacidade de resposta que se dá. (...) Quanto maior for a distância a percorrer ao incêndio maior dimensão ele toma e mais se torna o seu controle... agora aqui, quer dizer... depois também temos os meios aéreos...é uma questão de distribuição de meios, penso que poderá dizer um pouco do sucesso ou não...ou menos eficácia. Penso que poderá estar nesse factor no tempo da resposta dada desde que o alarme é accionado. A coordenação, penso que felizmente temos vindo a ganhar um pouco com isso. Penso que neste momento a formação já se olha para uma situação dessas...um comando operacional ou um responsável máximo no local de sinistro. Penso que as pessoas hoje já vêm mais formação, têm também uma mentalidade um pouco diferente. Mas havia às vezes o mesmo

sinistro, havia 5 pessoas a comandar, havia 5 pessoas a dar ordens, havia ali um atropelo...”»

Entrevista nº 5

Quanto à **preparação da população** do concelho de Coimbra, a população está mal preparada, apesar do acréscimo de informação sobre prevenção para enfrentar catástrofes que possam ocorrer. Contudo, os incêndios florestais ocorridos em 2005, permitiram verificar que a população é colaborante, embora se revele nos discursos que num passado mais longínquo as populações eram mais:

«**Noémia Salgado Cunha.** “ (...) E em relação à população do concelho de Coimbra? Como é que acha que a população está preparada para enfrentar catástrofes...”

Carlos Salgado. “Não sei sinceramente, preparada, preparada não acredito que esteja preparada. Não é fácil. Ainda em 2005, isto ardeu tudo à volta e ... mesmo assim eu acredito que eles fizeram um grande trabalho, porque as casas que não arderam deve-se a eles. (...) Porque não foi só os bombeiros, foi também a eles. Os bombeiros é que também... há muitos incêndios... e parece que para certas pessoas...parece um espectáculo. Antigamente as pessoas ajudavam e hoje em dia só quase que só ajudam quando está a chegar à quinta deles.”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “E em relação À população aqui do concelho, sente que esta comunidade está... como é que esta comunidade está preparada para enfrentar as catástrofes? Sente que estão bem preparados, mal preparados...”

Joaquim Furtado. “Mal. Eu, na minha opinião, é que estão mal. Embora hoje a informação seja ao minuto e seja muita, mas pessoas... nós continuamos a acreditar na Rainha Santa e pensamos que só acontece aos outros e se assim não fosse se as pessoas estivessem preparadas eu não estaria aqui. (...)”»

Entrevista nº 5

O espírito de aventura, a procura de emprego, a influência de conhecidos ou familiares bombeiros ou o gosto em ser bombeiro, foram as principais **motivações para os entrevistados ingressarem na carreira:**

«**Noémia Salgado Cunha.** “Qual foi o motivo principal para ingressar nos bombeiros?”

Mário Paulo. “Gostar disto.”

Noémia Salgado Cunha. “Gostar?”

Mário Paulo. “Eu como sou uma pessoa muito activa gostava de ter uma profissão onde houve assim... que não fosse monótona que houve... (...) Atenção, eu quando entrei não sabia quais eram as condições, sabia que eram funcionários públicos, mas não sabia quanto é que ganhava, quais eram as condições, qual era o horário, eu soube isso depois de ter entrado.”»

Entrevista nº 1

«**Noémia Salgado Cunha.** “Qual o motivo principalmente para ingressar nos bombeiros?”

Pedro Quintão. “O motivo principal para ingressar aqui nos sapadores é porque já tinha conhecimento da realidade e se eu gostava de fazer aquilo como voluntário também gostaria de fazer aquilo profissionalmente e podia fazer dessa actividade a minha vida. Já era um gosto pela actividade.”»

Entrevista nº 2

«**Noémia Salgado Cunha.** “Qual o motivo principalmente para ingressar nos bombeiros?”

Carlos Salgado. “Sinceramente, na altura surgiu essa oportunidade, foi quando sai da tropa e depois concorri... também gostava dos bombeiros, é evidente que gostava. Na altura na terra havia dois bombeiros, lembro-me que havia dois bombeiros... já não existe nenhum. Não houve nenhuma razão... mas gostava dos bombeiros...”»

Entrevista nº 3

«**Noémia Salgado Cunha.** “Qual foi o motivo principal para ingressar nos bombeiros?”

António Casca. “Eu... como vê, tenho uma descendência. E por inerência eu de menino, o meu pai também participava nas manobras, e os treinos são feitos na folga. (...) Não fui influenciado, porque o meu pai disse-me "Olha, estão abertos os concursos. Eu por mim prefiro que continues a estudar até ao 12º ano, até à Universidade, até onde quiseres. Mas tu é que decides", e eu não olhei para trás, e estou muito contente por ter tomado essa decisão na altura certa.”»

Entrevista nº 4

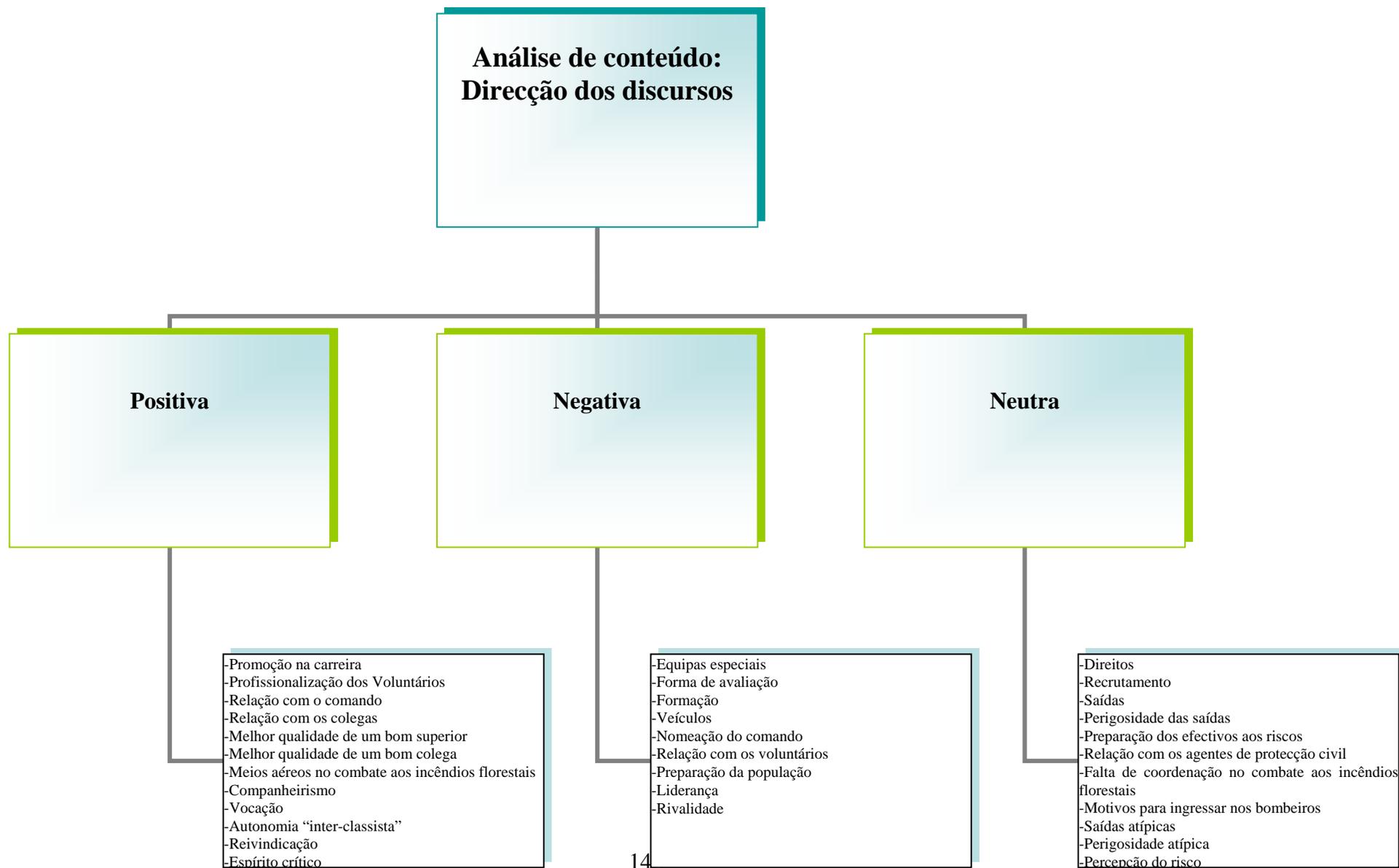
«**Noémia Salgado Cunha.** “Qual foi o motivo principal para ingressar nos bombeiros?”

Joaquim Furtado. “O motivo principal, é assim eu tinha vindo da tropa, estava a trabalhar na altura nos correios, era carteiro dos CTT, eu sou de uma zona onde já havia bastante até bombeiros na companhia, tínhamos bastantes bombeiros aqui e tal, mas nunca me passou pela cabeça ser bombeiro, eu vim para aqui porque na altura um primo meu que até está aqui “é pá vamos concorrer aos bombeiros” e eu “olha pronto” (...) Penso que gosto disto e tirando tudo o resto penso que nasci para ser bombeiro como dizia o outro.”»

Entrevista nº 5

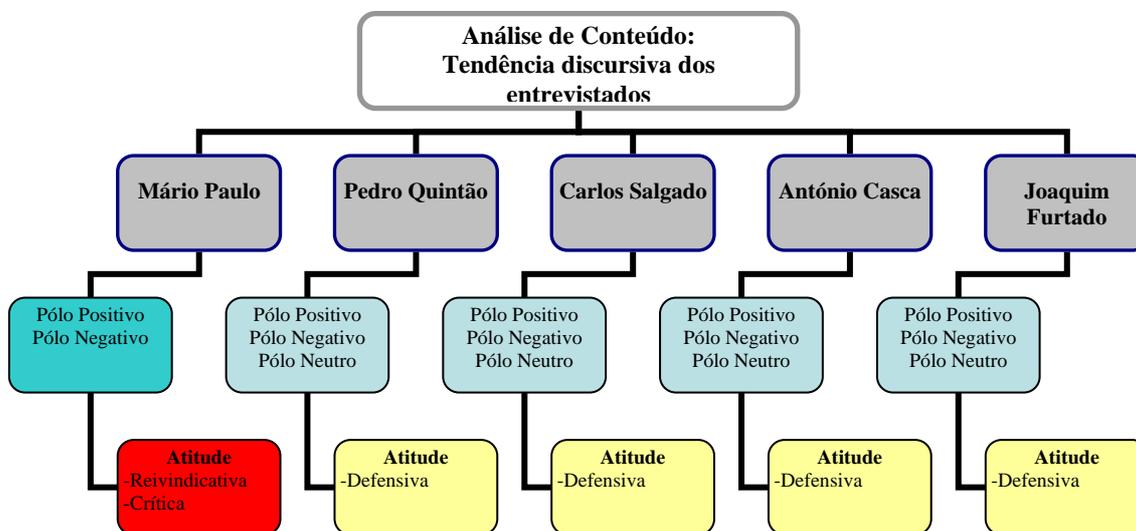
De acordo com Mendes (2003:4) referindo-se a Burawoy, através da estruturação, pode-se identificar, nos discursos, as forças extra-locais que moldam os acontecimentos e as situações. Assim, da trajetória discursiva de cada entrevistado, ficaram patentes dois tipos: um, em que o entrevistado apresentou uma maior transparência da realidade abordada, nomeadamente Mário Paulo e outro, mais opaco, apresentado pelos restantes. No entanto, como indicam Demazière e Dubar (1997:211), a abordagem comparativa de entrevistas, não poderá ter êxito se elas tiverem uma matriz comum. No entanto, não existe um simples critério de selecção, à priori, de entrevistas, após a comparação sistémica elas podem ter um padrão comum. Por outra via, não são as entrevistas, em bruto, que são comparadas entre si, mas os seus esquemas específicos, que formalizam as categorias, internalizadas pelos sujeitos (Demazière e Dubar, 1997:211).

Em síntese, apresentamos o organigrama que mapeia as várias categorias nos pólos directivos: positivo, negativo e neutro, como forma de estruturação da análise, na medida em que de acordo com Demazière e Dubar (1997:178), ao se referirem à análise por eles encetada: "Esta estrutura está organizada em torno das categorias que temos gradualmente extraídos e analisados, ou seja, traduzidas em significados (...) estas categorias são logicamente ligadas entre si por conjunções e disjunções e outras contrapartidas. Elas declinam, coordenam e organizam um universo de crenças, depois de ter descoberto todas as ramificações.". Deste modo, este mapeamento, foi realizado de acordo com a maior frequência dos pólos evidenciada pelos discursos. Vejamos abaixo o organigrama.



Organograma nº1: Análise de conteúdo: direcção dos discursos

Vejamos em particular a tendência dos discursos dos entrevistados, relativamente ao organigrama acima:



Organigrama n.º2: Análise de conteúdo: tendência discursiva dos entrevistados

Com efeito, já foi salientado que existe uma certa discrepância entre a lógica narrativa do efectivo Mário Paulo e dos restantes (apesar da abordagem à comparação de entrevista acima mencionada), com a identificação latente de categorias estruturantes, que no seu discurso, constitui a diferença: a de reivindicação e a de espírito crítico. A sua trajectória discursiva, é também marcada indelevelmente, por uma frontalidade perante todas as categorias, reveladora de uma direcção discursiva que se pauta sobretudo, entre o pólo positivo e negativo. No tocante, aos seus pares, a posição discursiva, norteia-se especialmente, entre todos os pólos, não de um modo contundente como em Mário Paulo, na medida em que se presente, uma certa atitude defensiva nas suas narrativas.

Por outro lado, podemos considerar que estamos perante, um quadro identitário, que na sua generalidade confirma, numa função de complementaridade, a análise empírica da investigação, no que toca principalmente, aos bombeiros sapadores.

No entanto, denota-se uma ancoragem positiva em aspectos com potencial para gerar o conflito, ou seja, se por um lado, temos categorias como a profissionalização dos voluntários e a relação com o comando, assentes numa direcção positiva, por outro

temos a rivalidade, relação com os voluntários, nomeação do comando e liderança, assentes no pólo negativo.

Este quadro, de cariz socioprofissional, parece-me tendente a alterações, com a transferência, especialmente, das categorias, do pólo negativo para o positivo, dadas as emergentes categorias: reivindicação e espírito crítico, apesar de salientes apenas em um dos efectivos. O suporte de uma associação sindical, como a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, cuja taxa de inscrições nas duas corporações é de sobremaneira alta, poderá servir de reforço a esta mudança, caso não se confirme a premissa de Estanque (2006:14), quando refere que a institucionalização da concertação social e a participação sindical nos processos de negociação favoreceram o neocorporativismo, permitindo que a força do aparelho se torne tanto maior, quanto menor, a dos associados¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Ver Capítulo V: Análise empírica à investigação, pág. 65.

Conclusão

O risco foi sofrendo uma socialização ao longo das várias sociedades. Se nas antigas, os riscos eram distintos dos actuais e encarados com contornos religiosos e ou místicos, nas sociedades modernas é visto como o resultado do desenvolvimento social, tecnológico e científico. No entanto, o denominador comum é a existência do mesmo e a necessidade sentida pelas populações de o minorizar e gerir. Esta era e é a única segurança. Porém, nas sociedades actuais com a portuguesa, o risco, assume também um espaço de inovação e desenvolvimento das sociedades. O risco não é de todo algo negativo.

Conclui-se também, que nestas novas sociedades do risco, as várias ciências em conjugação com os vários sistemas que compreendem a protecção civil, tendem a estabelecer parcerias transdisciplinares de modo a concretizar a prevenção, a gestão e o atenuar das situações de risco de um modo mais eficaz. No entanto, cada sociedade adopta critérios distintos de aceitabilidade do risco. O que é considerado risco para determinado país pode não ser para outro, na medida em que poderão ter distintas perspectivas científicas e organizacionais, experiências locais, condições sociais, culturais, geográficas ou mesmo políticas.

O mesmo se passa a nível individual, pois a percepção do risco não é unidimensional. Cada indivíduo pode percepcioná-lo de um modo diferente de outro, de acordo com as suas experiências face ao mesmo, dos seus valores e crenças ou mesmo do grupo social a que pertence. Assim, cada entidade com competências na área da comunicação do risco deverá ter em conta este factor, e tornar os processos de comunicação multidimensionais, apesar destes serem complexos.

Contudo, passou a existir uma maior consciencialização dos riscos a par da emergência de uma nova forma estatal, a reguladora, devido à visibilidade das manifestações de situações de crise e omissão das responsabilidades por parte das entidades cuja missão é dar-lhes resposta.

No entanto, a relação de confiança que se estabelece entre Estado e cidadão num estado regulador que segue a par da sociedade do risco, pode ser quebrada se o Estado e no caso específico do sistema de protecção civil, se revelar incapaz de gerir os riscos e lhe dar uma resposta o mais eficaz possível.

Da investigação de carácter histórico e sócio-jurídico realizada tendo em vista a obtenção do historial e reporte institucional dos bombeiros sapadores e municipais, pode-se verificar que as corporações de municipais da Figueira da Foz e sapadores de Coimbra, surgiram dois séculos depois (século XVII e XVIII, respectivamente) da criação das primeiras, em Portugal, nas cidades: Porto e Lisboa. Ambas as corporações, embora a da Figueira da Foz com menor número de efectivos e menos meios logísticos, foram sofrendo ao longo dos séculos uma evolução gradual. Começaram por ser constituídas como serviço de incêndios, passando pelo corpo de salvação pública até as actuais designações.

No início das suas constituições o tipo de organização já denotava uma hierarquização no quadro de efectivos, bem como uma gestão baseada em regulamentos do âmbito do estatuto de pessoal e regime jurídico, mas ainda pouco desenvolvidos. Nestes regulamentos, surgem as penalizações; as remunerações dos efectivos e dos suplentes bem como dos residentes nas zonas de incêndio; as delimitações das zonas de actuação; entre outros. O tipo de conteúdo dos documentos analisados permitiu verificar que estes deram origem aos actuais: estatuto de pessoal e regime jurídico dos corpos de bombeiros profissionais.

Por outro lado, conclui-se que o reporte institucional que sustenta esta tipologia de bombeiro, permitiu compreender a evolução da estrutura de bombeiros e protecção civil nacional, que resultou em 2003, na junção destas duas lógicas até então separadas. Pôde-se também observar que a nível operacional a regulamentação do SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro), a criação dos GIPS (Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro) e o EIP (Equipa de Intervenção Permanente), cimentou a lógica militarizada, por via da estrutura fortemente hierarquizada de todo o sistema de protecção civil nacional, atribuindo competências balizadas dos vários intervenientes institucionais e operacionais. Por outro lado, veio dar espaço a novas intervenções da guarda nacional republicana, na área da primeira intervenção no combate aos incêndios florestais ou de matérias perigosas e catástrofes e acidentes graves, como também veio aproximar, de certa forma, as estruturas que sustentam os bombeiros voluntários das estruturas dos bombeiros profissionais.

O estudo dos vários documentos legais conduziu não só a um melhor entendimento da realidade investigada, mas também a um estabelecimento dos

conteúdos técnicos e metodológicos dos instrumentos de recolha de dados (questionário e entrevista) utilizados para a sua análise.

Pudemos também constatar que a imprensa escrita, constrói uma identidade do bombeiro como um “ser” altruísta e abnegado no exercício das suas funções de combate aos incêndios florestais. Por outro lado, ao dar voz a vários personagens, como sejam os actores políticos, abre um espaço público onde o processo dos incêndios florestais é permeável aos interesses ideológicos, sobretudo no ano eleitoral de 2005, subalternizando a imprensa a estes actores.

A legitimação de papéis institucionais por via do seu aparecimento e repetição na imprensa, também é reforçada, servindo a imprensa como um instrumento de transmissão de símbolos culturais e sociais. Nesta legitimação de papéis, também pudemos verificar que o cidadão, surge destituído de um poder semelhante aos restantes personagens, desvendando-se assim, a inexistência de plataformas como movimentos sociais do âmbito da protecção civil, onde pudessem reforçar o seu papel pela acção colectiva.

Numa outra perspectiva, ao não focar, na sua generalidade, as perdas humanas ocorridas nos incêndios, a comunicação social conferiu espaço a uma reprodução da identidade da morte como um acontecimento invisível em todo o processo que compreende os incêndios, nos anos investigados.

Conclui-se também, que produziu discursos em função de três aspectos: do número de incêndios, do contexto social e do posicionamento geopolítico dos dois concelhos, destacando-se o ano de 2005 e o concelho de Coimbra.

No que diz respeito à análise de empírica à investigação aos dois corpos de bombeiros (capítulo V), conclui-se uma série de considerações. Começamos por abordá-las do ponto de vista individual do bombeiro e posteriormente do ponto de vista das organizações: corporações.

Assim, no distrito de Coimbra, temos um perfil identitário do bombeiro profissional, jovem com uma média de idades bastante baixa, 29,96 (municipais) e 35,47, (sapadores) e maioritariamente do sexo masculino, solteiros (municipais) ou casados/coabitação de facto (sapadores).

Por outro lado, são na sua maioria originários de famílias de bombeiros, onde a classe dominante dos seus progenitores é a operariado industrial semi ou não qualificado, com um grau de instrução baixo (1º ciclo). Há de facto uma mobilidade

intergeracional ascendente. Note-se também quanto a isto, que ambos os efectivos detêm na sua maioria como habilitações o 12º ano, onde se destaca o bombeiro municipal, ao apresentar excesso de habilitações.

A principal motivação para o ingresso nesta carreira, é o espírito de missão, evidenciando o altruísmo destes profissionais, onde as regalias do estatuto ou o prestígio da carreira têm pouco significado.

Contudo, a sua participação sindical é bastante elevada a que não está alheia a sua pertença a outras associações fora do âmbito profissional. Todavia, o bombeiro sapador revela uma taxa de ocupação de cargos dirigentes superior ao municipal, compreendida à luz da sua antiguidade.

Quando abordamos a sua naturalidade, verificamos que o bombeiro de ambas as corporações, nasceu principalmente ou nas suas sedes de concelho ou na capital do distrito, ou seja, o bombeiro municipal nasceu ou na Figueira da Foz ou em Coimbra e o sapador em Coimbra. Revelando desta forma, a importância que as redes de recrutamento restrito têm no ingresso a esta profissão.

Do ponto de vista organizacional, estamos perante organizações hierarquizadas de complexidade baixa e média, no caso da Figueira da Foz e de Coimbra, respectivamente. A distinção, quanto ao nível da sua complexidade, pauta-se principalmente, pelo facto de a corporação de Coimbra, mais antiga, deter um maior número de especializações e equipas especiais, apesar destas últimas não se encontrarem formalmente constituídas. A investigação conclui-o que quer as especializações quer as formações frequentadas têm orientações distintas em ambas as corporações. A da Figueira da Foz, destacam-se as ligadas ao mar e a de Coimbra ligadas a áreas mais abrangentes e genérica. Repara-se que ambas estão expostas a um nível de perigosidade bastante elevado no que diz respeito aos riscos de incêndios florestais e cheias ou inundações levando à constatação de que a de Coimbra, faz uma adequação mais equilibrada entre os riscos existentes no seu concelho e as formações frequentadas, do que a da Figueira da Foz. No entanto, ainda quanto à formação, conclui-se que este tipo de organizações, em 2007, tiveram uma baixa participação, não correspondendo ao estipulado legalmente.

Por outro lado, ficou determinado que os bombeiros profissionais do distrito de Coimbra, têm um ingresso maciço recente (2001-2006), com uma integração definitiva no funcionalismo público bastante elevada, dotando estas corporações de um carácter

extraordinário nesta matéria relativamente ao todo nacional e onde a sua maioria ocupa as categorias intermédias do quadro activo. Saliente-se que a faixa etária dominante destas categorias é dos 20-30 (municipais) e dos 31-40 (sapadores).

Conclui-se também, que ambas estão altamente informadas acerca dos seus direitos e regalias sociais, denotando uma acérrima discordância quanto ao modelo de avaliação de desempenho instituído na função pública portuguesa, a saber o SIADAP, considerado desadequado ao tipo de funções onde a presença do avaliador na maioria das vezes não é exigida. Nas outras formas, também em matéria de gestão de recursos humanos, a saber: forma de recrutamento e a de promoção de carreira, a neutralidade evidenciada pela corporação da Figueira da Foz e a definição concreta (concordância e não concordância) da de Coimbra, permite uma distinção entre ambas: a dos municipais é caracterizada pelo unanimismo e o consenso e a dos sapadores pela divergência de opiniões.

Verificou-se também que na perspectiva da operacionalidade, os bombeiros profissionais, intervêm menos em ocorrências em habitações particulares, apesar de serem mais vezes solicitados no período “todos os dias” e “algumas vezes por semana” no conjunto das saídas cujo enquadramento são os: urbano e industrial, contextos rurais e os relacionados com vias.

Os inquiridos das duas corporações, sentem que estão melhor preparados para enfrentar os seguintes riscos: acidentes rodoviários e industriais, incêndios florestais e urbanos, inundações, afogamentos, que compreendem os riscos mais prementes nos seus concelhos-sede.

São organizações profissionais, que encaram como positivo a profissionalização dos bombeiros voluntários, na medida em que teriam maior preparação técnica e formativa. No entanto, em relação aos voluntários, o simbolismo da rivalidade conhecida entre as duas vertentes da actividade de bombeiro, revela-se na prática através dos dados, ao apresentarem a taxa de resposta mais baixa do relacionamento positivo com todos os agentes de protecção civil, e através dos depoimentos de alguns entrevistados, que afirmam que a rivalidade é algumas vezes transportada para o teatro operacional.

Por fim, este tipo de organizações, cuja lógica militarizada é encarada como benéfica, não considera uma liderança realizada por elementos cuja nomeação não seja

de dentro da carreira de bombeiro, sabendo que ambas são dirigidas por comandantes oriundos das forças militares.

Da análise de conteúdo às entrevistas, conclui-se que os conceitos caracterizadores deste tipo de organizações poderão ser: Promoção na carreira; Profissionalização dos Voluntários; Relação com o comando; Relação com os colegas; Melhor qualidade de um bom superior; Melhor qualidade de um bom colega; Meios aéreos no combate aos incêndios florestais; Companheirismo; Vocações; Autonomia “inter-classista”; Reivindicação; Espírito crítico; Equipas especiais; Forma de avaliação; Formação; Veículos; Nomeação do comando; Relação com os voluntários; Preparação da população; Liderança; Rivalidade; Direitos; Recrutamento; Saídas; Perigosidade das saídas; Preparação dos efectivos aos riscos; Relação com os agentes de protecção civil; Falta de coordenação no combate aos incêndios florestais; Motivos para ingressar nos bombeiros; Saídas atípicas; Perigosidade atípica; Percepção do risco.

A utilização e conjugação de vários instrumentos técnicos de recolha de dados, revelou-se importante para uma melhor e mais vasta apreensão da realidade dos bombeiros profissionais.

Se o questionário permitiu a recolha informativa sobre as representações dos inquiridos sobre si e sobre a sua organização de um modo mais célere e numeroso, a entrevista surgiu como o seu complemento ao conduzir a um melhor esclarecimento e interpretação dos dados quantitativos, através das questões abertas estabelecidas e outras introduzidas no seu decurso. Por outro lado, sem o recurso a esta técnica qualitativa e através da sua análise de conteúdo, a criação de categorias interpretativas desta realidade tornar-se-ia mais complexa ou mesmo inexistente.

Quanto ao protocolo analítico e análise crítica do discurso que sustentaram a realização do observatório de imprensa, permitiram por um lado o balizamento e uma percepção mais apurada da informação apresentada nos artigos de jornal (protocolo analítico) e por outro lado a detecção de conceitos chave de Fairclough como os de: contexto, poder, ideologia e identidade, que conduziu a uma compreensão do modo como a imprensa escrita constrói as suas representações sociais sobre os bombeiros e sobre os incêndios florestais (análise crítica do discurso). A conexão das duas técnicas bem como a sua sequência foram importantes para o desvendar quer das relações de poder que se estabelecem sob a imprensa, quer das: reprodução de uma cultura de

sentimentos partilhados e de legitimação de papéis, bem como da construção social da actuação dos bombeiros e dos incêndios, como já foi referido.

Em suma, quanto à utilização destes instrumentos, conclui-se que quando o investigador está perante uma realidade ainda não tratada e teorizada, o recurso a várias metodologias e técnicas e de um modo encadeado, manifesta-se determinante para a precisão da investigação e construção de conhecimento científico.

Uma vez apresentadas as conclusões dominantes desta investigação e os contributos para a construção de teoria científica acerca dos bombeiros profissionais portugueses, passa-se a apresentar de um modo sistemático as conclusões que determinam promissoras linhas investigativas, a saber:

1) O ano de 2007, com menos número de incêndios e mais meios de gestão e coordenação de incêndios florestais, compreendeu mais perdas humanas do que no ano de 2003. Deste modo, importa investigar que relações se estabelecem entre o efeito “perdas humanas” e causas das “perdas humanas”, em anos com estas características;

2) A evidente discordância ao modelo de avaliação de desempenho, por parte de ambas as corporações, leva ao interesse de averiguar como se adequam os critérios de avaliação às funções objecto de avaliação, sabendo que nem sempre estas exigem a presença do avaliador;

3) Conhecendo a rivalidade entre os bombeiros profissionais e os voluntários e que esta por vezes é transportada para o teatro operacional, será importante analisar em que aspectos esta se efectua e quais os seus efeitos no teatro de operações;

4) Concluindo-se que os efectivos consideram a boa preparação em riscos mais prementes nos seus concelhos, como os incêndios florestais, é de todo o interesse verificar como avaliam essa preparação;

5) Sabendo-se que os efectivos frequentaram um número consideravelmente inferior de formações ao estipulado por lei, importa conhecer os parâmetros e os efeitos concretos na eficaz operacionalidade;

6) Concluindo-se que as duas corporações orientam as suas especializações e formações para áreas distintas, será interessante investigar quais os critérios escolhidos para essa orientação;

7) Ambos os corpos de bombeiros, são avessos à integração dos bombeiros voluntários no interior da sua corporação. Importa investigar os efeitos da junção;

8) Sabendo do interesse da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais em integrar os profissionais no Ministério de Administração Interna, seria interessante averiguar os seus efeitos bem como os da sua integração no Ministério da Defesa;

9) As duas corporações têm como responsável máximo, comandantes originários de forças militares. O facto dos efectivos considerarem a preferência por um comandante oriundo da carreira de bombeiro, poderá servir o afastamento, em termos operacionais, entre o comando e comandados?

BIBLIOGRAFIA

Livros e capítulos em livros

- Almeida, M. (1995). As corporações de bombeiros e os municípios-Memórias e antanho, relações do presente. In Santos, Hermínio F. Bombeiros portugueses-Seis séculos de história. 1395-1995. (pp. 161). Lisboa: Serviço nacional de bombeiros e Liga dos bombeiros portugueses
- Balsa, C. (2006). Confiança e laços sociais. (pp. 12). Lisboa: Colibri: CEOS-Investigação sociológicas
- Bardin, L. (2008). Análise de conteúdo. (pp. 9). Lisboa: Edições 70
- Beck, U. (1992). Risks Society-Toward a new modernity. (pp. 55). London: Sage publications.
- Beck, U. (2007). World risk society. (pp. 5,48) Reimp. Cambridge: Polity press
- Bilhim, J. (2001). Teoria organizacional: estrutura e pessoas. (pp. 134, 288, 342). 2ªed. Lisboa: Instituto superior de ciências sociais e políticas
- Clegg, S. (1998). As organizações modernas. (pp.12, 108). Oeiras: Celta
- Demazière, D. e Dubar, C. (1997). Analyser les entretiens biographiques-L'exemple de récits d'insertion. (pp. 19, 23, 68, 178, 211). Paris: Editions Nathan
- Dicionário da Língua Portuguesa, 6ª edição, Porto Editora.
- Dorra, h e Millet, g. (1970). As comunicações: a entrevista individual. (p. 119). Lisboa: Livraria clássica editora
- Fairclough, (2001). Media Discourse. Reimp. London: Edward Arnold
- Fischhoff B. (1995). Risk perception and communication unplugged: twenty years of process. (pp. 137-145). Risk analysis, vol.15, nº2
- Flament, C. (1976). L'analyse booléenne de questionnaire. (pp. 52,54, 59). Paris: Ecole des hautes Etudes en Sciences Sociales
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1993). O inquérito. (pp. 115, 116). Tradução de C. Pires. 2ª edição. Lisboa: Celta
- Giddens. (2005). A. Sociologia. (pp. 65.66). 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- Giddens, A. (2004). Sociologia. (p. 23-24, 134, 350-351,390, 642, 681). Tradução A. Figueiredo e tal. 4ªed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Gonçalves, E et al. (2007). Os portugueses e os novos riscos. (pp.109, 110, 137,141, 168, 175, 220, 218, 219). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais
- Hill, M. e Hill, (2000) A. Investigação por questionário. (pp.94). Lisboa: Edições Sílabo
- Ituarte, L. e López, M. (2002). El papel de los riegos en las sociedades contemporâneas. In Ayala-Carcedo, F. e Cantos J. Riesgos naturales (pp. 75-86). Barcelona: Ariel Ciência
- Jaeger, C. et al. (2001). Risk, uncertainty, and racional action. (pp. 14-19, 131-132, 127, 169) London: Earthscan
- Ketele, M. e Roegiers, (1993) X. Metodologia da recolha de dados-fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas, e de estudo de documentos. Lisboa: Instituto Piaget
- Kramer, R. e Neale, M. (1998). Power and influence in organization. (pp. 262). New York: Sage publications
- Krimsky, S. e Golding, D. (1992). Social theories of risk. (pp. 54-56). London: British Library of congress cataloguing in publication Data
- Lobo, F. (2003). Clima organizacional no sector público e privado no Norte de Portugal. (pp. 86). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- Lumman, N. (1993). Risk: a sociological theory. (p. XIII-IX, 6, 9, 19, 101). Berlim e New York: Walter de Gruyter
- Maslow, A. (1954) Motivation and personality. New York: Haper e Row
- Quivy, R. (1992). Manual de investigação em ciências sociais. (pp. 194). Tradução de Marques, J. e Mendes, M. Lisboa: Gradiva
- Rebelo, F. (2005). Riscos naturais, problemática da sua definição e adaptação aos principais elementos da teoria do risco. In Soares, C. Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade. (pp. 301-302). Lisboa: Salamandra
- Renn, O. (2008). Risk governance- coping with uncertainty in a complex word. (pp. 310). London: Earthscan publication
- Santos, Hermínio F. (1995). Bombeiros portugueses. Síntese de 600 anos de acção. In Santos, Hermínio F. Bombeiros portugueses-Seis séculos de história. 1395-1995.

(p.16,17,34,35,36). Lisboa: Serviço nacional de bombeiros e Liga dos bombeiros portugueses

-Slovic, P. (2002). The perception of risk. (pp.317-319, 184). Reimp.London: Earthscan Publications, 2002,

-Slovic, P. (2002). The Perception of Risk. London: Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA

-Slovic, P., Fischhoff, B. e Lichtenstein, S. (1985). Characterizing perceived risk. In R. W. Kates, R. C. Hohenemser, e J. X. Kasperson (Eds.) (pp. 91-125). Perilous progress: Managing the hazards of technology

-Soares, D. (2002). A escolha profissional: do jovem ao adulto. Lisboa: Edição de Grupo Editorial Summus

-Soto, e. (2002). Comportamento organizacional: o impacto das emoções. S. Paulo: Thompson. Consultado em: 5 abr. 2009 de: <<http://books.google.pt>>

-Strauss A. e Corbin, J. (1991). Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques. (pp. 43, 81). Newbury Park: Sage Publications

-Tanzi, T. e Delmer, F. (2006). Ingénierie du risque. (pp. 19, 21, 56). Paris: Lavoisier

-Vala, J. (2002) In Lima, L., Cabral, M.V. e Vala, J. Ambiente e desenvolvimento. (. pp. 133, 327). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

-Veyret, Y. (2007). Os Riscos, O homem como agressor e vítima do meio ambiente. (pp. 26, 29, 37). S. Paulo: Contexto

Relatórios, trabalhos académicos e comunicações

-A história da medicina portuguesa. Da fundação ao séc. XVII- Baseado na aula leccionada pela Prof.^a Amélia Ferraz. (2005). Consultado em 30 de Ago. 2009 de: <http://users.med.up.pt/m04021/6aula_medicina_portug1.doc>

-Carvalho, A. “Trabalho sobre a companhia de bombeiros sapadores de Coimbra”, (pp.2,3,4,5,6,7). Trabalho académico no âmbito da disciplina de antropologia. Coimbra: Fac. Ciências e tecnologia da Univ. de Coimbra

-Craveiro, J. (2002). As dimensões motivacionais e estruturais de incêndios florestais (8-112) Informação técnica-ecologia social/ LNEC, Lisboa, 8-112

- Cruz, C. (2008) “A desconstrução do jornal. Uma análise metodológica para a desmontagem dos noticiários televisivos” Consultado em 02 de Set. 2009 de:<<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/490.pdf>>
- Estanque, E. (2006). A questão social e a democracia no início do séc. XXI. Consultado em: 10 Mai. 2009 de: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.php>>
- Lima, M. (1997). Contributos para o estudo da representação do risco, Informação técnica-ecologia social/ LNEC, Lisboa, 51-105
- Mendes et al. (2008). Caracterização sociográfica das instituições de emergência e socorro e percepção do risco no Distrito de Coimbra. (pp. 66). Relatório final de projecto. Coimbra: Centro de Estudos Sociais
- Mendes, J. (2003). Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. Consultado em 10 de mai. 2009, de: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.php>>
- Quintanilha, A. (2006). Ciclo A ciência e a cidade, sessão riscos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Tavares, A. et al, (2007). Plano regional do ordenamento do território do centro (pp.4). Coimbra: Comissão de coordenação de desenvolvimento regional
- Toledo A. (2006). Doenças infecciosas. Consultado em 02 de ago. 2008, de: <<http://www.minasinfecto.com.br/arquivo/aulas/aula2pec2006.pdf>>

Artigos científicos

- Amiraldo, G. (2009). “A experiência do Apocalipse (A pandemia de peste negra no século XIV)”, Consultado em: 2 de Mai. 2009, de:<<http://www.galeon.com/projetochronos/chronosmedieval/concilium/pandemia.htm>>
- Amorim, T. (2008). “Nanotecnologia na imprensa: análise de conteúdo do jornal: Folha de São Paulo”, Consultado em: 13 de Jun. 2009 de: <http://www.emtese.ufsc.br/vol4_2_res_art2.pdf>
- Aven, T. e Renn, O. (2009). “On risk defined as an event where the outcome is uncertain”, Journal of risk research, London, vol 12, nº1, pp.1-11
- Cabral, V. (1998). “Mobilidade social e atitudes em Portugal.”, Análise social, Lisboa, vol. XXXIII, p.381-414

- Cappelle, M., Melo, M. e Gonçalves. C. (2008). “A análise de conteúdo e a análise de discurso em ciências sociais.”, Consultado em: Jun. 2009 de: <<http://www.eduglobalcitizen.net>>
- Dinis, J. e Tavares. A. “Susceptibilidade geomorfológica da costa ocidental portuguesa a tsunamis”, Consultado em: Jun. 2009 de: <<http://woc.uc.pt/dct/getFile.do?tipo=2&id=100>>
- Gomes, C. (2003). “Novo modelo de intervenção em contexto de transição para a vida activa”, Consultado em: 23 Abr. 2009 de: <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/imprimir.php?codigo=A0140>>
- Gonçalves, C., Dias, I. e Lopez, J. (1995). “A sociologia e os seus estudantes: caracterização social e trajetória escolar”, Consultado em: 12 Mai. 2009 de: <<ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1386.pdf>>
- Lalanda, P. (1998). “Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica”, *Análise social*, Lisboa, vol. XXXIII (148), pp.871-883
- Mendes, J. (2009). “Social vulnerability indexes as planning tools: beyond the preparedness paradigm”, *Journal of Risk Research*, Jan.
- Mendes, J. e Tavares, A. (2009). “Building resilience to natural hazards. Practices and policies on governance and mitigation in the central region of Portugal” Consultado em abr. 2009 de: <<http://www.ces.uc.pt/osiris/pages/pt/publicacoes/publicacoes-cientificas.php>>
- Moisés, J. (2005). “Cidadania, confiança e instituições democráticas”, *Revista de cultura e política: Lua Nova*, (65), Consultado em 30 ago. 2009 de: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452005000200004&script=sci_arttex>
- Renn, O. (2005). “Basic conceptual description of the IRGC risk governance framework”, Consultado em: jul. 2009 de: <<http://ortwin.gingedas.net/node/15>>
- Ribeiro, J. (1995). “Sociedade dos desastres”, *Sociologia-problemas e práticas*, Lisboa, nº 18, p. 1-17
- Rudolph, F. (s/a). “La dimension collective et individuelle de la société du risque”, Consultado em: 3 jan. 2007 de: <http://www.tribunes.com/tribune/alliage/48-49/Rudolf_48_49.htm>
- Tavares A. e Cunha, L. (2004). “Espaços de planeamento no concelho de Coimbra. A importância das variáveis biofísicas, demográficas e sociais”, *Cadernos de Geografia*, Coimbra, nº 21/23, p. 241-254

-Viegas, Xavier, D. (2004). “Os acidentes mortais relacionados com os incêndios florestais em Portugal, no Verão de 2003”, Consultado em: 1 Jun. 2009 de: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/viewFile/2406/2014>>

Base de dados

-Autoridade Florestal Nacional. (2005). Relatório, Incêndios Florestais 2005. Consultado em: 07 de Fev. 2009 de: <www.afn.min-agricultura.pt/.../relatorios/2005/relatorio-sobre-incendios-florestais-2005>

-Câmara municipal da Figueira da Foz. (2009). Dados estatísticos. Consultado em: 2 de Mai. 2009 de: <<http://www.figueiradigital.com/?zona=30&mid=2>>

-Coimbra digital. (2009). Acessibilidades. Consultado em: 02 Mai. 2009 de: <coimbradigital.pt>

-Instituto nacional de estatística. (2001). Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001, Consultado em: 1 Jun. 2009 de: <<http://www.ine.pt>> Acesso em: jun.2009

-Instituto nacional de estatística. (2002). Censos de 1991 e Censos de 2001-INE (2002). Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 (Resultados Definitivos), Lisboa: INE

-Portugal. (2009). Concelho da Figueira da Foz. Consultado em: 01 Mai. 2009 de: <<http://portugal.veraki.pt/concelhos/concelhos.php?idconc=201&op=IE&gr=CO>>

Legislação

-Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Dec-Lei nº 106/2002 de 13 de Abril-Estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local. Consultado em: 03 Jan. 2009 : <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>

-Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Dec-Lei nº 134/2006 de 25 de Julho-Sistema integrado de operações de protecção e socorro. Consultado em: 03 de Jan. 2009 de: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>

- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Dec-Lei nº 241/2007 de 21 de Junho- Regime jurídico do bombeiro português. Consultado em: 03 de Jan. 2009 de: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Dec-Lei nº 41/2007 de 21 de Junho- Regime jurídico do bombeiro português. Consultado em: 03 de Jan. 2009 de: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Dec-Lei nº75/2007 de 29 de Março- Lei orgânica da Autoridade nacional de protecção civil. Consultado em: 3 Ago. 2009 de:<<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Decreto-Lei nº 186/2001 de 22 de Julho- Acesso à carreira de bombeiro sapador e de bombeiro municipal. Consultado em: 03 Jan. 2009: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Despacho conjunto nº 298/2006 de 31 de Março-Regulamento geral dos estágios dos bombeiros profissionais. Consultado em: 2 de Jun. 2009 de: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Despacho conjunto nº297/2006 de 31 de Março-Cursos de promoção de bombeiro sapador e bombeiro municipal. Consultado em: 2 de Jun. de: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Lei nº 25/2006 de 31 de Julho- Lei de Bases do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. Consultado em: Jan. de 2009 de: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Lei nº 27/2006 de 3 de Julho- Lei de bases da protecção civil. Consultado em: 03 de Jan. 2009 de: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Autoridade nacional de protecção civil. Portaria 1358/2007 de 15 de Outubro-Equipas de intervenção permanente. Consultado em: 03 de Ago. 2009 de: <<http://www.proteccaocivil.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante>>
- Portugal. Código civil português. Actualizado até à Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro. Consultado em: 03 de Jun. 2009 de: <<http://www.portolegal.com/CodigoCivil.html>>

-Portugal. Guarda nacional republicana. Dec-lei 22/2006 de 2 de Fevereiro- Grupo de intervenção de protecção e socorro. Consultado em: 03 Ago. 2009 de: <<http://www.gnr.pt/>> Acesso em: ago. 2009

-Portugal. Ministério da reforma do estado e da administração pública. Dec-Lei nº 174/2001 de 31 de Maio. Consultado em: 03 de Jan. 2009 de: <http://www.ips.pt/ips_si/web_gessi_docs.download_file?p_name>

-Portugal. Regulamento da Corporação dos bombeiros municipais da cidade da Figueira da Foz, 1899

-Portugal. Regulamento dos serviços de salvação pública do concelho da Figueira da Foz, 1931

-Portugal. Regulamento provisório-para o serviço das bombas d'incêndio da municipalidade da villa da Figueira da Foz, 1865

Artigos de imprensa

-Abreu, C. (2005). “Bombeiros combatem incêndios em insegurança”. Diário de Coimbra, 30 de Ago.

-Abreu, C. (2005). “Chapéu de fumo caiu sobre Coimbra”.Diário de Coimbra, 24 de Ago., pp.9

-Abreu, C. (2005). “O fogo saltou o rio e entrou na cidade”. Diário de Coimbra, 23 de Ago., pp.13

-Abreu, C. (2005). “Pedidos de ajuda sem resposta”. Diário de Coimbra, 25 de Ago.

-C.B. (2005). “Fogo assustou localidade da Ferrugenta”. Diário de Coimbra, 18 de Jul., pp.28

-Ciência hoje. (2006). “Riscos naturais em Coimbra: FCTUC elabora carta de perigosidade”. Consultado em: 14 de Dez. 2006 de: <<http://www.cienciahoje.pt>>

-Coutinho, B. (2005). “Casas ameaçadas e população em pânico no Ervedinho”. Diário de Coimbra, 07 de Jun., pp.11

-Coutinho, B. (2005). “Chamas rondaram várias povoações e fizeram temer o pior”. Diário de Coimbra, 08 de Jun., pp.13

-Diário de Coimbra (2003). “Fogo de grandes dimensões chegou a assustar”. 15 de Setembro, pp.4

-Diário de Coimbra (2003). “Fogo em mato nos Casais”. 02 de Set. de 2003, pp. 4

- Diário de Coimbra (2003). “Fogo florestal na Abelheira”. 13 de Ago. 2003, pp.4
- Diário de Coimbra (2003). “Fogo voltou a rondar o aeródromo de Cernasche”. 06 de Ago., pp.20
- Diário de Coimbra (2003). “Fogos florestais em simultâneo”. 17 de Set., pp. 4
- Diário de Coimbra (2003). “Incêndio destruiu cabana no Choupal”. 14 de Set., pp. 4
- Diário de Coimbra (2003). “Incêndio florestal em Ribeira de Frades”. 14 de Ago., pp.4
- Diário de Coimbra (2005). “Areeiro viu chamas a aproximarem-se”. 23 de Ago.,pp.10
- Diário de Coimbra (2005). “Bombeiros combateram incêndios florestais”. 23 de Jun., pp.4
- Diário de Coimbra (2005). “Chamas incontroláveis às portas”. 22 de Ago., pp.6
- Diário de Coimbra (2005). “Chamas rondaram creche”. 10 de Jun., pp.4
- Diário de Coimbra (2005). “Detido suspeito de fogo posto em Quiaios”. 07 de Jun., pp. 11
- Diário de Coimbra (2005). “Dez casas queimadas em Ceira”. 23 de Ago., pp.11
- Diário de Coimbra (2005). “Encarnação acredita em mão criminosa”. 17 de Set., pp. 2
- Diário de Coimbra (2005). “Fogo andou em Marcos dos Pereiro”. 06 de Jun., pp.4
- Diário de Coimbra (2005). “Fogo de Lavos consumiu mato e terras de cultivo”. 18 de Set., pp. 28
- Diário de Coimbra (2005). “Fogo que atingiu Coimbra terá tido origem criminosa”. 29 de Ago., pp.5
- Diário de Coimbra (2005). “Fogo terá consumido cerca de mil hectares”. 09 de Jul., pp.13
- Diário de Coimbra (2005). “Incêndio consumiu mato”. 06 de Jun. pp.6
- Diário de Coimbra (2005). “Incêndio terá tido mão criminosa”.17 de Jul., pp.28
- Diário de Coimbra (2005). “Pina Prata lamentou falta de meios aéreos”. Diário de Coimbra, 30 de Ago., pp.5
- Diário de Coimbra (2005). “População suspeita de fogo posto”. Diário de Coimbra, 05 de Jun. pp. 9
- Diário de Coimbra (2007). “Incêndio lavrou em Coimbra”. 23 de Ago.
- Diário de Coimbra (2007). “Rescaldo do fogo”. 23 de Ago.
- Diário de Coimbra. (2003). “Mais um incêndio em Santa Eufémia”. 22-08-2003, pp.3
- Diário de Coimbra. (2005). “Ministro elogia combate aos fogos”. 27 de Ago.

- Jornal de Notícias. (2006). “Crise na Câmara Municipal já vai na troca de insultos”. Consultado em Jan. 2009 de: <http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=529903>
- Margalho, A. “Um pandemónio” em Vil de Matos. In Diário de Coimbra, 25-08-2005
- Morais, N. (2005). “Incêndio fora de controlo dentro da cidade e da periferia”. Diário de Coimbra, 23 de Ago., pp.25
- Público. (2008) “Bombeiros, carteiros e professores são os profissionais em quem os portugueses mais confiam” Consultado em: 03 de Mai. 2009 de: <<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia>>
- Público. (2009). “Bombeiros terminam congresso com debate sobre estatuto especial”. Consultado em 21 de Abr. 2009 de: <<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1375211>>
- S., P. (2005). “Ardeu 80% da mata de vale de Canas”. Diário de Coimbra, 23 de Ago., pp.12
- Salgueiro, J. (2005). “Fogo ameaçou casas e fábricas”. Diário de Coimbra, 08 de Jun., pp.3
- Salgueiro, J. (2005). “Muito esforço popular e baldes de água”. Diário de Coimbra, 23 de Ago., pp.10
- Salgueiro, J. (2005). “Todos contra os incêndios”. Diário de Coimbra, 16 de Jun.
- Santos, J. (2005). “Chamas ameaçaram Serra da Boa Viagem”. Diário de Coimbra, 25 de Ago., pp.13
- Santos, J. (2005). “Incêndio ameaçou habitações e armazéns”. Diário de Coimbra, 07 de Ago., pp.9
- Silva, P. (2005). “Críticas contra “insuficiência” de meios”. Diário de Coimbra, 23 de Ago., pp.12
- Silva, P. (2005). “Populações com apoio imediato”. Diário de Coimbra, 23 de Ago., pp.9

Sites Web

- Agroflorestal (2006). Consultado em 20 de Set. 2009 de: <<http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2006/01/31a.htm>>
- Autoridade nacional de protecção civil. (2009). História da anpc. Consultado em 02

Bibliografia

de Jun. 2009 de:

<<http://www.proteccaocivil.pt/AutoridadeNacional/Pages/HistoriadaANPC.aspx>>

-Blogue Verão Verde. (2005). “Bombeiros profissionais querem depender do MAI”.

Consultado em 02 de Jun. 2009 de: <<http://veraoverdeorg.blogspot.com>>

-CGTP-IN. (2009) “Inserção dos jovens no mercado de trabalho cada vez mais difícil”.

Consultado em 02 de Jun. 2009 de: <<http://cgtp.pt>>

-Estragos na nação. (2006). “Incêndios em 2005 devastaram mais de 325 hectares-

Agência Lusa.” Consultado em 02 de Jun. 2009 de: <estragodanacao.blogspot.com>

-Historia das telecomunicações. (2009). Consultado em 02 de Jun. 2009 de:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-rogerio-historia-telecomunicacoes.pdf>>